

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ENTRE LAPINHA DA SERRA E TABULEIRO DO MATO DENTRO:
O ECOAR DA TRAVESSIA

Lucas de Lima Fernandes Padoan

BELO HORIZONTE
2017

LUCAS DE LIMA FERNANDES PADOAN

ENTRE LAPINHA DA SERRA E TABULEIRO DO MATO DENTRO:
O ECOAR DA TRAVESSIA

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia na Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Análise Ambiental

Orientador: Prof. Dr. Bernardo Machado Gontijo

BELO HORIZONTE
2017

P124e Padoan, Lucas de Lima Fernandes.
2017 Entre Lapinha da Serra e Tabuleiro do Mato Dentro [manuscrito] : o ecoar da travessia / Lucas de Lima Fernandes Padoan. – 2017.
167 f., enc.: il. (principalmente color.)

Orientador: Bernardo Machado Gontijo.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2017.
Área de concentração: Análise Ambiental.
Bibliografia: f. 148-154.
Inclui apêndices.

1. Caminhada em trilhas – Santana do Riacho (MG) – Teses. 2. Caminhada em trilhas – Conceição do Mato Dentro (MG) – Teses. 3. Meio ambiente – Aspectos sociais – Teses. 4. Espaço e tempo – Teses. I. Gontijo, Bernardo Machado. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Geociências. III. Título.

CDU: 911.3(815.1)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



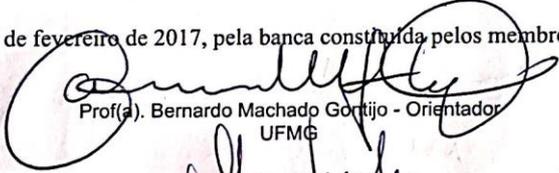
FOLHA DE APROVAÇÃO

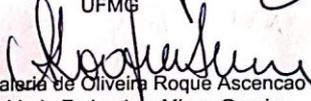
**ENTRE LAPINHA DA SERRA E TABULEIRO DO MATO DENTRO: O
ECOAR DA TRAVESSIA**

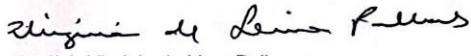
LUCAS DE LIMA FERNANDES PADOAN

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em GEOGRAFIA, como requisito para obtenção do grau de Mestre em GEOGRAFIA, área de concentração ANÁLISE AMBIENTAL.

Aprovada em 07 de fevereiro de 2017, pela banca constituída pelos membros:


Prof(a). Bernardo Machado Gortijo - Orientador
UFMG


Prof(a). Valéria de Oliveira Roque Ascenção
Universidade Federal de Minas Gerais


Prof(a). Virginia de Lima Palhares
Universidade Federal de Minas Gerais


Prof(a). Alexandre Magno Alves Diniz
PUC - MG Belo Horizonte

Belo Horizonte, 7 de fevereiro de 2017.

*À minha avó,
saudade que transborda*

AGRADECIMENTOS

À toda minha família pelo amor incondicional, fazem parte de todas as minhas conquistas.

Ao meu orientador Prof. Bernardo Machado Gontijo, agradeço pelos conselhos, por me guiar nesta longa caminhada e, sobretudo, por ter me apresentado ao universo magnetizante da travessia Lapinha-Tabuleiro.

Aos professores do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais que colaboraram com o processo de construção dessa pesquisa.

Aos amigos Iran e Guilherme, pessoas incríveis com quem tive a oportunidade de partilhar inúmeras travessias e momentos inenarráveis. Agradeço também aos amigos Lucas, Leonardo e Pedro, por todos os diálogos que fortaleceram as ideias dessa pesquisa.

À dona Naná, seu Zé D'Olinda e dona Maria. Pessoas incríveis que sempre me receberam tão bem na Lapinha e no Tabuleiro ao longo dos últimos cinco anos. Representam o coração da travessia, sem eles o trajeto não seria o mesmo.

À CAPES, pela bolsa que possibilitou a realização desse trabalho.

RESUMO

A presente dissertação discorre sobre um dos inúmeros caminhos percorridos historicamente pelo ser humano. Trata-se da travessia Lapinha-Tabuleiro, um percurso orientado de oeste para leste na Serra do Espinhaço, situado em sua porção sul, Serra do Cipó/Minas Gerais. A caminhada se inicia no povoado da Lapinha da Serra (município de Santana do Riacho) e se prologa por cerca de 20 a 40 quilômetros até o distrito de Tabuleiro (município de Conceição do Mato Dentro). Marcada por uma indubitável sociobiodiversidade, esse trajeto vem sendo apropriado de inúmeras formas ao longo do tempo: por paleoíndios, naturalistas, tropeiros, comunidades locais e, atualmente, por meio da atividade turística. Dito isso, o objetivo dessa investigação se faz compreender de que forma a imersão humana ao longo da travessia pode auxiliar na conservação ambiental e na valorização das comunidades locais. Sendo assim, enveredamos nas discussões a respeito de trilhas e travessias, bem como a imersão humana no espaço, caracterizando o ato de caminhar e suas inúmeras interpretações. Defendemos aqui a ideia de que caminhar não é um ato mecânico, mas sim uma forma sensível de experienciar e vivenciar o espaço, podendo estar conectado a própria reprodução turística (dentre suas diversas tipologias), a uma noção de busca incessante pela aventura ou simplesmente associada ao caminhar como ato filosófico. Esses elementos são visíveis na travessia Lapinha-Tabuleiro, a qual acessamos seu universo por meio dos alunos da disciplina Fitogeografia da Universidade Federal de Minas Gerais, uma vez que a mesma adota a caminhada na condição de trabalho de campo. Utilizamos nossa experiência de cinco anos como monitor de campo, assim como investigamos as relações advindas dessa imersão e, sobretudo, analisamos os relatórios de campo (produto da disciplina), construídos em sua maioria enquanto diários de campo. A pesquisa revelou o potencial imersivo da caminhada, em como impacta e reverbera na vida do sujeito, podendo ecoar em decisões, memórias e atitudes, sendo uma forma de contribuir positivamente para a conservação socioambiental da região, visto que abre a possibilidade de valorização e significação do espaço, construindo um lugar. Movimento que influi na mobilização em prol da região, assim como reprodução de um turismo pessoalizante, capaz de valorizar as comunidades locais e sensibilizar sujeitos quanto a necessidade de proteção da biodiversidade local.

Palavras-chave: Travessia Lapinha-Tabuleiro; imersão humana; caminhadas; conservação socioambiental.

ABSTRACT

We will discuss one of the innumerable paths historically traveled by the human being. It is the Lapinha-Tabuleiro crossing, a route oriented from west to east in the Serra do Espinhaço, located in its southern portion, Serra do Cipó / Minas Gerais. The walk begins in the village of Lapinha da Serra (municipality of Santana do Riacho) and extends for about 20 to 40 kilometers until the district of Tabuleiro (municipality of Conceição do Mato Dentro). Marked by an undoubted socio-biodiversity, this path has been appropriate in countless forms over time: by paleoindians, naturalists, tropeiros, local communities and, nowadays, through tourism. That said, the purpose of this research is to understand how human immersion along the crossing can help in the environmental conservation and valuation of local communities. Thus, we embark on discussions about trails and crossings, as well as human immersion in space, characterizing the act of walking and its numerous interpretations. We defend here the idea that walking is not a mechanical act, but a sensitive way of experiencing, being able to be connected to the tourism reproduction itself (among its various typologies), to a notion of incessant search for adventure or simply associated to walking act as a philosophical concept. These elements are visible in the Lapinha-Tabuleiro crossing, which we access to its universe through the students of the Phytogeography discipline of the Federal University of Minas Gerais, since the same one adopts the walk in the condition of field work. We used our five-year experience as a field monitor, as well as investigating the relationships arising from this immersion and, above all, we analyzed the field reports (product of the discipline), mostly constructed as field journals. The research revealed the immersive potential of the walk, how it impacts and reverberates in the life of the subject, and can echo in decisions, memories and attitudes, being a way to contribute positively to the socio-environmental conservation of the region, since it opens the possibility of valorization and signification of space, building a place. Movement that influences the mobilization for the region, as well as the reproduction of a personalization tourism, capable of valuing the local communities and raising awareness about the need to protect local biodiversity.

Key-words: Lapinha-Tabuleiro crossing; human immersion; hiking; socio-environmental conservation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Croqui representativo da travessia Lapinha-Tabuleiro. Autor: Padoan, 2016.	20
Figura 2. Elementos que compõem a aventura. Fonte: Adaptado de Grecco, 2006.....	67
Figura 3. Croqui representativo da disposição dos elementos na travessia Lapinha-Tabuleiro. Autor: Padoan, 2016.	77
Figura 4. Transecto Lapinha-Tabuleiro. Autor: Padoan, 2016.....	79
Figura 5. Casa do seu Zé d’Olinta e d. Maria. Autor: Padoan, 2016.....	81
Figura 6. Casa da Ana Benta ao pé da Serra da Calçada. Autor: Padoan, 2016.....	83
Figura 7. Vale do rio Parauninha vista da Serra da Calçada, Pico do Breu a esquerda e os picos dos Três Irmãos a direita. Autor: Padoan, 2016.....	84
Figura 8. Representação do primeiro contato ocular com Lapinha da Serra no horizonte. Autor: Padoan, 2016.	89
Figura 9. Visão do relevo escarpado do maciço do Breu a partir de uma área de camping na Lapinha. Autor: Padoan, 2016.	90
Figura 10. Chegada ao distrito do Tabuleiro. Autor: Padoan, 2016.	94
Figura 11. Trilhando vínculos. Autor: Lucas Gabriel de Oliveira Gonçalves, 2016....	115
Figura 12. Relação de ex-alunos de Fitogeografia e a turma cursada (ano/semestre)..	156
Figura 13. Curso de origem dos ex-alunos de Fitogeografia.....	156
Figura 14. Gráfico representativo dos ex-alunos que já estiveram nos povoados em questão.....	157
Figura 15. Relação de ex-alunos da disciplina que realizaram a travessia antes da prática de campo.....	158
Figura 16. Quantidade de vezes que a travessia foi realizada por cada ex-aluno antes da prática de campo.....	158
Figura 17. Relação de ex-estudantes da disciplina Fitogeografia que retornaram a travessia após a atividade de campo.	159
Figura 18. Relação da quantidade de vezes que um mesmo estudante retornou a travessia após a prática de campo.....	160
Figura 19. Relação de estudantes que retornaram ao vilarejo da Lapinha após a atividade de campo.....	161
Figura 20. Relação da frequência dos retornos a Lapinha da Serra após a atividade de campo.	161

Figura 21. Relação de ex-alunos que retornaram ao Tabuleiro após a atividade de campo.	162
Figura 22. Relação da frequência com que ex-alunos retornaram ao distrito do Tabuleiro após a atividade de campo.....	162
Figura 23. Localização geográfica da travessia Lapinha-Tabuleiro.....	163
Figura 24. Vegetação no entorno da travessia Lapinha-Tabuleiro.....	164
Figura 25. Pontos de apoio para a travessia Lapinha-Tabuleiro.....	165
Figura 26. Caracterização da área de estudo.	166
Figura 27. Modelo Digital de Elevação da área de estudo.	167

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Elementos da aventura. Fonte: Adaptado de Grecco (2006).	68
Quadro 2. Modalidades do Trekking. Fonte: Adaptado de Grecco (2006).	70

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IEF – Instituto Estadual de Florestas

IGC – Instituto de Geociências

PESI – Parque Estadual da Serra do Intendente

PNMT – Parque Natural Municipal do Tabuleiro

RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte

UC – Unidade de Conservação

UCAT – Usina Hidrelétrica Coronel Américo Teixeira

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

PRÓLOGO	14
CAMINHOS QUE CONTAM HISTÓRIAS	19
1.1. Um pano de fundo: da Serra do Espinhaço à travessia Lapinha-Tabuleiro.....	27
1.2. Contextualizando: travessia Lapinha-Tabuleiro e a Fitogeografia.....	35
1.3. Escolhas metodológicas.....	40
TECENDO IDEIAS: CAMINHADA, TURISMO E AVENTURA	46
2.1. O ato de caminhar.....	46
2.2. A imersão no espaço a partir de caminhadas.....	51
2.3. Turismo, trilhas e aventura	58
O ECOAR DA TRAVESSIA LAPINHA-TABULEIRO	75
3.1. Atravessando: de Lapinha à Tabuleiro	76
3.1.1. Lapinha e Tabuleiro enquanto pontos de partida e chegada.....	87
3.2. Registros do ecoar da travessia.....	97
3.3. Ecos e reflexões socioambientais	125
NO HORIZONTE PRÓXIMO	136
EPÍLOGO	142
BIBLIOGRAFIA	148
APÊNDICES	155
Apêndice A: Pesquisa exploratória	155
Apêndice B: Produção cartográfica.....	163

PRÓLOGO

Tentar descrever como fui encontrado pela travessia e tão facilmente seduzido é tentar representar em palavras os mais abstratos sentimentos. Praticar o exercício da memória, através da própria lembrança, é como tentar encontrar as nossas pegadas e desvelar o nosso rastro. A escala de tempo se distorce e muitas vezes as lembranças se misturam na tentativa de localizar cada imagem, relance, cada frase dita e até mesmo as frases não ditas, nos fazendo refletir sobre os acontecimentos passados e nos empenhar em trazer para o presente aquilo que tanto nos esforçamos para lembrar.

Se eu disser que me lembro exatamente como fui levado pela travessia, estaria sendo desonesto! Tenho em minha mente alguns momentos que foram perpetuados, seja por alguma paisagem que avistei ou alguma frase que ouvi, por pessoas que conheci ou por caminhos que escolhi. É minha intenção alinhar esses momentos que, de alguma forma ou de outra estão conectados com a travessia, momentos que dão sentido e significado quando ouço a palavra “travessia”.

Certa vez, quando iniciava minha graduação no curso de Ciências Socioambientais na UFMG, me foi dito que o produzir ciência deveria ser imparcial. Ao passo que avançava em meus estudos, fui desconstruindo essa ideia e, hoje, olhando para trás, consigo ver que não há nada de imparcial em minha trajetória acadêmica, muito pelo contrário, é regada a subjetividade, afetividade e paixão. Como ser imparcial, objetivo e frio durante um processo de pesquisa ou tomada de decisão? Por mais que se queira acreditar na neutralidade, por trás de cada frase construída e cada escolha adotada, restará, ainda que latente, resquícios de nossa subjetividade.

A escolha da travessia Lapinha-Tabuleiro como *locus* da pesquisa não foi, de forma alguma, aleatória ou imposta. Talvez imposta pelas minhas paixões, mas em momento algum determinado por outros que não a minha própria consciência. Como disse anteriormente, lembrar da maneira exata a forma com que a travessia me encontrou é uma tarefa difícil, aliás, ordenar lembranças e sentimentos já se configura em um encargo complicado, mas não os explicitar aqui daria margem para abrir uma grande lacuna. Toda

pesquisa é recheada de justificativas e, ao meu ver, seria um erro omitir parte dessas motivações que são, de qualquer modo, pessoais.

A primeira vez que ouvi falar da travessia, em 2008, eu não tinha mais que 15 anos, estava sentado em uma bancada da escola e ouvindo com bastante atenção a experiência de um colega mais velho que havia se aventurado em uma trilha que, segundo ele, era sensacional. Acompanhado por um grupo responsável, ele narrou os perigos da caminhada, a noite em sua barraca, a fogueira que foi levantada e o banho em uma cachoeira cuja queda era incomensurável. Eu consegui imaginar a caminhada passo a passo, consegui sentir o entusiasmo em sua narrativa, até mesmo a vertigem ao descrever subidas tão íngremes me veio ao corpo. Era como escutar uma história em que eu pudesse um dia protagonizar, que talvez, em algum momento, eu mesmo estaria contando para terceiros a minha aventura nessa trilha que, ainda naquele momento, era composta apenas por frutos da minha imaginação traçada por uma narrativa de um colega.

Quando essa história me foi narrada, o sentimento e a experiência foram elevados e me pareceu, aos olhos de um adolescente de 15 anos, uma façanha incrível e excepcionalmente grandiosa. Eu precisava ver o que ele viu. Eu precisava sentir aqueles momentos tão intensos na pele. Essa tal de “trilha que sai de Lapinha e chega no Tabuleiro” ficou no meu imaginário durante muito tempo. Eu tecia planos e convidava amigos, queria de qualquer forma conhecer esse lugar que, antes mesmo de vê-lo, já havia se fixado na minha mente. Infelizmente, qualquer tentativa minha de chegar a travessia foi frustrada por limitações da vida.

Em 2010 a travessia já tinha grande visibilidade turística e, ao buscar informações na internet, eu conseguia encontrar inúmeros relatos de pessoas e grupos que fizeram a caminhada, relatos que se aproximavam bastante do que meu colega havia me contado há 2 anos antes. Diferentemente, nesses novos relatos que passei a ter acesso, continha fotos dos registros desses caminhantes. O que antes era construído apenas pelo meu imaginário, passou a se mesclar com as fotografias digitalizadas, mesmo que constituindo apenas representações estáticas da realidade que foram suficientes para retroalimentar o desejo de estar naquele lugar.

Por mais que minhas tentativas de vivenciar aqueles relatos fossem frustradas, os limites que me afastavam daquela caminhada nunca existiram no meu imaginário, no plano dos

sonhos. Até então, eu não tinha estado lá pessoalmente, mas me sentia como veterano daquela trilha, mesmo sem conhecer seus caminhos e suas nuances. Sempre me considerei um grande apaixonado por trilhas, pelo silêncio e pela paz que uma caminhada proporciona. Essa paixão, sem sombra de dúvidas, me levou a tomar certas decisões que, de uma forma ou de outra, aproximou-me do meu desejo de experienciar e vivenciar a travessia.

Após o ritual que marca a nossa passagem para a universidade, já em 2011, me encontrei como aluno do curso de Ciências Socioambientais na Universidade Federal de Minas Gerais e, logo depois, como bolsista de extensão universitária no museu Espaço do Conhecimento UFMG. Em meio os estudos, ao final de 2012, houve uma possibilidade de participar de uma vivência de campo na Serra do Cipó, através da instituição em que eu exercia extensão. A atividade de campo, coordenada por um professor do Departamento de Geografia da UFMG, consistiu em uma visita a um sítio arqueológico em Santana do Riacho e uma caminhada ao Travessão (Serra do Cipó/MG). Foi então, após chegarmos na propriedade da Companhia Horizonte Têxtil (onde visitaríamos o paredão rupestre), que uma colega de trabalho, aluna do curso de Geografia, mencionou ao passar por uma ponte e parar em frente a uma porteira: “É aqui que começamos a travessia na disciplina dele”, ao dizer essas palavras, apontou para o professor que já ia caminhando para além da porteira, à frente do grupo.

Imediatamente o estalo: travessia? De Lapinha a Tabuleiro?

Interroguei-a. Fiz questão de colher todas as informações necessárias para que eu pudesse voltar àquela porteira e atravessar, de Lapinha a Tabuleiro. Ela prosseguiu respondendo a minha enxurrada de perguntas em um tom de voz baixo e tranquilo: “É uma disciplina optativa da Geografia, Fitogeografia”.

Primeiro semestre de 2013, eu, aluno do quinto período de Ciências Socioambientais estava regularmente matriculado na disciplina de Fitogeografia. Avancei com os estudos, me dediquei e esperei ansiosamente pelo campo, pelo momento de chegar novamente aquela porteira que marca o início da caminhada. Durante a aula que precederia a prática de campo, o professor nos passou as instruções e narrou muitas de suas experiências ao longo da caminhada. Nesse momento, me vi de novo com 15 anos, sentado na bancada da antiga escola, ouvindo aquele relato extraordinário que tanto aguçou meu imaginário.

Sinceramente, eu não sei como descrever aqui a minha primeira vivência na travessia. Seria redundante da minha parte dizer que me senti como se já tivesse feito aquele caminho, até porque, no meu imaginário já tinha visitado aquele lugar inúmeras vezes. Durante a caminhada, a vi como um longo teatro, buscando os cenários dos relatos que já havia lido e ouvido. Tive a oportunidade de experimentar os meus sentidos: pude degustar cada passo dado, apreciar o som do vento no topo da serra e o canto dos pássaros, até mesmo os cheiros que se diferenciavam à medida em que avançávamos. Como poderia também descrever as pessoas que conheci? Como ilustrar o tímido sorriso de D. Naná, ao nos receber em sua casa na Lapinha? Como posso relatar, no alto da serra da Calçada, a simplicidade com que Seu Zé D’Olinta e D. Maria nos acolhem, oferecendo um delicioso café adoçado com cravo, em sua pequena cozinha? E o sentimento de conquista ao chegar no Tabuleiro? Finalmente me senti parte daquilo tudo, finalmente consegui trazer os meus desejos à realidade. São momentos como esses que considero indescritíveis, marcantes e singulares. Minha experiência, minha vivência e, finalmente, minhas lembranças que fariam parte do meu próprio relato.

Apesar de conquistar um desejo que foi sendo alimentado durante cinco anos, não foi o suficiente para me satisfazer. A ânsia de voltar, a atração que eu sentia e a febre do regresso era intensa. Eu queria estar lá novamente, queria compreender a travessia e conhecer cada possibilidade de caminho.

Lembro-me bem de quando, na primeira vez que fiz a caminhada, estávamos em três reunidos na sala de D. Naná. A noite e o cansaço já haviam recaído sobre a turma, acampada logo abaixo da casa. Me encontrava sentado naquela sala, junto de mais um colega e o professor da disciplina. O relógio já marcava quase três da manhã e o vento com tanta intensidade descia do maciço do Breu e chegava a Lapinha, preenchendo com fortes assobios e calafrios a velha casa em que jazíamos. Era justamente sobre esse universo em que estávamos imersos que debatíamos, quando irrompeu uma fala quase que desafiadora do professor: “É o magnetismo da serra, é essa atração inexplicável que esse lugar tem. Eu vejo que Lapinha e a travessia tem um mistério para cada um de nós; vá atrás do seu mistério, tente resolver o seu enigma. A resposta está aqui nessa serra, basta você procurar”.

Desde então me ocupo com o meu enigma. Foi na sala da D. Naná, sob o vento que ricocheteava as janelas da casa, que a travessia me foi designada, passou a ser o meu alívio e a minha ansiedade, uma febre. Foi lá que eu compreendi a dimensão que esse “mistério da serra” me tomaria, uma incógnita que eu precisaria a qualquer custo desvendar, embora quanto mais eu mergulhe, menos certezas se revelam e mais inquietações sobrevém.

I

CAMINHOS QUE CONTAM HISTÓRIAS

Cada caminho tem uma história a ser contada, embora sejam poucos aqueles que se demonstram atentos a escutar. Ouvir as histórias que os caminhos podem expressar não se constitui em uma tarefa fácil e exige de nós, caminhantes de corpo e alma, um exercício de imersão no espaço. Estar aberto aos sentimentos e deixar que as reflexões ecoem em nossa mente são movimentos fundamentais para que possamos entender o que um caminho tem a dizer. É preciso estar conectado ao espaço, se sentir parte desse espaço, só assim será possível ouvir, enxergar, sentir e provar de cada sensação que um caminho pode oferecer.

A imersão humana permite interpretar a paisagem, ainda que não haja nenhuma língua, idioma ou dialeto a ser traduzido, mas sim as emoções. Emoções essas que não são facilmente descritas, apenas sentidas através da complexidade do nosso corpo. Somos capazes de ouvir o mundo, basta aceitarmos a conexão existente entre o corpo, a alma e a terra. Sim, aceitar. Por vezes, nos esquecemos que somos integrados a natureza e não parte dissociada dela, o que leva a fragilidade dessa conexão, mas jamais a sua supressão.

Assim como o corpo, o mundo se demonstra complexo e é no mundo que se encontram os caminhos, repletos de histórias a serem contadas. Embora fosse do nosso interesse explorar o mundo e conhecer cada caminho, aqui trataremos de apenas um: a travessia Lapinha-Tabuleiro (Figura 1 e em Apêndice B: Figura 23). A travessia, enquanto caminho, pode não ser definido por um único trajeto, mas sim por um conjunto de possibilidades de caminhos. Caminhos que tem início e fim (fim?), caminhos que saem de um ponto e levam a outro (ou talvez o leve a mais um ponto de partida). Neste caso, caminhos que saem da Lapinha da Serra e levam ao Tabuleiro do Mato Dentro.

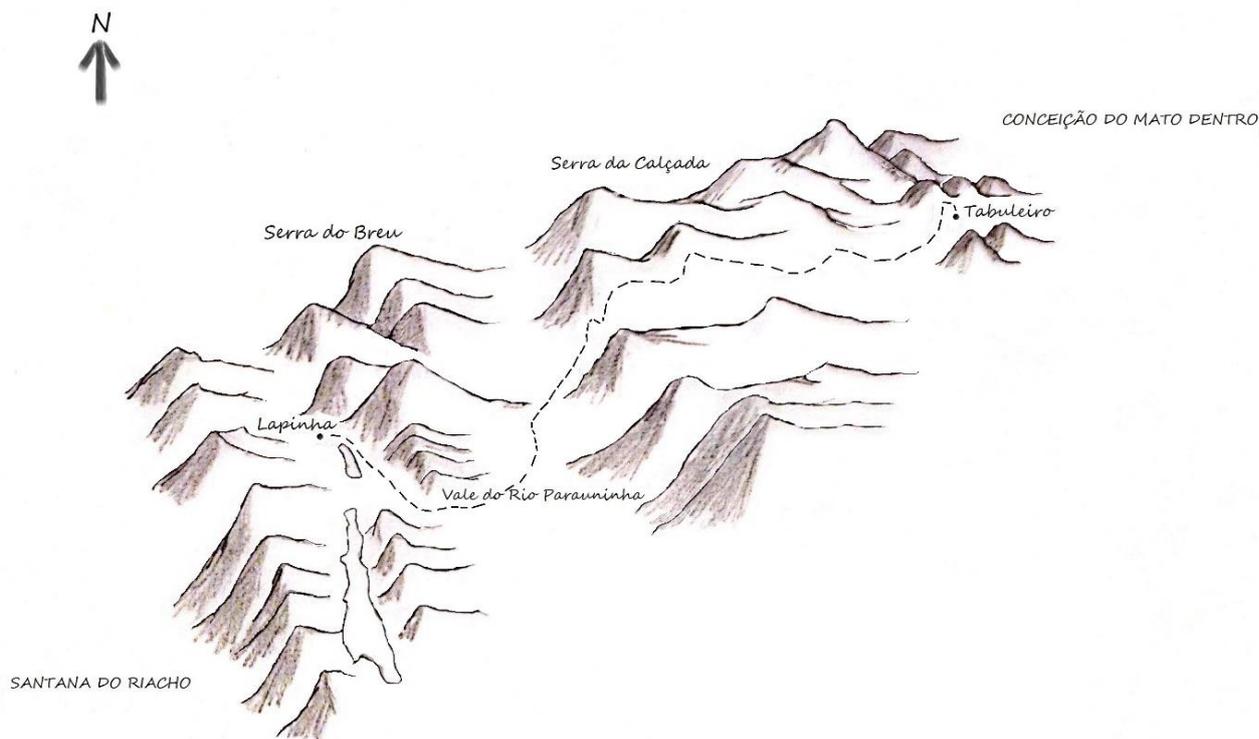


Figura 1. Croqui representativo da travessia Lapinha-Tabuleiro. Autor: Padoan, 2016.

Lapinha, como é conhecida, é um povoado situado no município de Santana do Riacho, em Minas Gerais, enquanto Tabuleiro é um distrito inserido no município mineiro de Conceição do Mato Dentro. Ambos estabelecidos em uma região conhecida como Serra do Cipó, localizada a nordeste de Belo Horizonte, cujo nome se dá pela beleza cênica local e a sinuosidade do rio que também nomeia a própria serra: Cipó. A Serra do Cipó, por sua vez, representa a porção sul de uma cadeia montanhosa que segue de Minas Gerais a Bahia, denominada Serra do Espinhaço, ou Cadeia do Espinhaço, nome esse concedido por Eschwege (1822), em alusão a espinha dorsal (GONTIJO, 2003).

A travessia resguarda marcas dos séculos passados, expressa momentos como o processo de interiorização do território brasileiro e a ocupação humana na Serra do Espinhaço. Toda a paisagem que constitui a caminhada representa parte desses momentos históricos, um pequeno fragmento que pode revelar importantes acontecimentos do nosso passado. Uma narrativa que pode ser contada pelas serras, histórias marcadas nas rochas, sinais que podem ser encontrados nos solos, soprados pelo vento e contemplado pela vegetação. As mais diferentes formas de vida são testemunhas de processos que marcam a paisagem,

e isso inclui a nós mesmos. Todos esses elementos estão presentes nos caminhos demarcados e aqueles ainda não demarcados entre Lapinha da Serra e Tabuleiro do Mato Dentro. Caminhos que tem histórias a serem contadas e necessitam muito mais do que ouvidos para que sejam escutadas. São histórias que precisam de um coração aberto para que sejam sentidas.

A travessia Lapinha-Tabuleiro sem dúvidas tem muito a nos dizer, muitos mistérios ainda escondidos nas curvas de suas serras e, ainda que pouco tenha sido pesquisado sobre esse(s) caminho(s) em si, as histórias continuam sendo redigidas na paisagem. A cada novo caminhante que ali passa, novos capítulos são anexados a este lugar. Até mesmo veteranos da travessia, conhecedores de – quase – todas as possibilidades de trajetos estão sujeitos a novas significações e ressignificações do espaço. Afinal, uma caminhada não é um mero exercício físico para o corpo, mas sim uma intrincada relação de processos que integram o corpo a nossa mente e sobretudo, a terra.

São várias possibilidades de caminhos a serem percorridos, inúmeras possibilidades de atravessar as serras que separam Lapinha de Tabuleiro e, em decorrência dessa variedade, são inúmeros os espaços passíveis de serem vividos e experienciados. Na lógica de Tuan (1983), os espaços indiferenciados se transformam em lugares na medida que o sujeito atribui valores e significados. É nesse sentido que a travessia, ao ser percorrida, desde o novo ao já calejado caminhante, torna possível a emergência de uma série de sentimentos e emoções, tornando a experiência do trajeto única, ainda que seja realizada repetidas vezes.

Essa variação do percurso, em extensão, significa percorrer entre 20 a 45 quilômetros. As possibilidades de pernoite, caracterizado pelos pontos de apoio ao longo do trajeto, permitem ao sujeito elaborar um roteiro próprio de caminhada, embora nem sempre roteiros se tornem realidade. O planejamento prévio, por mais que necessário em caminhadas de longas distâncias, sofrem alterações drásticas na medida em que o indivíduo ou grupo empreendem e avançam em sua aventura. Muitas vezes nos esquecemos de nossos planejamentos e nossos roteiros quando estamos verdadeiramente imersos em um novo universo. E para aqueles que se consideram plenos conhecedores dos caminhos, uma advertência: novos universos podem ser descobertos dentro de

universos já explorados, assim como eles podem sofrer transformações a partir das distintas óticas de observação.

O universo da travessia Lapinha-Tabuleiro tem sido apropriado de distintas maneiras ao longo do tempo. São caminhos que já foram percorridos por paleoíndios, tropeiros, naturalistas, adotado por comunidades locais da região e, atualmente, usado em romarias e reproduzido no âmbito turístico. O trajeto, enquanto atividade turística, tem ganhado relevância no sudeste brasileiro durante os últimos 15 anos, alcançando uma projeção cada vez maior em nível nacional. Os relatos eclodem na internet: blogs, redes sociais e fóruns de discussões revelam a enorme quantidade de caminhantes que esse percurso tem recebido, notoriedade essa que bem possivelmente tenha influência direta do prestígio que a Serra do Cipó vem adquirindo, destacando a travessia como um de seus atrativos mais procurados.

Esse destaque para a região ocorre em função de uma singular heterogeneidade de ambientes, configurando-se em um mosaico de paisagens que abrange diferentes formações fitofisionômicas pelo Espinhaço: savanas, campos rupestres, campos de altitude e floresta estacional semidecidual. Além da beleza cênica, a região é dotada de vasta biodiversidade estudada por diversos pesquisadores que indicam que o alto endemismo só corrobora com necessidade de constantes pesquisas (GIULIETTI *et al.*, 1987; MENEZES e GIULIETTI, 1986; PERON, 1989; MENEZES e GIULIETTI, 2000; RAPINI *et al.*, 2008). Essa mesma diversidade que se faz notável para o Espinhaço é observada em uma escala de detalhe na condição hologramática em sua porção sul, a Serra do Cipó, sendo percebido através da variedade de fitofisionomias presentes ao longo do percurso, o qual perpassa um mosaico de Unidades de Conservação que expressa a importância da biodiversidade local, representado pela Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira (APA Morro da Pedreira), Parque Estadual Serra do Intendente (PESI) e Parque Municipal Natural do Tabuleiro (PMNT).

Historicamente, o Espinhaço é reconhecido pela sua importância mineral durante o período colonial e, segundo Rapini *et al.* (2008), observou-se o surgimento de diversos vilarejos e distritos durante o ciclo do ouro e do diamante entre os séculos XVII e XIX, dialogando, inclusive, com o surgimento do povoado de Lapinha e distrito do Tabuleiro. Esse período é marcado não só pela sua importância mineralógica, mas também pelas

expedições exploratórias realizadas por naturalistas que percorreram a região descrevendo a organização da paisagem, em destaque Langsdorff, Auguste de Saint-Hilaire, Martius, Spix e seus respectivos trabalhos e contribuições no que se refere ao registro da vegetação brasileira (NOGUEIRA, 2005).

Os naturalistas que aqui desembarcaram no século XIX fizeram muito mais do que observar e produzir notas sobre a vegetação brasileira. Esses estudiosos das ciências naturais percorreram inúmeros percursos, dispostos a sentir o que a cada paisagem poderia expressar. Diários de viagem, desenhos rascunhados, pinturas minuciosas e narrativas literárias são deixadas como herança dessas grandes expedições. Todo esse material se configura como importante registro histórico, embora o maior legado assuma um caráter abstrato e impalpável, citado por Amorim Filho (2006, p.14) como um “espírito geográfico” que, ao nosso ver, é inflado pelo desejo vital de explorar o desconhecido, unindo subjetividade e técnica, produzindo ciência com paixão.

Os exploradores registraram as histórias dos caminhos ao mesmo tempo em que se tornaram histórias nos caminhos. Será que a ciência moderna em toda sua frieza e imparcialidade, teria ímpeto para tal? Onde estão os herdeiros que carregariam o legado desses exímios caminhantes do século XIX? Fato é que os caminhos estão no mundo, assim como as histórias que cada percurso carrega, resta-nos questionar se ainda há caminhantes dispostos a promover esse processo de introjeção no espaço, ou mesmo inflar o espírito geográfico, o qual se faz, segundo Clozier (1972) e Amorim Filho (2006), movido pela busca da aventura, elemento presente no surgimento, desenvolvimento e até mesmo na identidade da geografia enquanto ciência.

Essas indagações nos permitem refletir sobre o mistério que as serras entre Lapinha e Tabuleiro resguarda. Seria o percurso capaz de inflamar, por meio desse enigma, o espírito geográfico nos caminhantes? Acreditamos que seja cedo para elaborarmos qualquer tipo de resposta para esse questionamento, embora seja possível que o processo de imersão humana e introjeção no espaço possa estar estreitamente conectado a esse espírito, ou essência, que se faz presente em cada viajante, ainda que esteja latente dentro de si.

Encontramos na literatura acadêmica apenas dois trabalhos que destacam o magnetismo que a Serra do Cipó exerce: Moura (2000) e Gontijo (2003). A capacidade de constatar

uma relação magnética ou até mesmo sentir um mistério que paira em uma dada região não é algo simples, torna-se preciso mergulhar na lógica daquele espaço e aguçar os sentidos – sentir. Ainda no âmbito acadêmico, identificamos outros três trabalhos, sendo Ferreira (2007) e Pacheco (2008) que tratam da travessia Lapinha-Tabuleiro, mas não se apropriam da caminhada como foco principal da análise e Padoan (2014), que discute o potencial da caminhada no âmbito da conservação socioambiental de maneira geral. Ambos os estudos estão vinculados ao Instituto de Geociências (IGC) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e se apresentam como monografias dos cursos de graduação em Geografia, Turismo e Ciências Socioambientais. Além disso, pode-se dizer que as pesquisas desenvolvidas também estão ligadas à disciplina optativa Fitogeografia, uma vez que a caminhada é reproduzida como trabalho de campo, o qual foi responsável por apresentar a área aos respectivos autores quando cursaram a matéria.

A disciplina de Fitogeografia, ofertada no IGC há mais de 15 anos, trabalha com a questão da distribuição espacial da vegetação, buscando respaldo nas contribuições de Humboldt, citado por Helferich (2005) como pai da Fitogeografia, além de trabalhar com os procedimentos metodológicos adotados nas grandes expedições científicas empreendidas por naturalistas no século XIX. De tal modo, a incorporação da caminhada como prática de campo acadêmica tornou-se fundamental para abraçar além do conteúdo da disciplina em meio a um trajeto sociobiodiverso, revelando o potencial imersivo da trilha e a possibilidade de reproduzir as viagens exploratórias do Brasil oitocentista.

O trabalho de campo vem sendo desenvolvido na travessia desde 2002, levando anualmente cerca de 50 a 70 alunos e totalizando, até o ano de 2016, 814 estudantes que percorreram o trajeto entre Lapinha e Tabuleiro. Muitas histórias foram incorporadas a esses caminhos ao longo dos últimos 15 anos, assim como diferentes relações com o espaço também foram construídas. Ao mergulhar nessa afinidade entre a disciplina e a travessia, começamos a imaginar se o campo seria uma forma de impulsionar o turismo na região, caso fosse responsável por apresentar aos alunos a trilha que liga o povoado ao distrito. A partir desse questionamento, realizamos uma sondagem no formato de questionário em plataforma digital (incluindo perguntas abertas e fechadas), a qual foi

aplicada aos ex-alunos da disciplina e obtendo um total de 81 questionários respondidos¹. Os resultados preliminares permitiram alguns apontamentos relevantes:

- O trabalho de campo da disciplina é responsável por apresentar a travessia Lapinha-Tabuleiro para a grande maioria dos alunos matriculados, assim como também o povoado da Lapinha e distrito do Tabuleiro;
- Após o trabalho de campo, quase metade dos alunos entrevistados retornaram a travessia, entre eles, estudantes que empreenderam 4 vezes ou mais;
- Após o trabalho de campo, observou-se um alto retorno ao povoado da Lapinha, mesmo que não objetivasse empreender a travessia. Constatou-se também retornos ao Tabuleiro, embora em um menor número e quase sempre associado à Cachoeira do Tabuleiro.

A partir dessa sondagem, as observações viabilizaram reforçar a ideia de que o trabalho de campo impulsiona o turismo local, uma vez que promove o retorno dos estudantes não só à caminhada, mas também ao povoado da Lapinha e distrito do Tabuleiro. Além disso, por mais que tenhamos indicativos acerca dos retornos dos alunos à região, o questionário não permite caracterizar o tipo de turismo que é induzido, sendo necessário um maior aprofundamento na relação existente entre o trabalho de campo e a travessia.

Seguindo o raciocínio, acreditamos que a atividade de campo, por meio da caminhada, promove a imersão do indivíduo no espaço, levando-o à reflexão e à crítica sobre a relação homem-natureza que, por sua vez, pode contribuir positivamente para o despertar de uma mobilização, reflexões e interesse pela área em questão. Esse processo provocaria o retorno dessas pessoas à travessia, retroalimentando a ideia da imersão que acaba suscitando na conservação socioambiental. Contudo, não podemos generalizar e afirmar que todos os caminhantes tenham tido experiências positivas, uma vez que a trilha pode igualmente provocar momentos não prazerosos a um sujeito, embora isso não signifique necessariamente uma experiência negativa.

Diante do exposto, o objeto da investigação incluirá as compreensões, os entendimentos e os efeitos que uma dada imersão pode suscitar, considerando a travessia Lapinha-

¹ Questionário elaborado a partir do Google Forms, ferramenta online de armazenamento em nuvem. Os resultados encontram-se no apêndice deste documento.

Tabuleiro como *locus* da pesquisa. Dito isso, a questão central deste trabalho será discutir a introjeção no espaço que a travessia suscita e o amplo leque de reflexões socioambientais, inclusive turísticas, que a imersão propicia e, para tanto, consideraremos como sujeitos da nossa pesquisa: o universo de alunos da UFMG que já cursaram Fitogeografia, buscando dentre eles, os caminhantes que se colocaram abertos às experiências que a trilha poderia proporcionar; os residentes situados ao longo da caminhada que atuam como ponto de apoio; populações do povoado da Lapinha e distrito do Tabuleiro.

Sendo assim, o objetivo geral se faz compreender de que forma a imersão humana e as reflexões socioambientais suscitadas ao longo da travessia pode contribuir, ou não, na conservação ambiental e na valorização das comunidades locais. Visando alcançar este propósito, torna-se preciso elencar objetivos específicos que se constituem como desdobramentos fundamentais para que consigamos avançar em direção ao nosso objetivo principal. Para tanto, é de nossa competência (i) descrever a área de estudo a partir da nossa experiência como pesquisador, turista e caminhante; (ii) identificar e analisar, a partir de observações de campo e registros, as impressões dos sujeitos sobre a área de estudo; (iii) identificar e analisar as percepções dos sujeitos ao longo da travessia Lapinha-Tabuleiro; (iv) identificar e discutir as potencialidades e possibilidades para a conservação socioambiental da região, apontadas pelos sujeitos a partir da travessia Lapinha-Tabuleiro.

Diante disso, este documento está organizado em um prólogo, quatro capítulos e um epílogo. No prólogo esclarecemos nossas motivações de pesquisas, as quais antecedem a nossa própria trajetória acadêmica. Em seguida, o primeiro capítulo, “CAMINHOS QUE CONTAM HISTÓRIAS”, apresentamos o tema, a problematização, justificativa e objetivos da investigação. Na sequência, “TECENDO NOSSAS IDEIAS: CAMINHADA, TURISMO E AVENTURA”, discutimos as relações que permeiam as caminhadas, atividade turística e a aventura, explorando as temáticas que se entrelaçam como pano de fundo de nosso objeto de estudo. O terceiro capítulo, “O ECOAR DA TRAVESSIA LAPINHA-TABULEIRO”, descrevemos subjetivamente a travessia, assim como nos enveredamos nos relatos, emoções, sentimentos e reflexões advindas ao longo do trajeto, investigando os efeitos da caminhada naqueles que se lançam à trilha. O quarto e último capítulo, “NO HORIZONTE PRÓXIMO”, expomos nossas considerações finais

e os encaminhamentos dessa investigação. Por fim, o epílogo assume a função de representar o estado que essa pesquisa se encontra, fechando a dissertação e construindo uma ponte para possíveis futuros trabalhos.

1.1. Um pano de fundo: da Serra do Espinhaço à travessia Lapinha-Tabuleiro

Uma vez considerado a condição hologramática da Serra do Cipó para a Serra do Espinhaço, podemos inferir o mesmo da travessia Lapinha-Tabuleiro para o Cipó. Dessa maneira, entendemos que a complexidade no tocante à importância ambiental pode ser observada em uma perspectiva de trânsito escalar: do macro para o micro, do Espinhaço para a travessia. Assim, revela-se importante compreender o contexto e as relações que permeiam a Serra do Espinhaço como um todo, assim como sua porção sul, a Serra do Cipó, onde realiza-se a caminhada de oeste para leste, caracterizada pela travessia. Trata-se de abarcar não apenas a importância ambiental, mas trazer também o processo de ocupação humana ao longo do tempo e o fenômeno do turismo na região, possibilitando relacionarmos tais elementos diretamente com a travessia.

Geologicamente o Espinhaço tem despertado o interesse de pesquisadores desde o século XIX, em função das descobertas de recursos minerais e suas potencialidades econômicas, principalmente o ouro e diamante (SAADI, 1995; GONTIJO, 2008). No que se refere as primeiras contribuições para geociências, temos Eschwege (1822, 1832 e 1833) e Derby (1881 e 1906). Inclusive, foi Wilhelm Ludwig von Eschwege, alemão e geólogo, que se apropriou pela primeira vez do termo Espinhaço em um artigo em 1822, fazendo referência à “espinha dorsal” que se prolongaria pelos estados brasileiros. Barão de Eschwege, ao cunhar o termo Espinhaço, não apenas considerou a relevância geológica como também ecológica (mesmo que o conceito ainda não fosse de sua época), como podemos observar no primeiro momento em que a nomenclatura surge em seu trabalho:

Uma dessas principais cadeias montanhosas, chamada em alguns lugares de Serra da Mantiqueira, encerra os pontos mais altos do Brasil, tais como o Pico do Itacolumi perto de Vila Rica, a Serra do Caraça junto a Catas Altas e o majestoso Pico do Itambé, perto da Vila do Príncipe, e atravessa, pelo norte, as províncias de Minas Gerais e da Bahia seguindo até Pernambuco e para o sul, a de São Paulo até o Rio Grande do Sul. A ela denominei Serra do Espinhaço (“Rückenknöchengebirge”), não só porque forma a cordilheira mais alta, mas, além disso, é notável, especialmente para o naturalista, pois

forma um importante divisor não somente sob o ponto de vista geognóstico, mas também é de maior importância pelos aspectos da fauna e da flora. (...). As regiões ao leste desta cadeia, até o mar, são cobertas por matas das mais exuberantes. O lado oeste forma um terreno ondulado e apresenta morros despídos e paisagens abertas, revestidas de capim e de árvores retorcidas, ou os campos cujos vales encerram vegetação espessa apenas esporadicamente. O botânico encontra, nas matas virgens, plantas completamente diferentes daquelas dos campos e o zoólogo acha uma outra fauna, especialmente de aves, tão logo passe das matas, pela Serra do Espinhaço, para os campos (ESCHWEGE, 1822, p. 99, tradução de RENGER, 2005).

O alemão já apontava para que a Serra do Espinhaço fosse reconhecida por sua notória importância ambiental, funcionando como um divisor de biomas, onde na borda leste encontra-se coberta por vegetação característica de mata atlântica e suas variações, enquanto na borda oeste um terreno mais ondulado e vegetação retorcida, característica do cerrado e suas variações. Sendo assim, W. Eschwege já sinalizava para a relevância da inserção da cadeia como uma área proeminente para estudos de flora e fauna, constituindo-se em uma importante área de transição, ainda que não utilizasse esses termos.

Em uma tentativa de realçar a importância ambiental da inserção do Espinhaço no espaço, Gontijo (2008) reafirma a importância do estado de Minas Gerais como estratégico para a proteção da biodiversidade, lembrando sua interseção entre três dos grandes biomas brasileiros – Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga –, e indicando o Espinhaço como faixa de transição entre os biomas, caracterizado pela ocorrência dos campos rupestres de altitude. No entender do autor, os campos rupestres do Espinhaço Mineiro constituem-se, pela sua extrema importância, em um próprio bioma, uma vez que sua antiguidade geológica e posição geográfica lhe atribuem uma singular relevância ecológica, visto tamanha biodiversidade e grau elevado de endemismo. Além disso, a importância dos campos rupestres vai além de seu valor fitofisionômico e florístico, tratando-se, segundo Gontijo, de uma paisagem grandiosa, intensamente gravada no imaginário mineiro, que traz as marcas das conquistas minerais, associadas tanto ao embasamento quartzítico no caso do Espinhaço, quanto ferrífero no caso do Quadrilátero Ferrífero: “a história das “minas gerais” passa necessariamente, pelos campos rupestres” (GONTIJO, 2008, p.10). Sendo por assim dizer, os campos rupestres de altitude no Espinhaço Mineiro deixariam de ser reconhecidos apenas como uma mera zona de transição e poderiam ser considerados, por si, só um dos quatro grandes biomas mineiros.

No que se refere às principais raízes da identidade mineira, é possível identificarmos inúmeras relações com o processo de ocupação histórica da Serra do Espinhaço. Pode-se dizer que a formação dos principais núcleos urbanos coloniais em Minas Gerais, do século XVII ao início do século XIX, está intimamente associado ao contexto de ocupação histórica do Espinhaço, originário junto às primeiras lavras abertas na região, as quais acabaram aglutinando populações (MOSS e ALMEIDA, 2014). Os autores prosseguem afirmando que, ainda durante o período colonial, temos os caminhos anteriormente percorridos por indígenas sendo utilizados por bandeirantes e pelo gado, bem como os caminhos reais e os “descaminhos” das atividades subversivas da época (contrabando, tráfico e quilombos), os quais, de certa maneira, foram delineando os primeiros povoamentos ao longo do Espinhaço, estruturando as notórias aglomerações urbanas da Capitania de Minas Gerais. De tal maneira, considera-se que tal diversidade de caminhos colaborou para o surgimento dos assentamentos humanos, os quais foram pautados em descobertas economicamente rentáveis, como indica Moraes (2006, p.193):

Na região da Serra do Espinhaço, sobretudo, concentraram-se as lavras e os assentamentos humanos mais antigos e longevos – as minas do Ouro Preto, do Ribeirão do Carmo, do Sabará, do Caeté, e, mais tarde, do rio das Mortes e do Serro Frio, atestando o quão rentáveis foram as lavras descobertas.

Considerando esse movimento de ocupação, Moss (2014) verificou em sua pesquisa que a história da formação urbana dos distritos de Lavras Novas (Ouro Preto), Serra do Cipó (Santana do Riacho) e Milho Verde (Serro) relacionam-se com a riqueza paisagística da Serra do Espinhaço: às atividades de mineração e atividades agropastoris, aos caminhos abertos por entre suas serras, aos lugares que se abrigavam em seus vales e aos leitos de seus rios.

É notório que as paisagens mineiras estejam intimamente associadas à formação da identidade do estado de Minas Gerais, sobretudo no que tange ao seu vínculo com o processo de exploração mineral (ARANTES e MUSSE, 2012; MOSS, 2014). Por assim dizer, Ribeiro (2007) corrobora ao afirmar que muito da história do povoamento do Espinhaço está associado à descoberta e extração de ouro e diamante, onde os bandeirantes abriram caminhos e desbravaram o espaço no intuito de achar novos pontos de exploração que, por consequência, acabaram suscitando na emergência de novos povoados nos locais de extração. Moraes (2006) destaca para a surgimento, também, de

uma série de outros vilarejos de relevância estratégica para passagem e pouso da produção e do abastecimento de núcleos mineradores, ou até mesmo lugares de resistência como é o caso dos quilombos. Sobre essa conjuntura da mineração no Brasil colonial, Galeano (2002) afirma que:

A “idade do ouro” de Minas Gerais trasladou para o sul o eixo econômico e político do país e converteu o Rio de Janeiro, porto da região, em nova capital do Brasil a partir de 1763. No centro dinâmico da florescente economia mineira, brotaram cidades, acampamentos nascidos do boom e bruscamente ampliados na vertigem da riqueza fácil, “santuários para criminosos, vagabundos e malfeitores” – segundo as educadas palavras de uma autoridade colonial da época (p. 63).

No contexto do auge da mineração, principalmente no que se refere à Serra do Espinhaço e à ocupação do interior do Brasil durante o século XVII ao século XVIII, a Coroa Portuguesa, objetivando um maior controle e fiscalização da exploração das riquezas, estabeleceu caminhos oficiais (estradas reais) as quais se tornariam as únicas vias autorizadas para a circulação de pessoas, mercadorias, ouro e diamante (MARQUES, 2009). O autor afirma que a expressão “Estrada Real” designa os caminhos controlados pela Coroa, onde ocorria a inspeção e cobranças de direitos de passagem. Assim, as estradas reais eram orientadas para facilitar a extração e escoamento do ouro e diamante, da Serra do Espinhaço para o litoral, além de funcionar como controle e fiscalização segura sobre a produção.

As estradas reais também foram intensamente percorridas por viajantes naturalistas do século XIX, entre eles Auguste de Saint-Hilaire (1816) e Johann B. von Spix juntamente com Carl F. P. von Martius (1817). Os três naturalistas percorreram e descreveram o Espinhaço Meridional, embora Spix e Martius nunca tenham encontrado com Saint-Hilaire em suas andanças. Ambos se apoiaram nas contribuições cartográficas de Eschwege², que chegou na capitania de Minas Gerais em 1811 na premissa de intensificar a exploração do ouro que se encontrava decadente na região do Espinhaço (COSTA *et al.* 2002).

² Eschwege percorreu até três rotas pelo Espinhaço Meridional que culminou em seu trabalho “Novo Mapa da Capitania de Minas Gerais” no volume *Pluto Brasiliensis*, originalmente publicado em 1833 em Berlim (GONTIJO, 2003).

O declínio da mineração na Serra do Espinhaço, já na segunda metade do século XVIII e marcadamente no início do século XIX, é um assunto controverso. Ribeiro (2007) afirma que após a queda da atividade extrativista, observou-se um abrupto esvaziamento populacional da região, ocorrendo a inversão do fluxo migratório após a queda da produção de ouro e diamante, direcionando para outros segmentos promissores, como a produção de café no sul de Minas, deixando o Mesoepinhaço Mineiro³ em certa decadência econômica. Já Moss e Almeida (2014) indicam que o declínio da mineração não representou o declínio das demais atividades econômicas regionais, apesar de que resultou em intervenções nos processos de transformação da rede urbana, principalmente no que se refere à dinâmica dos pequenos núcleos urbanos.

Ao longo do século XIX, a decadência da mineração e o processo de independência do Brasil trouxeram transformações no espaço para a região do Espinhaço Meridional, uma vez que, segundo Marques (2009), as estradas reais deixaram de ter sua importância fiscal e firmaram-se como vias de circulação pública, incorporando-se ao ritmo de desenvolvimento do país. Algumas dessas estradas foram calçadas, enquanto outras continuam ainda inóspitas, lembrando aspectos do período colonial. Muitas dessas regiões foram, segundo Ribeiro (2007), esquecidas ao longo do século XIX até o final do século XX, quando a Serra do Espinhaço em sua porção meso e norte mineira passa a ser um grande alvo da exploração turística.

É importante lembrar que o destaque para a importância da diversidade histórica e cultural para o Espinhaço é relativamente recente. Por décadas buscou-se conhecer sua estrutura geológica, colocando-se sua importância ambiental em destaque somente a partir da década de 90. Muito provavelmente, essa nova valorização da Serra do Espinhaço vem em decorrência da apropriação da região pelo turismo que, ao mesmo passo em que chama a atenção para a região e sua importância histórica, deflagra um processo de transformação do espaço que pode vir a descaracterizar exatamente o que a valoriza.

Bem como destaca Gontijo (2003), a região do Espinhaço Mineiro tem ganhado destaque a partir do final da década de 80, quando se inicia um novo processo de “descoberta” em função do asfaltamento da rodovia MG-010. Não só com o asfaltamento da MG-010, mas

³ “A porção de terras, ao longo da Serra do Espinhaço, que se estende de Santana do Riacho até Conceição do Mato Dentro e Congonhas do Norte”.

também posteriormente, com outras facilidades de acesso para a região: Linha Verde, a asfaltamento da MG-010 e o PROACESSO, dentro outros projetos (FERREIRA, 2010). Esses processos influenciaram, sobretudo, a região da Serra do Cipó (porção sul do Espinhaço), uma vez que funcionou como porta de entrada para o turismo e, sem sombra de dúvidas, para a travessia Lapinha-Tabuleiro.

É preciso salientar que, em função da proximidade do Cipó com a RMBH, deve-se potencializar as questões relacionadas à fragilidade e vulnerabilidade da região, uma vez que os projetos de expansão urbana (asfaltamento da MG-010, expansão da av. Antônio Carlos e av. Cristiano Machado, Linha Verde, duplicação de trechos MG-010, PROACESSO, dentre outros) integram, segundo Brito e Souza (2005), o chamado Vetor Norte. Em outras palavras, um projeto de desenvolvimento e gestão do espaço urbano que se desdobrou em um aumento desenfreado da especulação imobiliária, principalmente nos municípios de Lagoa Santa, Pedro Leopoldo, Confins, Santa Luzia, Vespasiano, São José da Lapa e Ribeirão das Neves. Dessa maneira, temos um “vetor de desenvolvimento urbano” claramente direcionado para a Serra do Cipó, uma vez observado o estreitamento das relações entre a região do Cipó e a RMBH, reverberando, inclusive, para a Serra do Espinhaço.

Essa procura pelo Cipó é antiga, muito antes de se falar em Vetor Norte, sendo que segundo Rodrigues e Amarante Junior (2009), a região da Serra do Cipó já se configura como um dos destinos turísticos mais procurados no Brasil atualmente. Dito isso, qual é o combustível que alimenta essa busca incessante pela Serra do Cipó há anos? Qual é o atrativo que a difere de outros lugares? Gontijo (2003) fala do magnetismo natural que a Serra exerce, “especialmente se crescemos com as atenções voltadas para os aspectos naturais das belas paisagens dos arredores da capital”. Esse magnetismo também foi apropriado nos trabalhos de Ferreira (2007) e Ferreira (2010). Já Moura (2000, p.40) transmite sua paixão e fascínio pelo Cipó através de sua narrativa que traduz seus sentimentos guardados pelo lugar:

Por melhor que seja a apresentação da natureza da Serra do Cipó, de sua gente e de suas histórias, nada se compara a um verdadeiro mergulho em suas águas cor de café, a uma caminhada entre suas rochas, pedras e flores miúdas, em meio ao cheiro do fogão de lenha, ao cafezinho adoçado com rapadura e servido em canequinhas descascadas pelo uso de gerações, ao cheiro de fumo

de rolo e de manga adocicando o veranico dos janeiros, o perfume (perfume? É comparado aos cheiros urbanos...) de estrume fresco inundando os pastos, a chuva de estrelas de suas noites claras, ao sopro do vento nas folhas de macaúbas e dos licuris e, é claro, à sagrada cachacinha servida no “coité”.

Sentar ao redor das fogueiras geladas de julho, fatiando o fumo de rolo e a palha de milho escutando os “causos” dos matutos, dos vaqueiros e dos negros de sorriso tímido e dentes de marfim: o caboclo-d’água que se esconde nas lapas do Parauninha, da mãe-do-ouro que “alumeia” as serras em noites de lua nova, as assombrações da quaresma e as porteiras que se abrem e fecham sozinhas deixando os cavalos com a nuca “arrupiada” e as montarias em disparadas.

Esse magnetismo, que leva à Serra do Cipó principalmente moradores da Grande Belo Horizonte, não está apenas associado às belezas naturais que a região absolutamente pode oferecer. Existe a possibilidade, como no caso de Moura, de ser fisgado pelos encantos que os povoados e vilarejos exalam em seu modo de viver a vida.

A busca pelo Cipó, segundo Oliveira (2002), tem início no final da década de 60 e, desde então, vem crescendo a ritmos acelerados. De acordo com a autora, a busca por essa região acontece em decorrência de uma necessidade de se afastar do ambiente urbano, violento e dinâmico, sendo preciso se refugiar em um lugar de ritmo lento em meio ao “regresso a natureza”. Já em 2000, Moura apontava para a terrível problemática da proliferação de condomínios fechados e casas de lazer que, à medida que se apropriam e transformam o espaço, apresentam-se como um dos maiores problemas – se não o maior – da região em termos de conflitos de interesse. Em 2002, Oliveira reforçou a questão dos conflitos entre moradores locais e forasteiros, assim como Gontijo também destaca em 2003.

As transformações espaciais advindas da década de 70 e 80 modificaram totalmente a reprodução no espaço de Cardeal Mota, o atual distrito da Serra do Cipó. Ao longo do tempo instaurou-se sob a localidade um verdadeiro polo turístico, onde coexistem um turismo de luxo e o turismo de massa. Na busca por um lugar calmo e tranquilo, leva-se as necessidades do homem urbano para um lugarejo pacato e sossegado, alterando a lógica de reprodução das relações socioespaciais e buscando, sobretudo, as potencialidades financeiras dessa oportunidade. Afinal, quanto vale um final de semana em plenitude?

Assim, ao pensarmos no distrito como porta de entrada para toda a região do Cipó, nos termos de Gontijo (2007), podemos então colocar a região como uma abertura para o Espinhaço. Nesse sentido, resta-nos questionar se será também o Cipó uma brecha pela qual esse tipo de turismo predatório e desordenado escoará para todo o Espinhaço?

Bem, obviamente essa questão, ainda que embrionária, permanecerá à deriva, uma vez que não compete a esse trabalho avaliar, de maneira concreta, a complexidade e densidade das transformações socioespaciais que vem ocorrendo no Espinhaço Mineiro, embora essa reflexão possa servir de ponto de partida para futuros trabalhos.

No que se refere à travessia Lapinha-Tabuleiro, é imprescindível que tomemos consciência da existência de histórias por detrás das serras, dos caminhos abertos a partir da ocupação humana desde a chegada dos primeiros povos a Minas Gerais até a atualidade, bem como as transformações socioespaciais locais que nos ajudam a entender a atual inserção da travessia como uma atividade turística e, no tocante ao nosso trabalho, também como trabalho de campo.

Compreender a importância da região da Serra do Cipó e o foco turístico que o distrito da Serra do Cipó tem recebido nas últimas décadas se mostra de extrema relevância para assimilar a “descoberta” do povoado da Lapinha da Serra como destino turístico em meados da década de 90, bem como a utilização crescente da travessia como atrativo turístico a partir do início dos anos 2000. Na conjuntura desse quadro, como já citado anteriormente, temos a pavimentação da MG-010 até o distrito da Serra do Cipó na década de 80, sendo a continuidade do trecho até o município de Conceição do Mato Dentro ocorrendo em 2005/2006, enquanto o asfaltamento da estrada que liga Santana do Riacho ao entroncamento da MG-010 próximo ao distrito da Serra do Cipó só ocorreu em 2012. Tais projetos, em conjunto com a Linha Verde implantada em 2005, facilitam o acesso à região e, por consequência, à Lapinha da Serra, proporcionando uma curva ascendente de turistas ao local que, além de visitarem as inúmeras cachoeiras, tem realizado a trilha de longa duração que hoje conhecemos por Lapinha-Tabuleiro.

Por fim, torna-se interessante apontar que o movimento crescente de caminhantes na travessia se deu a partir dos anos 2000, enquanto o trabalho de campo da disciplina Fitogeografia reproduzido no referido trajeto teve seu início marcado em 2002. Tal fato nos mostra que a consolidação da travessia enquanto atrativo turístico e trabalho prático

de campo tem ocorrido paralelamente ao longo do tempo, sendo possível refletir nas possíveis relações e encaminhamentos desse vínculo estabelecido. Para tanto, enxergamos a necessidade de contextualizar a apropriação da caminhada como prática acadêmica da UFMG, uma vez que investigaremos o universo de alunos que entraram em contato com a caminhada através do trabalho de campo.

1.2. Contextualizando: travessia Lapinha-Tabuleiro e a Fitogeografia

A relação entre a travessia e a disciplina Fitogeografia (IGC/UFMG) pode ser considerada superficial para um olhar desatento, embora seja possível enxergar um enorme vínculo que ambos estabeleceram ao longo do tempo. A adoção da caminhada como trabalho de campo é fruto da experiência do professor na região que a trilha perpassa. Desse modo, faz-se necessário entender todo o processo que levou a incorporação do percurso como prática acadêmica, uma vez que contextualizado o movimento de integração do trajeto à disciplina será possível verificar não só as potencialidades de imersão, mas também buscar legitimar o pressuposto de que o trabalho prático atua como indutor do turismo na região, valorizando as comunidades locais.

A contextualização em nosso trabalho foi possível baseando-se em um depoimento gravado junto ao professor Dr. Bernardo Machado Gontijo, responsável pela idealização, planejamento e execução do trabalho de campo desde 2002. Sua experiência na região, em grande parte decorrente do seu envolvimento com o povoado da Lapinha durante o seu doutoramento, tornou-se fundamental para a incorporação da travessia como trabalho de campo no âmbito da UFMG.

Há 15 anos que a travessia Lapinha-Tabuleiro vem sendo reproduzida como atividade prática da disciplina Fitogeografia, a qual é ofertada regularmente no Instituto de Geociências da UFMG sob a premissa de estudar as comunidades vegetacionais e sua distribuição espacial nas mais variadas escalas, considerando também, o contexto histórico e cultural por trás do arcabouço teórico da Fitogeografia, como podemos visualizar a partir da ementa disciplinar:

Aborda questões relativas ao estudo das comunidades vegetacionais, trabalhando as ênfases consideradas no âmbito da dinâmica das plantas e sua resultante espacial. Buscam-se elementos para a realização de análises fisionômicas, estruturais, florística e fitossociológica, incluindo exercícios práticos e observação direta, que são necessários para a compreensão da organização, distribuição e dinâmica espacial das comunidades vegetacionais. A perspectiva espacial é trabalhada desde uma escala mais abrangente, global, até a perspectiva de detalhe, quando são trabalhadas algumas das formações mais importantes do estado de Minas Gerais. A perspectiva histórica é trabalhada a partir das ideias iniciais de Humboldt e prossegue com uma análise das principais classificações vegetacionais brasileiras, culminando-se com o detalhamento do estudo da classificação da vegetação brasileira.

A disciplina é conduzida de maneira que capacita o aluno a compreender a dinâmica e a distribuição espacial da vegetação em suas diversas escalas, trazendo a travessia Lapinha-Tabuleiro no formato de trabalho de campo acadêmico como um trunfo didático pedagógico, uma vez que permite observar a variação fitofisionômica ao longo do percurso, discutir a inserção do trajeto em áreas protegidas e analisar todos os outros elementos que compõem a paisagem geográfica local. De tal modo, reforça-se a importância do trabalho de campo como ingrediente essencial na formação profissional de um sujeito, tornando possível ultrapassar os limites físicos da sala de aula e as fronteiras disciplinares (SILVEIRA, 2012). Além disso, conforme aponta Nieda (1994), o trabalho de campo é uma forma didática de se entrar em contato com uma dimensão que vá além da teoria, inserindo o aluno não só na prática em si, mas também em distintas realidades.

A caminhada, enquanto atividade prática acadêmica, atende sua finalidade de ilustrar a teoria, embora na dinâmica do campo não ocorra nenhum debate expositivo em relação ao conteúdo da disciplina. Não se trata de uma atividade objetivada a elucidar questões pontuais da ementa disciplinar, mas sim de um longo processo didático que se reproduz em três fases: (i) pré-campo; (ii) imersão em campo e (iii) pós-campo. A primeira fase é caracterizada pelas reflexões teóricas da disciplina, as quais se conectam às atividades práticas exploratórias incumbidas de subsidiar o reconhecimento do espaço geográfico da trilha pelo aluno. É solicitado a elaboração de um material referente a área de campo, cuja construção ocorre gradativamente a partir da progressão da disciplina, representado pela produção de leituras críticas de bibliografias selecionadas, a organização de um roteiro de observação em campo considerando as metodologias estudadas em sala, confecção de um perfil “3 em 1” (topográfico, geológico e vegetacional) do trajeto e, por fim, a

construção de um texto relacionando a inserção do percurso em Unidades de Conservação. Sendo assim, todo o processo investigativo que antecede a prática de campo funciona como mecanismo de aguçar a curiosidade e estimular o olhar geográfico. Além disso, é realizada uma aula pré-campo, na qual as medidas de segurança são esclarecidas e as questões operacionais para o bom funcionamento da atividade são elucidadas.

O segundo grande momento é marcado pela imersão em campo realizada ao longo de três dias na região da Serra do Cipó. É reproduzido o mesmo trajeto há 15 anos, o qual inclui um trecho de Santana do Riacho à Lapinha, passando pela propriedade da Companhia Horizonte Têxtil⁴, e seguindo, a partir da Lapinha, pela travessia Lapinha-Tabuleiro. Em todo o percurso, em cerca de 40 quilômetros, não há pausa e nem definição de pontos para explanações teóricas. A imersão em campo e roteiro de observação fica a cargo do aluno, assegurando sua liberdade de escolha na forma que irá vivenciar a trilha e experienciar a mesma, uma vez que um ambiente tão diverso pode ser concebido de maneiras distintas a partir das mais variadas óticas empregadas pelos alunos. Restringir a concepção de um espaço tão rico em uma única visão reduziria toda a potencialidade didática, pedagógica e imersiva do lugar, inibindo a possibilidade que cada aluno tem de aplicar livremente suas escolhas metodológicas e afinidades acadêmicas ao longo do percurso.

Levando em consideração toda a liberdade de escolha na investigação em campo, o percurso deve ser documentado e registrado. Caracteriza-se como uma etapa observacional e descritiva, na qual o aluno enquanto caminhante deve registrar a experiência no trajeto, seja por meio de fotografias ou desenhos, os principais elementos que surgem na caminhada, destacando as variações fitofisionômicas. Sugere-se a construção de um diário de campo, no qual o aluno pode descrever toda a vivência, desde as impressões pessoais, sentimentos e dificuldades no percurso, descrições da paisagem, dados geográficos coletados em campo, dentre outras observações consideradas relevantes na ótica do aluno.

⁴ Companhia responsável pela UHE Américo Teixeira. O trecho que conecta a propriedade da empresa à Lapinha apresenta cerca de 10 quilômetros, o qual é reproduzido na atividade acadêmica mediante solicitação enviada previamente à empresa.

Todo esse processo de imersão em campo se faz necessário para a etapa pós-campo, a qual se apresenta sob um caráter analítico de todo o material produzido em campo, que é somado a experiência e vivência do caminhante. Nesse último grande momento do processo é requisitado a elaboração de um documento, cuja concepção ocorre de maneira livre e podendo ser construído fora de qualquer molde de relatório técnico-acadêmico. É solicitado uma grande reflexão acerca do espaço geográfico da trilha, o qual deve incluir o material produzido na etapa exploratória e na fase de imersão em campo, abordando as transições de biomas, relações entre os elementos naturais da paisagem e a análise da produção humana do espaço. Além disso, propõe-se uma reflexão crucial: em que medida os locais percorridos tornam-se, ou não, lugares? A elaboração desse documento final caracteriza-se como forma de registrar a imersão na trilha, entender como cada aluno na condição de caminhante interpreta os elementos do trajeto, o que reforça a necessidade de uma abertura criativa na maneira como cada um desenvolve seu relatório.

Ainda que o trajeto praticado no campo seja o mesmo há 15 anos, o processo que envolve a execução da atividade tem sido modelado e aperfeiçoado ao longo dos anos, principalmente no que se refere à imersão em campo e a reflexão na etapa final. Esse movimento de aperfeiçoamento da prática ao longo do tempo se deu de maneira gradual, à medida em que o professor responsável da disciplina digeriu o potencial didático pedagógico da trilha. Em um primeiro momento, as motivações que levaram a incorporar o trecho à disciplina eram restritas à variação fitofisionômica do percurso:

Na caminhada, enquanto turista, deu para ter uma dimensão das distâncias e da beleza cênica, sabendo que se tratava de uma transição de biomas. Eu já conhecia todo o lado da Lapinha que o cerrado cobre, já conhecia a subida da serra do Breu, que é a transição para campos rupestres e de altitude. Também sabia que do outro lado era “Mato Dentro”, só não conhecia como era essa transição. Foi o que eu fui percebendo atentamente nessa primeira caminhada enquanto turista (GONTIJO, informação verbal, nov.2015).

Ainda que partindo da premissa inicial da transição de biomas, a travessia Lapinha-Tabuleiro foi apropriada como prática de campo e seu roteiro adaptado a partir de toda a vivência e experiência do professor, levando a incorporação de residentes locais como pontos de apoio fundamentais para a operacionalização da atividade acadêmica. Esse movimento permitiu que o resultado da trilha enquanto trabalho de campo fosse além da compreensão das variações fitofisionômicas, permitindo reproduzir uma atividade prática

sem roteiro teórico definido, visando a imersão não só na trilha em si, mas envolvendo toda a comunidade local na reprodução desse trajeto. Enriquecendo a atmosfera imersiva, a primeira pernoite ocorre no quintal de dona Naná na Lapinha, enquanto o segundo dia acontece no alto da Serra da Calçada, na casa de Seu Zé d'Olinda e dona Maria. Além disso, contrata-se o serviço de transporte de carga via mula, realizado por um guia local, Regi. Toda a dinâmica do campo e o processo de imersão que o mesmo possibilita não foi assimilado de imediato, adquirindo o caráter de vivenciar o espaço ao longo do tempo.

Fui percebendo como que esse campo se adequava à demanda da disciplina e que seria possível tratar a transição de biomas de uma forma bastante adequada. Assim eu fui entendendo como é que esse ritmo de caminhar lento, de um passo depois do outro, dessa introjeção, dessa verticalização que as pessoas querendo ou não, deliberadamente ou inconscientemente acabam tendo à medida que vão caminhando, trazem um retorno didático extremamente positivo. Eu também fui percebendo o quanto que, depois do esforço do terceiro dia, já em Tabuleiro, a maneira como as pessoas se sentem realizadas e, de certa forma, vitoriosas de terem conseguido atingir o objetivo e completar a travessia (GONTIJO, informação verbal, nov.2015).

À medida que se praticava a introjeção no espaço buscando potencializar o caráter imersivo do trabalho de campo, a elaboração de um relatório técnico abrangendo a transição de biomas e suas relações com a paisagem se revelava insuficiente e medíocre perante a magnitude de possibilidades que o percurso oferece. É dessa maneira que se enxerga a necessidade de incorporação dos relatos de experiência durante o trajeto enquanto pós-campo, revelando a singularidade e multiplicidade de vivências ao longo da caminhada, propiciando a confecção de relatórios únicos, carregados com a subjetividade do olhar de cada caminhante.

É nesse sentido que temos a travessia no formato de atividade de campo caracterizada por uma caminhada rica e diversa, revelando-se um atrativo para a comunidade da UFMG que, em muitos dos casos, buscam a disciplina Fitogeografia apenas pela prática de campo em decorrência da fama que a mesma ganhou no IGC e em todo o campus ao longo desses últimos 15 anos. Se considerarmos o vasto universo de sujeitos que o trajeto já foi apresentado, chega a ser espantoso tentarmos imaginar a quantidade de alunos que, a partir de sua primeira travessia, enquanto graduandos da UFMG, estabeleceram relações com o lugar e passaram a reproduzir a caminhada na qualidade de operador da trilha, levando consigo outros colegas, amigos, a própria família e, em alguns casos, alunos de

outras instituições sob a condição de professor⁵. São várias as ocasiões que, como observaremos mais adiante, o aluno não retorna apenas para empreender a travessia, o sujeito passa a frequentar – seja como turista ou como pesquisador – o povoado da Lapinha e o distrito do Tabuleiro, inflamando e “tornando-se viral” a curiosidade de explorar a região e emergindo a “febre do regresso”, a qual discutiremos mais adiante.

Por fim, é preciso reforçar que o universo de alunos da disciplina Fitogeografia se constitui como um grupo extremamente seletivo, de futuros formadores de opinião. Ao realizarem a prática de campo terão a chance de, posteriormente, reproduzi-la à luz do conhecimento geográfico, ambiental ou de qualquer natureza que se queira circunscrever, sendo plausível abrir diversas portas de possibilidades para contribuir com a conservação *in situ* da região que a travessia demarca: entre Lapinha da Serra e Tabuleiro do Mato Dentro.

1.3. Escolhas metodológicas

Poderíamos sugerir que o percurso metodológico adotado para essa investigação se deu de forma linear e orientada por etapas, quase comparável a uma receita na qual se obedece um rígido passo-a-passo. Fato é que na concepção deste trabalho houve realmente um esboço de como a dissertação poderia ser desenvolvida, embora no decorrer de nossas atividades planejadas muitas alterações e adaptações se fizeram necessárias. Sendo assim, não se trata de uma pesquisa de construção contínua, já que percalços enfrentados foram exigindo novas revisões que levaram ao amadurecimento de nossas ideias.

O primeiro ponto que se faz necessário esclarecer é em relação ao nosso objeto de pesquisa. A princípio acreditávamos se tratar da travessia Lapinha-Tabuleiro em si, como se o enfoque estivesse voltado para o trajeto. No entanto, o espaço físico da travessia é apenas onde tudo acontece, enquanto a caminhada se trata de uma atividade que pode ser abordada por diversas óticas e, desse modo, os relatos, percepções, sentimentos e reflexões dos sujeitos em decorrência do ato de caminhar é que se fazem o foco da dissertação e, portanto, nosso objeto de pesquisa. Baldissera (1998) afirma que dificilmente a definição clara do objeto em uma pesquisa científica é algo elencado de

⁵ Ex-alunos da disciplina de Fitogeografia, que, depois de formados, passam a atuar como professores (no ensino básico ou no ensino superior) e começam a reproduzir a atividade de campo em função de sua diversidade e riqueza didático pedagógica.

imediate, sendo apenas vista com nitidez, na maioria dos casos, no decorrer dos procedimentos adotados.

Definido nosso objeto, assim como objetivos e sujeitos, foi essencial realizar um processo de construção teórica a respeito dos temas que estão intimamente conectados aos interesses dessa pesquisa. Esse movimento permitiu fundamentar as ideias aqui defendidas e expor aquilo que já tem sido investigado a respeito da Serra do Espinhaço, do ato de caminhar, de trilhas e travessias e suas variadas formas de apropriação.

Ao tratarmos de uma reflexão teórica a respeito do ato de caminhar e da imersão humana no espaço – dois elementos que se encontram relacionados na literatura – nos apoiamos principalmente nos trabalhos de Rousseau (1782), Schelle (1808), Tuan (1975), Tuan (1983), Featherstone (2000) e Gros (2010). Cada um desses autores, cada qual com suas contribuições, debatem filosoficamente os elementos que constituem o ato de caminhar e perpassam pelas noções de imersão no espaço, permitindo a construção da ideia de que uma caminhada não se trata de um ato mecânico do corpo, mas sim de uma atividade complexa que envolve a subjetividade humana.

Ao elencarmos tais autores, há de se perceber que as contribuições datam do século XVIII à atualidade. A escolha do século XVIII como recorte inicial se dá em função das influências iluministas, sendo o momento histórico em que se intensifica o debate acerca do ato de caminhar e suas potencialidades de suscitar reflexões e devaneios, discutidas principalmente por Rousseau (1782). Em seguida, temos Schelle (1808) debatendo as diferenças ocasionadas por caminhadas em distintos ambientes: fundo de vale, crista das serras, mata fechada ou até mesmo no centro das cidades. Já Tuan (1975 e 1983) discute a possibilidade de construção de um lugar por meio de sentimentos topofílicos (afetividade) e topofóbicos (aversão e medo), sendo as caminhadas um exemplo de como se pode vivenciar e experienciar um espaço, dotando-o de significados. Featherstone (2010) trabalha com a ideia de flunar no espaço, ou seja, a caminhada como um ato sensorial que permite sentir um espaço. Por fim, temos Gros (2010) propondo uma abordagem filosófica das caminhadas, analisando os elementos que permeiam a atividade e propondo que caminhar está vinculado a uma viagem ao nosso íntimo, estando nossos sentidos conectados à terra em que se anda.

Na sequência, discutimos a questão do turismo relacionado a trilhas e travessias, fazendo-se necessário abarcar o trabalho de Ruschmann (1997), uma vez que a autora propõe uma trajetória para a discussão do fenômeno do turismo e as tipologias atribuídas ao mesmo. Em seguida, encontraremos principalmente em Grecco (2006) e Zimmermann (2006) contribuições que conectam trilhas e travessias ao processo de imersão no espaço, conceituando os termos no âmbito do turismo.

Certamente o referencial teórico é um ponto crucial de partida para se fundamentar uma pesquisa, sendo sempre citada como uma das primeiras etapas em um percurso metodológico, já que, como aponta Rodrigues (2007), procura-se por teorias, abordagens e estudos que permitam compreender o fenômeno de múltiplas perspectivas. Nesse sentido, a construção da fundamentação teórica constituiu-se não só como um dos passos iniciais, mas sim como um processo transversal à nossa pesquisa, uma vez que durante todo o desenvolvimento da mesma tornou-se inevitável rever o que já havíamos feito e o que se demonstrava necessário incorporar.

Da teoria à prática, da fundamentação teórica ao trabalho de campo. De início, o planejamento dos trabalhos de campo parecia estar enrijecido em uma lógica não flexível à proposta dessa investigação. Nossas caminhadas pela travessia Lapinha-Tabuleiro têm início em 2013 e desde então foram inúmeras as viagens até a região. Não era difícil planejar como seriam feitos os campos, mas demonstrou-se complicado encaixá-lo em nosso objeto e objetivos. Assim, fez-se necessário não planejar, revelou-se enriquecedor estar lá não só como pesquisador, mas como turista e como caminhante. Assim como em uma caminhada em que obedecer um roteiro fixo significa engessar as possibilidades de experimentação, estar na região da travessia obedecendo um planejamento de pesquisa fixo seria limitar a investigação. Como propôs Morin (1977, p. 25) “a palavra “método” significa caminho. Aqui temos de aceitar caminhar sem caminho, fazer o caminho no caminhar”.

Foram diversas as travessias e visitas a Lapinha e Tabuleiro que realizamos por conta própria. Além disso, viemos acompanhando a disciplina de Fitogeografia na UFMG desde 2013, estando sempre presente e apoiando o trabalho de campo. Estar na travessia e manter um distanciamento do objeto de pesquisa não revelaria nada muito interessante a não ser nos qualificar em descrever com maestria os movimentos físicos e as expressões

faciais reproduzidos pelos alunos. Viver a caminhada junto com todo o grupo foi a chave para compreender os efeitos que a travessia causava, seja na coletividade ou na individualidade. Aproximar e se relacionar com os sujeitos foi a abertura encontrada para acessar com riqueza os sentimentos, emoções e relatos advindos da caminhada. Viver cada travessia intensamente, sendo fundamental estar o mais próximo possível do objeto de pesquisa e assim, como aponta Morin (1977) “aprender a aprender aprendendo”. Ao invés de termos estabelecido uma forma para a pesquisa, deixamos que ela ganhasse a própria forma ao longo do nosso amadurecimento.

Uma vez se tratando de subjetividade humana, tanto no que diz respeito ao nosso objeto de pesquisa quanto à forma de se relacionar junto aos sujeitos, construímos o terceiro capítulo dessa dissertação em primeira pessoa do singular (assim como o prólogo e epílogo). Essa escolha se justifica pela forma que escolhemos descrever a travessia Lapinha-Tabuleiro, partindo de nossa experiência como pesquisador, turista e caminhante, sendo, portanto, uma visão completamente subjetiva e parcial. Além disso, ao tratarmos dos relatos, sentimentos, emoções e reflexões a respeito da caminhada, resolvemos estruturar na forma de um diálogo entre o objeto e o autor. Dito isso, consideramos extremamente pertinente a constatação de Furtado (2011, p. 19): “se uso o eu, falo de mim, de como vejo o mundo, de que princípios parto, de minha experiência profissional, acadêmica e de vida, de meus sentimentos e percepções”, além disso, como coloca Martin (1992), é preciso deixar claro ao leitor quem fala, quando fala e de onde fala.

Ao buscarmos descrever a travessia Lapinha-Tabuleiro e toda sua logística de reprodução, o fizemos a partir de nossa trajetória na região. Afinal, como inferiu o filósofo David Hume (1711-1776), a beleza não está no objeto, mas na mente do observador. Assim, apresentamos nossa experiência enquanto pesquisador, turista e caminhante pelo trajeto e a princípio, o registro fotográfico se fazia imprescindível no texto, uma vez que era de nosso interesse oferecer uma boa visualização dos locais descritos. No entanto, em decorrência da necessidade de expressarmos nossa percepção dos lugares e não uma imagem estática da realidade reproduzida por uma câmera, decidimos que seria mais interessante substituir as fotografias por desenhos, assim como os viajantes naturalistas reproduziam em seus diários. Não estamos falando das pinturas magníficas produzidas após as expedições como no caso dos viajantes do século XIX, mas dos esboços feitos

durante o próprio ato de caminhar, em que os desenhistas rabiscavam o papel em uma forma de reproduzir dinamicamente aquilo que se via e sentia diante os olhos.

Apesar da ausência total de experiência com o lápis e papel, rascunhamos alguns dos principais lugares a partir do nosso olhar. Além disso, as noções de profundidade e proporção geométrica não se mostram adequadas, embora ilustrar a partir da nossa própria percepção signifique enriquecer nossa descrição. Por vezes uma serra aparece mais proeminente do que de fato é em sua realidade, fato que se justifica pela maneira grandiosa com que encaramos as formações.

Além disso, durante a concepção do trabalho foi elaborado uma série de produtos cartográficos que não entraram ao longo do texto, uma vez considerando nossa intenção em trazer a construção de nossa análise a partir de nossa percepção do espaço, permanecendo, portanto, croquis representativos idealizados a mão no corpo do texto. Os mapas, de qualquer modo, entram ao final do documento nos apêndices (Apêndice B), uma vez que também podem ser utilizados para eventuais consultas e, sobretudo, também representam uma forma de contribuição para a cartografia da região.

Em seguida, a análise do ecoar da travessia se deu por meio da leitura dos relatórios de campo (escritos em diversos formatos, principalmente como diário de campo), de nossa experiência enquanto monitor durante a caminhada e, sobretudo, explorando as relações estabelecidas com os sujeitos da pesquisa: moradores da região, professor responsável da disciplina e ex-alunos que percorreram o trajeto através do trabalho de campo. Estabelecemos um diálogo entre fragmentos dos relatórios e nossa percepção, buscando destacar a importância do ato de caminhar ao longo da Lapinha-Tabuleiro para diferentes sujeitos. Esse movimento nos permitiu analisar as possibilidades de conservação socioambiental por meio da imersão humana na travessia.

Relembramos ainda que a construção dessa investigação não se sucedeu de maneira uniforme. Fazer e refazer foram ações necessárias, assim como rever o que tínhamos e para onde a dissertação se encaminhava. Bem como Morin (1977, p. 25), acreditamos que “o regresso ao começo não é um círculo vicioso se a viagem, como hoje a palavra trip indica, significa experiência, donde se volta mudado”. Não restam dúvidas de que novos pontos de partidas sem fazer necessários para refletir acerca o que se pesquisa, para amadurecer ideias e identificar novas possibilidades de caminhos.

Por fim, destacamos a relevância do ato de caminhar e de tudo aquilo que o movimento infere em nosso corpo. Se analisamos a imersão humana no espaço ao longo desse trabalho, igualmente prezamos pela própria imersão do pesquisador: “o cientista que se fez viajante escolheu não apenas ver com os próprios olhos, mas ouvir e sentir com o próprio corpo os fenômenos lá onde acontecem” (KURY, 2001, p. 879). Como poderíamos discutir experiências e emoções, sem nos permitir senti-las?

II

TECENDO IDEIAS: CAMINHADA, TURISMO E AVENTURA

O caminhante pode marcar o caminho e igualmente o caminho pode marcar o caminhante. Para que possamos entender as relações estabelecidas entre os caminhantes e a travessia Lapinha-Tabuleiro, torna-se necessário refletirmos sobre o ato de caminhar propriamente dito, assim como discutirmos a questão da imersão humana no espaço. Ou seja, entender como ocorre o processo de introjeção do sujeito ao longo do trajeto.

Acreditamos que caminhar não é meramente uma ação mecânica do corpo, mas sim um conjunto complexo de fatores que permitem a interação com o espaço, possibilitando não só trabalhar o físico, mas também a mente, através de nossas impressões, sentimentos e até reflexões sobre as experiências e vivências oriundas do simples fato de andar.

Uma vez se tratando de uma travessia localizada em um polo turístico (a Serra do Cipó), discutiremos o fenômeno do turismo e como ele se relaciona com as práticas de caminhadas em trilhas e travessias, assim como as compreensões socioambientais advindas do ato. Além disso, enxerga-se a necessidade de buscar as conexões entre a viagem, aventura e a imersão, três elementos que também estão interligados à atividade turística e aos interesses desta investigação. Em outras palavras, procuramos conceituar e identificar algumas ideias que são fundamentais para entender as formas de apropriação da travessia Lapinha-Tabuleiro, abrindo, portanto, um leque de possibilidades para analisar a imersão humana ao longo do trajeto.

2.1. O ato de caminhar

A capacidade de andar é inerente ao *Homo sapiens*, uma vez que é através dela – mas não elemento exclusivo – que a espécie conquistou espaço em todo o planeta. Para o ser humano, a importância do ato de caminhar está diretamente associada à sua história e trajetória. Warren Dean, na obra *A Ferro e Fogo* (1995), descreve o processo de devastação da Mata Atlântica e em sua narrativa relaciona com os movimentos migratórios do *Homo sapiens*: “a retomada da expansão da Mata Atlântica coincidiu com sua descoberta pelos homens, caçadores que subitamente invadiram as planícies sul-americanas há talvez 13 mil anos”. Foi através de ondas migratórias derivadas da ação

de caminhar que o ser humano se espalhou a partir do continente africano⁶ para todo o globo, chegando à América do Sul aproximadamente entre 12 mil e 14 mil anos atrás.

É certo que o ato de caminhar atualmente não apresenta a mesma conotação que há 20 ou 15 mil anos quando o ser humano migrava na busca de saciar suas necessidades fundamentais, seja na procura por alimento ou espaço. Se pensarmos na forma como a sociedade moderna se estruturou ao longo do tempo, pouco esforço é exigido de nosso par de pernas, as facilidades urbanas tornam nossas vidas cada vez mais dinâmica e ao mesmo tempo sedentária, chegando a um ponto em que é possível acordar em uma manhã ensolarada e exclamar para si mesmo com um misto de determinação e espanto: “hoje vou para o trabalho andando”. Com uma vasta gama de possibilidades para se locomover de um ponto a outro, o ato de andar médias e longas distâncias têm se tornado cada vez mais obsoleto, uma vez que surge a possibilidade de utilizar veículos particulares, linhas públicas de transporte, dentre outras maneiras de deslocamento. Inclusive, em alguns casos a possibilidade de se adotar algum meio de transporte passa a não ser mais uma opção e sim uma necessidade, haja vista que se deve levar em consideração outros elementos presentes na estrutura de uma sociedade moderna: distância, tempo, hora do dia, segurança e afins. A respeito disso, Gros (2010, p.17) reitera que existe uma certa banalização da caminhada no cotidiano urbano:

Quando se vai para “fora”, é sempre para se passar de um “dentro” a outro: da residência ao escritório, de sua casa às lojas comerciais da vizinhança. Sai-se para fazer alguma coisa, em outro lugar. O lado de fora é uma transição: aquilo que separa, quase um obstáculo. Entre cá e lá. Mas isso não possui um valor próprio. O trajeto de casa até o metrô é percorrido independentemente do tempo que está fazendo, com um corpo apressado, a mente ainda tomada por detalhes da vida pessoal e já voltada para as obrigações profissionais, as pernas rápidas, enquanto a mão se assegura, apalpando nervosamente os bolsos, de que não se esqueceu nada. Fora mal existe: como um grande corredor que separa, um túnel, uma imensa câmara de escape

Ao compararmos o ato de caminhar em épocas que estão separadas por um enorme abismo do tempo humano, é preciso considerar os contextos completamente distintos na história e trajetória do *Homo sapiens*. A intenção em evocar a “funcionalidade” ou “objetivo” do ato de caminhar em épocas tão afastadas se faz pela necessidade de chamar

⁶ Acredita-se que o homem moderno tenha surgido no Cenozóico, no período quaternário, quando o *Homo sapiens* se diferenciou do *Homo erectus* em algum ponto da África Oriental, entre um milhão de anos e 300 mil anos atrás (LÉVY, 1998).

a atenção para discutir os significados, as apropriações ou sentidos de uma caminhada para indivíduos inseridos em um cotidiano urbano no âmbito da sociedade moderna do século XXI, uma vez que o ato de caminhar pode estar associado a uma atividade de lazer, esportiva ou até mesmo à condição financeira de um sujeito. Mais uma vez reforçamos que a concepção de caminhada como atividade de lazer, esporte ou quaisquer outras acepções possíveis não são exclusivas do homem urbano do século XXI, afinal:

Caminhar faz parte da essência humana. Mesmo não sendo algo recente na sociedade, o ato de caminhar em ambientes naturais tem-se tornado cada vez mais popular. A explicação para isso é simples, pois foi só depois do surgimento dos grandes centros urbanos que o ser humano sentiu a necessidade de buscar um contato com ambientes naturais como forma de aliviar as tensões diárias (GRECCO, 2006, p. 79).

Sim, caminhar sem sombra de dúvidas faz parte da essência humana, sabendo-se que existem numerosas condições de nossa existência física, sendo uma delas a movimentação do corpo. Schelle (1808) indica que, apesar de não se tratar de uma condição direta da vida, como é o caso da alimentação e do sono, ainda assim trata-se de um elemento indireto, visto que a saúde do corpo é indispensável para o bom funcionamento do organismo e, sobretudo, para o exercício mental. Um indivíduo pode passar anos sem se movimentar, ou até mesmo toda a sua existência, no entanto avariaria sua qualidade de vida tanto no que diz respeito a sua condição física, quanto mental, visto que “mesmo supondo-se que a falta de movimento do corpo e a estada contínua numa atmosfera confinada não abafem de imediato o bom senso, elas não deixam de gerar um estiolamento do espírito, mesmo quando a razão é plenamente utilizada” (SCHELLE, 1808, p. 17).

O movimento mecânico do corpo está diretamente ligado ao espaço pelo qual ele se desloca, sendo assim torna-se preciso dialogar sobre o que entendemos por “corpo” e “espaço”. É através do corpo que interagimos com o espaço, que nos relacionamos com o mundo, que existimos no mundo. O corpo não é um objeto e muito menos uma ferramenta, apesar de que Le Breton (2007) denuncia que este já tem se tornado mais “corpo-máquina” do que propriamente um organismo que vive o espaço e que sente mundo.

A noção de espaço pode estar associada a uma categoria de análise da geografia que, segundo Corrêa (1995), está presente no dia a dia e nas diversas ciências. Contudo, a

expressão espaço geográfico – ou simplesmente espaço – pode ser entendida como uma porção específica da superfície da Terra, sendo ela identificada pela natureza ou por uma forma particular do ser humano imprimir suas marcas. O espaço pode ser considerado um termo abstrato e dotado de inúmeros significados. Apesar de não ser de nosso interesse aprofundar na discussão desse conceito pelo qual a geografia se apropriou como categoria analítica, se faz imprescindível nos termos desse trabalho considerar a multiplicidade de possibilidades de se compreender o espaço por si só.

Segundo Tuan (1983), pessoas de culturas distintas certamente diferem na forma como fracionam e concebem o mundo, assim como na maneira de atribuir valores e significados às suas partes e, sobretudo, no modo de mensurá-las e medi-las:

As maneiras de dividir o espaço variam enormemente em sofisticação, assim como as técnicas de avaliação de tamanho e distância. Contudo, existem certas semelhanças culturais comuns, elas repousam basicamente no fato de que o homem é a medida de todas as coisas. Em outras palavras, os princípios fundamentais da organização espacial encontram-se em dois tipos de fatos: a postura e a estrutura do corpo humano e as relações (quer próximas ou distantes) entre as pessoas. O homem, como resultado de sua experiência íntima com seu corpo e com outras pessoas, organiza o espaço a fim de conformá-lo a suas necessidades biológicas e relações sociais (TUAN, 1983, p. 49).

Ao falarmos de “corpo”, ainda segundo Yi-Fu Tuan (1983), remetemo-nos imediatamente a uma ideia de objeto antes de ser vivo, sendo o corpo uma “coisa” que está no espaço ou que ocupa um espaço. Em contrapartida, o autor nos lembra que quando utilizamos os termos “homem” e “mundo”, dificilmente pensamos no homem como um objeto no mundo ocupando uma pequena parte do espaço, mas sim no homem inserido no mundo, imaginando-o, criando-o e transformando-o, afinal “o corpo é um “corpo vivo” e o espaço é um espaço constructo do ser humano” (TUAN, 1983, p. 49). Para Holzer (2012), o termo “mundo” foi recorrentemente substituído por “espaço” à luz do conhecimento geográfico com a finalidade de adquirir um status de ciência nos moldes positivistas.

A dialética entre “mundo” e “lugar” é mais antiga e arraigada que a do par “espaço” e “lugar”. Na geografia, esse par vem sendo discutido muito recentemente, e considero que envolve essências espaciais de natureza muito diversas: o “lugar” está ligado a vivências individuais e coletivas a partir do contato do ser com o seu entorno; enquanto o “espaço” é uma racionalização abstrata, uma construção mental, que busca uniformizar e homogeneizar o suporte físico (HOLZER, 2012, p. 290-291).

Assim como o termo “mundo”, Grün (1996, p. 95) sugere que “terra” foi igualmente lançada na esteira do cartesianismo, sendo a casa-esfera, vista de maneira distinta, isolada e afastada dos indivíduos. Por outro lado, o autor enxerga outra terra, a casa-organismo, representada pelo movimento de enraizamento e conexão.

Dessa maneira, através da movimentação do corpo no mundo, no ato de caminhar, podemos experimentar o próprio espaço. A experiência é um termo que abarca distintas formas em que uma pessoa conhece, reconhece e constrói uma realidade que, de acordo com Tuan, variam desde os sentidos mais diretos e passivos: olfato, paladar, tato, audição e a percepção visual ativa. Além disso, é possível incluímos o sentimento e o pensamento como elementos constituintes da experiência que geralmente concebem ideias opostas, uma vez que temos os sentimentos registrando estados subjetivos, enquanto o pensamento assimila a realidade objetiva. Nas palavras de Tuan (1983, p.19): “de fato, estão próximos às duas extremidades de um continuum experiencial, e ambos são maneiras de conhecer”.

Sendo assim, considera-se que o ato de caminhar passe pelo filtro dos sentidos, sentimentos e pensamentos, atravessando o campo da experimentação, ainda que em diferentes níveis para cada indivíduo, o que caracteriza uma experiência distinta para um mesmo espaço. Dessa forma, nos aproximamos da reflexão de Schelle (1808, p. 10), ao afirmar que “é muito natural que se deseje aproveitar toda a paleta de impressões proporcionadas pelos passeios e, aprofundando a natureza desse prazer múltiplo, multiplica-lo e ainda aumentá-lo”. Por assim dizer, Schelle afirma que esse processo de experimentação que aproveita a “paleta de impressões” que um trajeto pode proporcionar acaba por destacar aquele que caminha “às cegas” por um passeio, daquele que de fato “enxerga”. Apesar de estar em grande medida de acordo com a constatação do autor, deve-se atentar e tomar cuidado para o fato de que essa ideia pode restringir a concepção de como se deve ocorrer a caminhada, sendo preciso destacar novamente a multiplicidade de formas que um passeio pode ser entendido para cada indivíduo, levando em consideração não só o objetivo da caminhada, mas também a trajetória de vida, incluindo toda a bagagem cultural e intelectual do sujeito.

2.2. A imersão no espaço a partir de caminhadas

Uma caminhada, seja ela no espaço urbano ou natural, é capaz de se constituir como um ato crítico e sensorial (MARTINS, 2009). Andando, se estabelece uma ligação entre o corpo e o espaço, criando a partir dela uma conexão sensível quando exercitada: a imersão. Ao nosso ver, a imersão é um processo que se deriva da experiência, principalmente quando o indivíduo se abre para uma nova lógica de reprodução no espaço, um exemplo claro é quando buscamos o meio natural como um refúgio da rotina urbana e, com isso, tentamos imergir em outra lógica. Obviamente o processo de imersão pode ser muito maior que uma inversão de valores (como o caso do exemplo dado), tratando-se, portanto, de uma abertura consciente para novas vivências que repercutem no nosso ser, nos levando à reflexão, significação e ressignificação de percepção, valores e até mesmo de atitudes. Sem sombra de dúvidas, podem existir inúmeros graus de imersão no espaço (que podem variar inclusive com a escala espacial observada), o que torna ainda mais difícil conceituar o termo, embora sob uma ótica objetiva e simplificada, signifique nada mais que a “ação de imergir ou mergulhar”⁷.

A imersão, como um ato sensorial e perceptivo, foi citada por Featherstone (2000) ao conceituar o termo *flâneur*, o qual tem sua origem em Paris do século XIX, associado às práticas de caminhar e olhar, gastar tempo e folgar. Se por um lado o *flâneur* pode ser considerado o preguiçoso ou “desperdiçador”, por outro pode ser visto como um observador atento:

O *flâneur* busca uma imersão nas sensações da cidade, “banhar-se na multidão”, perder-se nas sensações, sucumbir ao arrasto de desejos aleatórios e aos prazeres da escopofilia. A associação com um surrealismo *avant la lettre* é evidente quando o *flâneur* se entrega ao jogo dos fluxos precognitivos de impressões, associações e lembranças meio informes. Ao mesmo tempo, o *flâneur* registra mentalmente as impressões, durante a caminhada ou em um lugar sossegado, quando volta da rua. Talvez anote suas impressões numa caderneta, tal como um detetive que ainda desconhece o caso que terá de resolver, mas que, por princípio, julga que tudo é ou poderia ser significativo. O *flâneur* desenvolve, portanto, sua sensibilidade estética nas oscilações entre envolvimento e distanciamento, entre imersão emocional e descontrolado, e momentos de registro e análise cuidadosa da “colheita aleatória” de impressões das ruas (FEATHERSTONE, 2000, p. 192).

⁷ Léxico, dicionário de português. Disponível em: <<http://www.lexico.com.br/imersao/>> Acesso em: 08/01/2016.

O *flâneur* está associado ao ato de caminhar atento, observador, e Featherstone associa o termo à imersão nas cidades, em suas inúmeras dimensões que possibilitam diferentes olhares para um mesmo local. Acreditamos que essas ideias podem ser transpostas às caminhadas em ambientes naturais, uma vez que é possível empregar o mesmo movimento de introjeção no espaço e abrir um vasto leque de perspectivas para sentir a paisagem. Diante dessa discussão entre caminhadas no ambiente urbano e caminhadas “na natureza”, Gros (2010, p. 182) pontua que:

O grande caminhador romântico, o eterno *Wanderer*, estava em comunhão com o Ser. A caminhada era uma grande cerimônia de união mística, o caminhante fazendo-se presente à Presença, aninhando-se junto ao seio puro de uma Natureza maternal. [...] O caminhante das cidades não está presente a uma plenitude do Ser, está apenas disponível a impactos visuais e esparsos. O caminhante se realiza no abismo de uma fusão, o *flâneur* na explosão de uma dispersão indefinida de estilhaços.

As caminhadas ou passeios em meio ao ambiente natural constituem-se em um ótimo mecanismo de se experienciar o espaço e promover o processo de imersão. Posto isso, o que queremos dizer com “experienciar o espaço”? Ao experienciar um espaço desconhecido ou indiferenciado, abre-se a possibilidade de transformá-lo em um lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor (TUAN, 1983). É preciso lembrar também que o conceito de lugar vai muito além do sentido geográfico de localização, sendo produto direto da experiência humana: “Não se refere a objetos e atributos das localizações, mas a tipos de experiência e envolvimento com o mundo, a necessidade de raízes e segurança” (RELPH, 1979). Contudo, nas palavras de Leite (1998): a “relação de afetividade que os indivíduos desenvolvem com o lugar só ocorre em virtude de estes só se voltarem para ele munidos de interesses pré-determinados, ou melhor, dotados de uma intencionalidade”. Acreditamos que é essa intencionalidade que contribui para o processo de imersão, uma vez que se constata uma abertura consciente do indivíduo àquela experiência, afinal o lugar “é criado pelos seres humanos para os propósitos humanos” (TUAN, 1975).

Será que Gros (2010), ao afirmar que o caminhante das cidades estaria apenas disponível aos impactos visuais considerou a perspectiva da experiência? Não que seja nosso objetivo discutir as diferenças entre caminhadas em ambiente urbano ou natural, mas deve-se considerar toda a complexidade humana e as possibilidades de reflexões,

sentimentos e sensações que um passeio pode gerar e isso não depende apenas do local que se passeia.

Nesse sentido, o conceito de lugar reflete diretamente a experiência humana no espaço e a vivência do indivíduo no mesmo. De tal forma, Tuan elenca dois conceitos de suma importância para qualificar o sentimento com o lugar: topofilia e topofobia, os quais são descritos por Silva *et al.* (2014, p. 254):

Topofilia, que diz respeito à familiaridade, apego ao lugar - já que topo denota lugar e filia concerne à filiação -, e topofobia, que representa o inverso, tendo em vista que o radical fobia remete à aversão, tornando-se o lugar do medo, da repugnância. A familiaridade, nesse sentido, “engendra afeição ou desprezo”, como pontua Tuan.

Por assim dizer, o processo de imersão é extremamente diverso, uma vez que está intrinsecamente relacionado à experiência. Dessa maneira, ao pensarmos nas caminhadas como uma atividade imersiva, não há dúvidas que se trata de uma possibilidade capaz de vincular o indivíduo a um lugar. Tuan (1983, p.165) afirma que “viver muitos anos em um lugar pode deixar na memória poucas marcas que podemos ou desejaríamos lembrar; por outro lado, uma experiência intensa de curta duração pode modificar nossas vidas”, ou seja, experiências intensas ou íntimas tornam-se capazes de marcar a trajetória de um ser humano. Experiências advindas da imersão em uma caminhada ao longo de uma trilha pode ser um exemplo de uma experiência intensa de curta duração, sendo que as vezes podemos não lembrar de momentos ou fatos que ocorreram em nossa própria casa, mas uma caminhada pode deixar lembranças para o resto da vida em função do tipo de experiência ou vivência do indivíduo.

As experiências íntimas jazem enterradas no mais profundo do nosso ser, de modo que não apenas carecemos de palavras para dar-lhes forma, mas frequentemente não estamos sequer conscientes delas. Quando, por alguma razão, assomam por um instante à superfície de nossa consciência, evidenciam uma emoção que os atos mais deliberados – as experiências ativamente procuradas – não podem igualar. As experiências íntimas são difíceis de expressar. Um simples sorriso ou contato pode alertar nossa consciência sobre um momento importante. Na medida em que esses gestos podem ser observados, eles são públicos. São, entretanto, efêmeros e seus significados estão longe de uma interpretação verdadeira, que não podem propiciar a base para o planejamento em grupo e ação. Carecem de firmeza e objetividade de palavras e imagens (TUAN, 1983, p. 167-168).

Obviamente, a experiência íntima vai muito além de uma mera lembrança que fica guardada em nossa memória; ela marca nossa trajetória e possivelmente provoca influências em nossa vida. Tuan acredita que os momentos íntimos são muitas vezes aqueles em que nos tornamos passivos e que nos deixam vulneráveis, expostos à carícia e ao estímulo de novas experiências.

As caminhadas ou passeios, segundo Martins (2009), configuram-se em uma das diversas formas simbólicas pelas quais o corpo pode significar e resignificar lugares. A imersão e a experiência estão relacionadas com o corpo. Experimentar é aprender e o aprendido é decodificado pelas emoções, pensamentos e pelas sensações. Em função disso, justifica-se a tamanha riqueza de experiências que uma caminhada pode suscitar, ou seja, caminhar em diferentes lugares trazem à tona distintas reflexões e sentimentos, até mesmo uma caminhada em um mesmo lugar pode trazer diferentes experiências caso vivenciada em diferentes momentos da vida (TUAN, 1983).

Certas coisas parecem ser evidentes ou estar em contradição com a noção de arte. À primeira vista, o passeio pareceria pertencer a essa categoria. Mas trata-se apenas de uma impressão à primeira vista. Não é necessário refletir muito tempo ou com profundidade para dissipar totalmente essa ilusão. Quem não sentiria que os passeios em meio a outras pessoas provocam uma impressão bem diferente de um passeio à natureza? Quem colocaria no mesmo plano os prazeres de um passeio a pé, a cavalo ou de carro, e quem desconheceria, nem que fosse apenas pela impressão que dele extrai, o prazer especial proporcionado por cada um deles? Quem ousaria dizer que passeia sempre da mesma maneira, na encosta de uma montanha ou num vale, num prado ou num bosque? Se esse fosse realmente o caso, se – como em pleno mar, diante de uma imensa extensão de água calma, ou em plena noite, quando não é mais possível distinguir nada – as diversas impressões dadas pela natureza e pela sociedade se dissipassem todas em nosso coração, então passear seria a coisa mais simples do mundo. Mas como esse não pode ser o caso – se não seria necessário que os passeios fossem apenas uma sucessão de vagares e de fantasias secretas – é muito natural que se deseje aproveitar toda a paleta de impressões proporcionadas pelos passeios e, aprofundando a natureza desse prazer múltiplo, multiplicá-lo e ainda aumentá-lo. É somente aí que não se anda mais às cegas durante os passeios (SCHELLE, 1808, p. 9).

Sob a ótica aqui desenhada, uma caminhada pode ser sentida das mais diversas maneiras, sua riqueza reside na conexão que criamos com a terra, dependendo não só de onde caminhamos e como caminhamos, mas levando em consideração a personalidade e bagagem cultural/intelectual do indivíduo que caminha, fazendo do passeio uma arte. A respeito disso, podemos citar Rousseau (1782, p. 116): “Tudo na Terra está em um fluxo

contínuo que não permite a nada assumir uma forma constante. Tudo muda a nossa volta. Nós mesmos mudamos, e ninguém pode garantir que amará amanhã aquilo que ama hoje”. Não existe locais iguais em nenhum ponto do planeta, assim como não existe um sujeito com exatamente as mesmas características, o que evidencia a riqueza de possibilidades que a imersão em trilhas pode proporcionar em decorrência dessa diversidade humana e ambiental. Diante disso, colocamos um fragmento de Schelle (1808, p. 11-12), no qual reflete e justifica o passeio como uma arte:

Uma arte do passeio seria de interesse para todas as pessoas cultas que gostam de flunar⁸, com o espírito e os sentidos alertas, tanto na natureza como nos locais frequentados, e de usufruir plenamente da natureza e da sociedade durante seus passeios; da mesma forma como a arte de viver deveria ser para cada indivíduo um objeto de atenção, no sentido pleno do termo, se a vida fosse para ele um pouco mais do que um simples jogo.

É bem possível que no discurso de Schelle encontremos alguns anacronismos quanto a termos ou até mesmo em algumas ideias, por isso, precisamos lembrar que o documento⁹ foi redigido no século XIX, em 1808, configurando-se em uma outra época e um outro contexto sociocultural, apesar de que indubitavelmente Schelle tenha assegurado enormes contribuições para o entendimento e compreensão da arte de passear, tanto como ato mecânico, como exercício intelectual, reflexivo e imersivo, ainda que não utilizasse a imersão no contexto em que empregamos aqui. Para o autor, o passeio é de interesse das pessoas cultas e ao longo de sua obra cita que a caminhada se trata de um exercício intelectual, o qual deveria ter tanta atenção quanto a arte de viver. Embora Schelle diga que o passeio só será de fato desfrutado por pessoas cultas e letradas, acreditamos que para “aproveitar toda a paleta de impressões proporcionadas pelos passeios” é necessário apenas estar aberto para as experiências, afinal sendo culto/letrado ou não, haverá experiência e aprendizado para qualquer indivíduo, ainda que advinda de forma indireta ou inconsciente, assim como apontaria Tuan.

Nesse sentido, a caminhada e a vivência pode ser tanto individual quanto coletiva, bem como indica Schelle (1808) e Tuan (1983). Ambos os autores discutem a possibilidade de imersão solitária ou em grupo. Sendo assim, Schelle (1808, p. 42) é bem claro ao afirmar que “não é necessário estar só para responder à finalidade do passeio em plena

⁸ Caminhar sem destino certo.

⁹ A arte de Passear, 1808.

natureza, e é até mesmo perfeitamente possível deixar-se tomar por uma tranquila conversa com um companheiro que esteja com a mesma disposição que si próprio”, ou seja, o autor reforça a ideia de que até mesmo um diálogo sem paixão sobre coisas cotidianas da vida ao longo de uma caminhada não é suficiente para eliminar as impressões que a natureza provoca no coração, isso é, se ambos estiverem dispostos. Contudo, Schelle (1808, p. 43) ressalva que “aquele que não queira ser simplesmente o eco de impressões exteriores e que, ao contrário, sinta do seu íntimo a necessidade de se abandonar ao seu próprio espírito e viver consigo mesmo, por vezes passeie sozinho”. Assim, o autor acredita que não há problemas de experienciar trilhas e caminhadas junto a outros companheiros. Entretanto, aquele que anseia por um aprofundamento espiritual que vá ao encontro com si mesmo, deve caminhar sozinho com a finalidade de encontrar-se com seus pensamentos mais íntimos, afinal, o passeio solitário em meio a natureza, para Schelle, é uma forma de desenvolvimento do espírito.

As ideias de Schelle se assemelham com o que Jean-Jacques Rousseau apresenta anos antes ao registrar seus devaneios durante suas caminhadas solitárias, obra publicada postumamente em 1782 conhecida como “Os devaneios do caminhante solitário”. O autor relaciona a condição de solidão no ato de caminhar como forma de atribuir liberdade aos seus pensamentos e deixar suas reflexões ecoarem.

Tendo concebido, portanto, o projeto de descrever o estado habitual de minha alma na mais estranha condição em que jamais possa se encontrar um mortal, não vi maneira mais simples e mais segura de realizar essa empresa do que manter um registro fiel de minhas caminhadas solitárias e dos devaneios que as preenchem quando deixo minha mente livre por inteiro e minhas ideias seguirem suas inclinações, sem resistência e sem dificuldade. Essas horas de solidão e meditação são as únicas do dia em que sou eu mesmo por inteiro e pertencço a mim sem distração, sem obstáculo, e em que posso dizer de verdade que sou o que a natureza quis (ROUSSEAU, 1782, p. 16).

Esse registro de Rousseau apresenta traços das características do *flâneur* expostas por Featherstone (2000), principalmente no que se refere aos devaneios que preenchem a mente no ato de caminhar. O devaneio, de acordo com Eigeldinger (2010, p. 16)¹⁰, seria um estado de êxtase, o qual estaria “naturalmente associado à sensação de ser parte integrante do Todo, na ausência de qualquer noção temporal”. A qualidade do devaneio,

¹⁰ Tradução de Salvadori, 2011.

tanto para Rousseau quanto para Schelle, estaria condicionada principalmente ao passeio solitário. Concordamos com ambos os autores ao afirmarem que as reflexões advindas das caminhadas solitárias sejam possivelmente distintas das que emergem ao se realizar um passeio acompanhado. Em contrapartida, não acreditamos que exista uma forma mais adequada de se passear, uma caminhada acompanhada pode igualmente garantir uma viagem ao íntimo do sujeito. Essa “viagem ao interior” não estaria associada apenas ao fato de estar sozinho ou em grupo, mas levaria em conta um conjunto de elementos que, ao nosso ver, envolveria onde se passeia, o porquê se caminha e até mesmo a trajetória do sujeito.

Tuan (1983), ao discutir a experimentação individual ou coletiva, evoca a definição de lugar íntimo, sendo eles “transitórios e pessoais, onde podem ficar gravados no mais profundo da memória e, cada vez que são lembrados, produzem intensa satisfação, mas não são guardados como instantâneos no álbum da família nem percebido como símbolos comuns” (p. 172). O sentimento de lugar íntimo, ao nosso ver, pode ser suscitado a partir de uma trilha ou um acontecimento em uma caminhada, a qual foi realizada tanto de forma solitária quanto coletiva. Tuan considera que o compartilhamento de experiência entre indivíduos não requer conhecimento de detalhes da vida de cada um, visto que a intimidade emerge nos momentos de verdadeira consciência e troca, ou seja: “cada troca íntima acontece em um local, o qual participa da qualidade do encontro. Os lugares íntimos são tantos quantos as ocasiões em que as pessoas verdadeiramente estabelecem contato” (p. 172). Em suma, assim como Schelle propôs em 1808, Tuan acredita que o acesso às experiências e vivências mais profundas só ocorrem se o próprio indivíduo estiver disposto a tal, lembrando da ideia de experiência íntima, que não sendo exaltada, passa-se despercebida, sendo que apenas quando refletimos sobre a mesma é que reconhecemos o seu valor.

A imersão propiciada por uma trilha ou uma caminhada em meio natural é muito mais que uma simples movimentação do corpo (como já dizia Schelle), ela envolve todos os nossos sentidos em ligação com o lugar (como ressalta Tuan). O ato consciente de caminhar, o passeio, envolve um encontro com a terra em que se anda e consigo mesmo, traz as mais profundas reflexões e promove marcas na memória e, em alguns casos, em nossa trajetória de vida. A ideia de imersão está completamente atrelada ao conceito de lugar descrito por Tuan, o qual observa-se o indivíduo ligado ao espaço por um

sentimento de familiaridade e apego (topofilia) ou por um sentimento de aversão e desprezo (topofobia).

Sendo assim, a imersão em trilhas nos torna capaz de exercitar e aguçar nossos sentidos em seus níveis mais diversos: a euforia e o medo, o relaxamento e a exaustão, a fartura e a fome, o calor e o frio, o seco e o úmido, a indiferença e a contemplação. São infinitas as possibilidades, assim como são infinitos os sentimentos e as reflexões suscitadas por uma única caminhada. Em outras palavras, a imersão está pautada na subjetividade do sujeito: sua experiência com o lugar levará em consideração sua trajetória de vida e suas paixões mundanas, assim como nos mostra Tuan em um de seus exemplos, “um cego acreditava que poucas pessoas que veem poderiam desfrutar, mais do que ele, o cenário do cume de uma montanha” (1983, p. 27). Interagimos no espaço e assim imprimimos nossas paixões, temores, aspirações e desejos, transformando, portanto, um espaço indiferenciado em um lugar completamente dotado de valor e significações.

2.3. Turismo, trilhas e aventura

O termo “turismo”, segundo Ruschmann (1997), tem origem no século XIX, ainda que seja perfeitamente aceitável afirmar que a atividade já vem sendo exercida por antigas civilizações muito antes da definição da palavra. De acordo com Grecco (2006), “o termo turismo pressupõe uma viagem, que por sua vez gera uma gama quase que interminável de necessidades do viajante que precisam ser devidamente satisfeitas” (p. 45). Sendo assim, como podemos definir o que é turismo de fato? Grecco aponta que conceituar turismo tem se revelado uma tarefa extremamente maçante para os pesquisadores que se dedicam ao assunto, uma vez que o problema está situado no caráter multidimensional que a atividade envolve, assim como a complexa cadeia que abrange elementos econômicos, culturais e sociais. Sendo assim, torna-se interessante que passemos por algumas definições que foram sendo cunhadas ao longo do tempo.

Apesar de Ruschmann (1997) afirmar que o termo surgiu no século XIX, Barretto (2006, p. 9) sugere que a primeira definição foi realizada no início do século XX, em 1911, pelo economista austríaco Hermann Schattenhofen, dizendo que “turismo é o conceito que compreende todos os processos, especialmente os econômicos, que se manifestam na chegada, na permanência e na saída do turista de um determinado município, estado ou

país”. Trata-se de uma importante definição que já denota a multidimensionalidade anteriormente citada, sendo, portanto, um pontapé inicial para a discussão do termo. Em seguida, Barretto relembra que em 1929 surgiram novas definições pela “escola berlinesa”, nas quais Glucksmanm descreve turismo como “um vencimento do espaço por pessoas que vão para um local no qual não tem residência fixa”. Ao nosso ver, essa abordagem não consegue delimitar de maneira clara a atividade turística, além de ignorar a complexidade pela qual já havia entrado em pauta 18 anos antes pelo austríaco Schattenhofen.

Obviamente, muitas outras definições prosseguiram com a discussão partindo, principalmente, de pensadores europeus, bem como elenca Barretto: Troisi (Itália, 1942) propõe que turismo seria “um conjunto de viagens temporárias de pessoas, motivadas por necessidades de repouso, de cura, espirituais ou intelectuais”; Hunziker e Krapf (Suíça, 1942) colocam turismo como “um conjunto das relações e dos fenômenos produzidos pelo deslocamento e permanência de pessoas fora do seu local de domicílio, sempre que ditos deslocados e permanência não estejam motivados por uma atividade lucrativa”; Fúster (Espanha, 1973) já sugere a existência de equipamentos e receptivos turísticos e coloca o turismo como “um conjunto de organizações privadas ou públicas que surgem para fomentar a infraestrutura e a expansão do núcleo”.

É interessante observar que as conceituações resgatadas por Barretto sempre abordam quase que os mesmos aspectos, dificilmente havendo alguma inovação. Nessa pegada, ele ainda indica muitas outras definições de turismo que foram sendo propostas, contudo, assim como o próprio autor alega, “algumas pobres, outras com maior visão” (p. 11).

Para Lage e Milone (2001) existe uma distância e tempo de duração mínima para que seja reconhecida como atividade turística, as quais devem ocorrer em locais com distâncias superiores a cinquenta milhas (80 km) a partir da residência do sujeito, sendo necessário permanecer mais de 24 horas nos lugares visitados por motivações que não incluam razões comerciais ou trabalhistas. Em contrapartida, Trigo (1999, p. 12) não se restringe a delimitar tempo de permanência ou distância necessária a ser percorrida, preferindo associar o turismo de maneira integrada a aspectos econômicos e sociais, considerando a multidimensionalidade do conceito e lembrando que o turismo deve visar satisfações quaisquer que não as atividades remuneradas.

Temos também uma conceituação feita por Castrogiovanni (1995), o qual propõe, inclusive, uma aproximação com a geografia. O autor acredita que o turismo se trata de um conjunto de atividades, bens e serviços que se inserem em um espaço com fins recreativos, culturais, de saúde ou até mesmo religioso, sendo a base do fenômeno turístico a paisagem geográfica. Além disso, Castrogiovanni ainda menciona a importância de se analisar o turismo em suas diferentes escalas, considerando não só a Geografia, mas também sua interface com outras ciências: Ecologia, Economia, História, Artes, dentre outras.

Posto isso, não resta dúvidas que há uma série de conceitos distintos cunhados para o termo, mas que nem sempre se distinguem totalmente. Como vimos, há um elemento que predomina sobre a maioria dos conceitos, propondo que o turismo deve ser compreendido de maneira que ocasione inúmeras realizações para o sujeito, exceto de cunho comercial, trabalhista ou econômica. Ainda assim, acreditamos que o conceito se apresenta difuso e torna-se extremamente difícil delimitar uma definição que consiga abranger essa multiplicidade de significados. Afinal, sabemos o quão amplo a atividade turística pode revelar-se em meio à diversidade humana, cultural, socioeconômica e até mesmo ambiental. Dessa maneira, Grecco (2006, p. 46) acrescenta que a problemática do conceito se mostra tão diverso como a formação daqueles que estudam o fenômeno, evidenciando a multidisciplinaridade frente a conceitos absorvidos dos diversos campos da Geografia, História, Antropologia, Filosofia, Economia, Ecologia e dentre muitas outras áreas do conhecimento. Sendo assim, no que diz respeito ao campo científico do turismo, Boullón (2002) acredita que ainda há muito que se discutir e fortalecer.

Ruschmann (1997, p.13) indica que, “até recentemente, a participação no turismo estava restrita a uma elite que dispunha de tempo e de dinheiro para realizar as suas viagens”. Atualmente, a autora acredita que a atividade turística já não é uma prerrogativa de uma pequena parcela privilegiada da sociedade, mas sim um elemento que já se constitui difundido como integrante do estilo de vida para um número cada vez maior de pessoas em todo o planeta. Dessa forma, Ruschmann coloca que o turismo tem ganhado cada vez mais espaço em função da deterioração das condições de vida nos grandes centros urbanos, bem como a monotonia rotineira envolvendo o trabalho, assim como a exaustão física do dia-a-dia. Se pensarmos na diversidade e peculiaridade dos desejos e anseios de cada indivíduo, é possível imaginarmos um grande leque de preferências por

determinados tipos de locais, lembrando o que Tuan (1983) já explicava a partir dos conceitos de topofilia e topofobia.

Mesmo que a atividade turística esteja em movimento ascendente, Grecco (2006, p. 47) acredita que também se caracteriza como um setor de distribuição desigual dos benefícios, o que, por consequência, ameaça, inclusive, a sustentabilidade ambiental, social e econômica, uma vez que nem toda a estrutura societária participa de forma igualitária na cadeia de elementos que configuram a atividade turística. Posto isso, Grecco (2006, p. 47) busca considerar a complexidade e diversidade da atividade e afirma que:

Em linhas gerais, o turismo pode ser considerado uma atividade realizada por livre opção e iniciativa, motivada por interesses diversos e subjetivos, que variam desde atrativos cênicos, culturais, gastronômicos, esportivos, religiosos, em áreas fora do local de residência do viajante, por período de tempo variado, colocando o turista em contato com prestadores de serviços diversos que vão da alimentação, hospedagem, transporte, serviços de guia, e movimentando uma complexa cadeia econômica, social, cultural e ambiental.

De acordo com Ruschmann (1997, p. 15), o crescimento da demanda, da oferta turística e das facilidades para viagens “tornaram o mundo inteiro acessível aos viajantes ávidos por novas emocionantes experiências em regiões com recursos naturais e culturais”. Sendo assim, percebe-se a dificuldade de se enquadrar todas as atividades possíveis em um único conceito como o de turismo, provocando o surgimento de inúmeras categorias para delimitar cada tipo de atividade turística, como forma de otimizar a organização e planejamento do mesmo.

Na medida em que o turismo se difunde ao mesmo tempo em que temos a exaustão da vida pelo cotidiano nos grandes centros urbanos aliado a pressões ambientais, constata-se tanto o crescimento de um turismo planejado e ordenado, quanto de um turismo de massa, caracterizado por Ruschmann (1997, p. 23) como “deslocamento de grande número de pessoas para os mesmos lugares, nas mesmas épocas do ano”. Esse turismo sem planejamento ocasiona impactos na estrutura social, econômica e, muitas vezes, prejuízos irreversíveis no tocante ao patrimônio ambiental, visto que o mesmo é realizado de maneira desordenada e sem responsabilidade quanto à necessidade de se conservar o local. Posto isso, muitas outras segmentações de turismo foram surgindo juntamente com a crescente preocupação ambiental desde a década de 1970 em diante, trazendo ainda o

objetivo de conter os impactos negativos provenientes da própria atividade turística predatória, recebendo a alcunha de turismo “alternativo”, “responsável”, “ecológico” e, mais recentemente, “sustentável” (RUSHCMANN, 1997, p. 23). Dessa maneira, se faz incontestável a relação íntima existente entre a discussão ambiental, qualidade de vida e a atividade turística, que vem crescendo cada vez mais rápido:

A interação entre turismo e o meio ambiente é incontestável, uma vez que este constitui matéria-prima da atividade. A deterioração das condições de vida nos grandes conglomerados urbanos faz com que um número cada vez maior de pessoas procure nas férias e nos fins de semana regiões com belezas naturais. O contato com a natureza constitui, atualmente, uma das maiores motivações das viagens de lazer nas consequências do afluxo em massa de turistas a estes locais. (RUSCHMANN, 1994, p. 22)

O significativo aumento da população, e conseqüentemente o aumento da demanda por bens de consumo, tem impulsionado a discussão a respeito da disponibilidade de recursos naturais. O estresse da vida urbana também tem influenciado uma maior busca por áreas naturais visando uma melhoria na qualidade de vida, assim como complementa Rushcmann (1997, p.27):

O turismo nos espaços naturais não é apenas modismo de uma época e a opinião pública tem se conscientizado, cada vez mais, da necessidade de proteger o meio ambiente. Se, pelo lado da demanda, a motivação “contato com a natureza” se torna cada vez mais intensa, a natureza intacta e protegida passa a ser um argumento comercial importante. Assim, o turismo de qualidade pode tornar-se economicamente viável, desde que associado à proteção dos espaços naturais e a excelência dos serviços e equipamentos oferecidos aos clientes.

De fato, ao passo em que a motivação de promover um contato mais íntimo com a natureza se torna uma demanda crescente em meio a uma sociedade urbana pautada no consumo, essa necessidade se transforma em produto a ser oferecido e vendido nos formatos de pacotes turísticos. Dessa maneira, a autora afirma que a comercialização da “natureza intacta” propicia um turismo responsável capaz de garantir a proteção dos espaços naturais, embora a ideia de converter uma demanda de “contato com a natureza” em argumento comercial gere apenas uma elitização da atividade, visto que adquire um caráter segregatório, trazendo a ideia de distribuição desigual dos benefícios anteriormente citada por Grecco (2006). Obviamente, a garantia da proteção e conservação da biodiversidade não está diretamente associado à ideia de privatização ou

comercialização dos recursos, muito pelo contrário, Moura (2000) já demonstrou que tal afirmativa se revela inválida.

Nesse contexto, em meio a preocupações e discussões ambientais, a atividade turística também é colocada na pauta de estratégias e ações que levem as atividades econômicas a serem ecologicamente sustentáveis (OLIVEIRA e GONTIJO, 2012). É nesse sentido que surge uma nova abordagem do turismo a partir das décadas de 1960 e 1970, chamada de ecoturismo, sendo introduzido no Brasil apenas ao final da década de 1980, associada a práticas da educação ambiental, seguindo uma tendência mundial de valorização do meio ambiente (SILVA e SANTOS, 2010; MINISTÉRIO DO TURISMO, 2015). Sendo assim, o ecoturismo, segundo Silva e Santos (2010, p. 2), “surge como uma modalidade de turismo que utiliza recursos da natureza, que busca mudar o quadro de degradação imposto pelo turismo de massa, apostando em uma forma alternativa de fazer turismo”, tendo em vista a conservação ambiental e cultural.

De acordo com o documento “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo”, lançado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, o ecoturismo trata-se de uma atividade turística “que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista pela interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações”.

Obviamente, como qualquer termo conceitual, é possível que o mesmo seja apropriado ou definido de maneiras distintas. Ceballos-Lascurain (1995), acredita que as atividades ecoturísticas sejam caracterizadas como um exercício de apreciação da beleza natural, bem como as manifestações culturais do passado ou do presente, proporcionando de tal forma, contribuições positivas para o envolvimento das populações locais. Pensando nisso, Gontijo (2003, p. 7) chama a atenção para o fato de que constantemente o conceito tem sido utilizado de maneira distorcida e errônea:

O termo ecoturismo, por seu turno, tem sido apropriado por vários turistas apenas pelo fato de considerarem estar mais perto da natureza. De uma forma mais nefasta ainda, o termo tem sido utilizado pelo *trade* turístico, de uma forma geral, para exaltar as virtudes naturais de destinações que se quer vender.

O simples fato de um indivíduo estar em contato mais próximo de um ambiente menos antropizado não garante a este sujeito que esteja praticando uma atividade ecoturística.

Como vimos anteriormente, o ecoturismo está associado não apenas a presença de elementos naturais ou a contemplação da natureza, envolve também a valorização das manifestações culturais que nem sempre são levadas em consideração. Temos, dessa maneira, um belo conceito apenas na teoria, uma vez que na prática é cada vez mais comum que seja utilizado de maneira tortuosa ou até mesmo que se torne um objeto de marketing apropriado para fins lucrativos.

Muitos turistas, de acordo com Gontijo (2003), apenas se consideram ecoturistas pelo fato de estarem em contato com a natureza, um reducionismo do conceito realizado pela noção atribuída ao prefixo “eco”, sendo que de fato não há reprodução das atitudes que a própria definição prega. Talvez esses turistas queiram se referir ao turismo na natureza, que segundo Goodwin (1996, p. 283) seria “a viagem com o objetivo de apreciar as áreas naturais não desenvolvidas ou a vida selvagem”. Em outras palavras, turismo na natureza é aquele que envolve apenas a apreciação do meio natural, enquanto o ecoturismo trata-se de algo que vai muito além da valorização da natureza e abrange, sobretudo, os elementos culturais locais.

De tal maneira, ao pensarmos em caminhadas, trilhas e passeios na natureza, não estaremos necessariamente realizando uma atividade ecoturística, embora seja possível que uma caminhada, trilha ou passeio seja parte de uma atividade ecoturística. Sendo assim, discutir o ecoturismo de modo a pensar que atividade se enquadra – ou não – nessa classificação, revela-se para nós um tanto quanto improdutivo, uma vez que a intenção é deixar bem claro a banalização de um conceito que na teoria é relevante, ainda que se apropriado de maneira indevida não só pela falta de conhecimento, mas também pela má fé do marketing turístico ao mascará-lo como um turismo ecológico ou sustentável. Dito isso, o ecoturismo, em seu cerne pode não estar sendo praticado no Brasil, bem como aponta Silva (2009, p. 18):

Em princípio, o ecoturista está interessado tanto na natureza quanto na comunidade local, não deve priorizar o luxo dos equipamentos de hospedagem, souvenir e lazer, mas sim, o contato com moradores e com a natureza de forma adequada. Infelizmente, esse tipo de ecoturismo não é praticado no Brasil, podendo isso ser atribuído à falta de planejamento do setor, o que prejudica a imagem do produto ecoturístico brasileiro e, principalmente, acarreta danos aos locais onde a atividade é desenvolvida.

Em se tratando da realidade brasileira e colocando trilhas e travessias em debate, podemos abrir um parêntese pertinente quanto à aplicação do conceito de ecoturismo em unidades de conservação¹¹. Para Salvati (2002), as Unidades de Conservação brasileiras são submetidas a restrições em função da carência de recursos humanos e financeiros quanto à visitação ordenada e conservação, gerando percalços que colocam ainda mais distante a possibilidade de introdução de políticas atreladas ao ecoturismo, tendo em vista que são poucas as que buscam contemplar de forma satisfatória a participação de todas as comunidades nas fases de planejamento e tomada de decisão.

Uma vez citada a prática de caminhadas, trilhas e travessias, podemos associar tais atividades ao turismo de aventura. Basicamente configura-se em outro segmento do setor turístico de caráter recreativo, cujo objetivo principal é a prática de atividades de aventura. De acordo com Grecco (2006, p. 69):

Quando o termo “aventura” é evocado, imediatamente surge na mente de muitas pessoas uma série de associações (em função de bagagens experienciais) tais como, emoção, adrenalina, medo, desafio, terror, risco, inspiração, conquista, audácia, sucesso, rusticidade, expedição, entre outros.

Dessa maneira, o Ministério do Turismo coloca que o turismo de aventura pode se referir a atividades turísticas que envolvem práticas de esportes de aventura e risco no meio natural (PAIXÃO e COSTA, 2009). Já Zimmermann (2006), indica que o esporte de aventura traz um contato intenso com a natureza, íntimo, no qual o ser humano se sente bem consigo mesmo e concebe o meio em sua complexa vastidão. Em um sentido de tentar compreender a noção de aventura, Bruhns (2003, p. 31) coloca que a prática de aventura em espaços naturais está associada às fortes emoções que a atividade proporciona, não apenas durante o exercício, mas também ligado ao simples fato de se constituir em uma viagem, o que também inclui os preparativos e as expectativas para a mesma.

A prática de esportes no meio selvagem, junto a natureza, está associada a ideia de aventura carregada de um forte valor simbólico. Uma aventura que mobiliza o imaginário dos atores sociais, que se envolvem com essas atividades animados pelos mitos e símbolos das culturas que os enreda. As propriedades simbólicas, físicas e técnicas dessas práticas

¹¹ Muitas unidades de conservação no Brasil apresentam a possibilidade de exercer atividades de caminhadas, trilhas e travessias dentro de seus limites, como é o caso da travessia Lapinha-Tabuleiro e as UCs que o caminho perpassa.

revelam-se nos modos de os perceber. É comum, além dos esportistas, os segmentos ecoturístico e empresariado aproximarem-se desses esportes adotando as práticas de aventura e risco como arte de viver, desafiando calculadamente os riscos em decisões uteis que indicam as probabilidades de êxito e a ponderação de seus benefícios, motivados pela incerteza e pelo estado de interação com os elementos da natureza (COSTA, 2000, p. 15).

Obviamente que um sujeito ao buscar a aventura, por exemplo, em uma trilha ou travessia, não necessariamente o fará através de uma empresa especializada em turismo e esporte de aventura, afinal até mesmo todo o processo de planejamento, preparação e execução da atividade pode estar incluso nas motivações do praticante. Castrogiovanni (1995) acredita que o fenômeno do turismo é de caráter econômico, social e cultural, possibilitando diferentes grupos sociais de desfrutá-lo sob várias óticas. Em outras palavras, a prática da atividade pode ser mediada através de pacotes turísticos oferecidos por empresas, guias locais ou organizada de forma autônoma, movida por interesses pessoais, ainda que realizada em grupo ou individualmente.

É preciso ressaltar que, como aponta Zimmermann (2006), podemos encontrar a aventura enquanto atividade turística ou esportiva através de inúmeras nomenclaturas: esportes selvagens, atividades de aventura na natureza, desportos californianos, esportes de aventura, atividades deslizantes na natureza, *outdoor adventure recreation*, esportes radicais, entre outras. Essa variedade de tipologias e definições possíveis surgiram principalmente em decorrência da dificuldade de cercar as características desse grupo de atividades.

É bem possível que tais interesses na busca por aventura possam estar associados à capacidade de imersão do sujeito já discutida em outro momento, retomando a vontade de vivenciar experiências e trazer à pele sentimentos de seu interior. Grecco (2006, p. 69) aponta que “a natureza da aventura não pode ser eficientemente traduzida por uma única característica, mas sim por um conjunto de atributos, ou qualidades”. Baseado nas contribuições de Swarbrooke *et al.* (2003, p.09-14), Grecco (2006, p. 70) organiza um fluxograma de elementos que introduzem o que podemos chamar de atividade de aventura. Reorganizamos o fluxograma de modo a inserir novos elementos conectados aos previamente estabelecidos (Figura 2).



Figura 2. Elementos que compõem a aventura. Fonte: Adaptado de Grecco, 2006.

A organização apresentada por Grecco oferece uma sistematização didática do conjunto que compõe a aventura. Acreditamos que os elementos estão conectados entre si e podem se relacionar com muitos outros que não estão inseridos diretamente no quadro – trata-se apenas de uma maneira de arranjar as ideias a respeito do que se compreende por aventura. Dessa forma, organizamos um quadro (Quadro 1) de acordo com o que o autor interpreta em cada um dos elementos citados.

Quadro 1. Elementos da aventura. Fonte: Adaptado de Grecco (2006).

Incerteza de resultados	Ausência de conclusão garantida estimula a emoção e o empenho do praticante.
Perigo e risco	Traduzidas como prejuízos ao bem-estar físico (ferimento, dor ou morte), ao bem-estar psíquico (perda da confiança, de amizades, humilhações) e a situações nem sempre óbvias (tempestades, correntezas), sendo que a habilidade de tolerar, ou até mesmo desfrutar, desses momentos varia de pessoa para pessoa.
Desafio	Com diferentes variações de natureza, indo desde a intelectual, moral, espiritual, emocional até física. O grau de desafio também afeta a experiência da aventura, criando uma escala contínua entre a aventura extrema e a moderada. O desafio depende não só do nível de perigo, mas também das habilidades e aptidões do praticante.
Expectativa de recompensas	Maneira em que os aventureiros possam se beneficiar de sua experiência. Tal benefício pode não ter sido conscientemente formulado, mas sem ele o sentido de aventura ficaria comprometido. A frustração também faz parte da aventura..
Novidade	Elemento de grande contribuição para a incerteza. A novidade pode representar a parte predominante da aventura nos casos em que quase tudo é novo e diferente, ou pode ser uma alteração sutil, talvez envolvendo a extensão e o aperfeiçoamento de experiências anteriores.
Estímulo e entusiasmo	Muitas vezes decorrente da descarga de adrenalina que se segue aos momentos de medo, ou associada a momentos transcendentais de grande concentração e calma.
Escapismo e separação	Deslocar a experiência da rotina do dia-a-dia e conferir a ela um significado especial que permita a sua identificação como um evento específico e relevante.
Exploração e descoberta	Conhecimento e a autoconsciência que acompanham as descobertas de novos locais, culturas e habilidades pessoais
Atenção e concentração	O desafio requer concentração total na aplicação de técnicas específicas, esforço e tomada de decisões.
Emoções contrastantes	A incerteza e os riscos, bem como a evidente dificuldade em alguns momentos da aventura, resultam no fato de que a maioria das pessoas passa por ondas de emoções contrastantes, como por exemplo, terror e elevação, contentamento e desespero, ansiedade e prazer

Os elementos que Grecco aponta como constituintes da aventura dialogam com as ideias de Schelle (1808) no que se refere à paleta de impressões proporcionadas pelos passeios na natureza, bem como também se relaciona com a proposta de Tuan (1983), ao colocar a noção de lugar como um espaço dotado de valor e percebido a partir da experiência e vivência do sujeito. A prática da aventura interage com o espaço, com a paisagem geográfica e, sobretudo, é capaz de produzir lugares. Costa (2000, p. 14) nos lembra que não se deve reduzir a busca por aventuras a um mero ato mecânico que visa a excitação do corpo, mas sim considerar um outro tipo de busca, “algo que está aqui/além, dentro/fora do indivíduo”. Em outras palavras, a aventura, mesmo que em seu extenso universo de possibilidades de atividades, integra o sujeito ao mundo, colocando-o em sua condição de pequenez diante de tudo o que há para ser descoberto.

O que significa descobrir o mundo? É incorporá-lo, integrá-lo ao corpo. Não um corpo naturalista, fechado no espaço, mas sim uma compartimentação temporal do espaço, ou seja, permite que o espaço seja uma unidade de sentido. O espaço flui no tempo através do corpo. A história, então, é o tempo que continua disponível. O que é espacial decai num horizonte temporal, permitindo uma nova espacialidade da qual a anterior é agora o horizonte. O mergulhador, por exemplo, carrega com ele a caverna explorada e todas as suas experiências (ZIMMERMANN, 2006, p. 19).

Se um mergulhador carrega uma caverna explorada e as experiências advindas dessa vivência, igualmente um caminhante guarda uma trilha e os conhecimentos adquiridos com a mesma. Cada caminho trilhado pode significar uma história diferente, assim como um mesmo caminho pode gerar inúmeras experiências distintas e extremamente significativas para um sujeito. Zimmermann (2006) acredita que a aventura significa promover a “troca de energias”, na qual o indivíduo não as recebe passivamente, é necessário ser/estar na natureza, ser parte da ação, conferir uma ideia de fluxo e assumindo-se como uma unidade.

Em relação ao nosso trabalho, reconhecemos as caminhadas em suas múltiplas facetas como uma prática da aventura que possibilita a imersão no espaço. Na teoria, segundo Grecco (2006, p. 79), existem três tipos básicos de caminhadas, englobadas em uma

atividade denominada trekking¹², que podem variar de acordo com os interesses e/ou condicionamento físico do praticante: (i) trekking curto ou hiking; (ii) trilhas de longa duração ou travessias; (iii) competição ou enduro (Quadro 2).

Quadro 2. Modalidades do Trekking. Fonte: Adaptado de Grecco (2006).

Trekking		
(i) Trekking curto/Hiking	(ii) Trilhas de longa duração/Travessias	(iii) Competição/Enduro
Modalidade mais popular no Brasil em decorrência da simplicidade e praticidade. Realizada ao longo de um dia e em função da curta duração, não se torna necessário equipamentos e logística avançada.	Modalidade de maior preparo físico, técnico e logístico. Travessias geralmente duram mais de um dia em decorrência do trajeto escolhido, torna-se necessário equipamentos específicos para as condições da região. O planejamento e estudo do local é fundamental para a segurança e conclusão da atividade.	Percurso determinado pela organização da competição. Pode ser realizada individualmente ou em grupo, apresentando níveis de dificuldade e modalidades distintas.

Obviamente, trata-se apenas de uma divisão didática e, para nós, as trilhas de longa duração ou travessias tem uma maior importância no âmbito desse trabalho. As travessias são, a grosso modo, trilhas de longa duração nas quais o sujeito percorre um caminho específico, podendo o trajeto se alterar em função de imprevistos. Sendo assim, constata-se a importância de estudar a região, considerando o relevo, a vegetação, o clima e, sobretudo, a produção humana no espaço. Todos os preparativos constituem-se em passos fundamentais para realizar a atividade, uma vez que não se deve subestimar o trajeto ou superestimar as próprias capacidades desportivas: uma travessia não é uma competição e muito menos lhe renderá um troféu por completá-la. Atravessar significa, ao nosso ver, buscar o contato com o espaço, vivenciar o lugar, experienciar momentos e promover

¹² “O termo trekking surgiu na África, originária do idioma africâner, desenvolvido pelos primeiros colonizadores europeus, sobretudo holandeses, quando chegaram ao sul do continente africano. Em africâner, a palavra trekken significa “migrar. (...) Portanto, fazer um trekking significa, basicamente, realizar uma travessia caminhando, onde basta ter um roteiro planejado, um ponto de partida e outro de chegada, podendo esta caminhada levar algumas horas ou até mesmo vários dias” (GRECCO, 2006, p. 78).

uma viagem ao próprio íntimo, ao conhecido e ao desconhecido, trazer à pele sentimentos e proporcionar reflexões.

De acordo com Grecco (2006), o trekking proporciona um retorno à natureza, no qual o sujeito busca alcançar novos desafios e conquistas pessoais que vão muito além do êxtase pelo êxito do trajeto. Zimmermann (2006) acredita na busca pelo equilíbrio entre mente, corpo e meio, onde temos a atividade inserida no espaço e mediada pelo tempo, o qual adquire um novo caráter: o vivido e experienciado. Dessa maneira, apesar do trekking poder ser considerado uma atividade turística, se diferencia de um turismo predatório e desordenado que desmancha e descaracteriza a paisagem, bem como indica Ferreira (2007, p. 35):

Com o desenvolvimento do turismo, e aqui voltamos a falar do turismo de massa, muito desses locais que hora eram remotos e de difícil acesso passam a se tornar lugares “comuns, com facilidades advindas do desenvolvimento da atividade turística e, aos poucos, perdem suas características, do desafio, da busca pelo desconhecido, dentre outros. Os trekkers começam a procurar outros locais, fugindo desse crescimento desenfreado do turismo, e continuam com a essência de buscar locais “inatingíveis”, cheio de obstáculos, culturas remotas e paisagens únicas.

Em contrapartida ao que Grecco (2006), Zimmermann (2006) e Ferreira (2007) colocam acerca das caminhadas como atividade turística ou esportiva, Gros (2010) afirma com certo rigor que tais práticas definitivamente não são caminhadas. O autor infere que o esporte é dotado de regras e envolve competição, deixando de lado a improvisação e o talento.

O esporte é constituído de contagens: em que posição você ficou? Qual foi seu tempo? Qual o resultado? Sempre a mesma divisão entre o vencedor e o vencido, tal como na guerra – há um parentesco entre a guerra e o esporte do qual a guerra tira sua honra e o esporte, sua desonra: do respeito pelo adversário ao ódio pelo inimigo. O esporte é também, obviamente, o senso da resistência, o gosto pelo esforço, a disciplina. Uma ética, um trabalho. Mas é além disso algo de material, revistas, espetáculos, um mercado. São performances. O esporte proporciona imensos cerimoniais midiáticos, apinhados de consumidores de marcas e imagens. O dinheiro toma-o sob controle para despojar as almas, e a medicina, para fabricar corpos artificiais (GROSS, 2010, p. 9).

Concordamos que há uma certa apropriação do esporte pela competição, pelo consumismo e pela mídia, mas será que podemos generalizar? Ainda que haja uma banalização das caminhadas, podemos inferir que os passeios via atividades turísticas e esportivas perdem seu potencial imersivo? Gros prossegue com sua crítica:

Muito embora se tenha tentado criar um novo mercado de acessórios: calçados revolucionários, meias incríveis, mochilas práticas, calças funcionais... E se procure implementar o espírito do esporte: não se faz mais uma caminhada, se “faz um trekking”. Vendem-se bastões alongados que deixam os caminhantes com a aparência de improváveis esquiadores. Mas nada disso vai muito longe. Nem pode ir muito longe (GROS, 2010, p. 10).

A questão é que não podemos generalizar as práticas turísticas e esportivas como Gros apontou, embora a crítica do autor seja necessária nos tempos atuais. Acreditamos que essas práticas são de fato um meio de acessar as possibilidades de imersão, mas isso só se faz possível se o caminhante estiver disposto. Bruhns (2003) indica que caminhar por uma trilha em ambiente natural é um exercício para os sentidos, evidenciando a complexidade da subjetividade:

A experiência sensível provocada por essa opção esportiva pode reverter-se num modo de conhecimento relacionado a determinadas emoções, fundidas com os sentidos corporais, no contato com a natureza. Uma experiência de contemplação, filtrada por valores e concepções de vida pode emergir, bem como um sentimento de união pelo pertencimento a um cosmo comum. Fundamentado numa ética pelo respeito e do redescobrimto (BRUHNS, 2003, p.42).

Aquele que caminha apenas para atingir o outro lado e apressa suas passadas para chegar mais cedo pode até ter sua experiência na trilha, mas está longe de aproveitar o que o caminho pode fato oferecer. A chegada para esse caminhante pode não significar mais do que uma simples chegada, as vezes regada a insultos e irritação. Por outro lado, o sujeito que se coloca aberto perante o caminho, e respeitosamente se sente parte dele, com certeza a chegada poderá significar muito mais do que uma simples chegada. Até mesmo os momentos penosos e difíceis podem se transformar em sentimento de conquista. Na esteira desse raciocínio, Gros descreve com maestria a redenção do caminhante diante da chegada:

Quando finalmente o peregrino larga a mochila e pode parar porque ele conseguiu, chegou, ele quase nem precisa concretizar por meio dos olhos da carne essa visão conquistada: seu corpo já está preenchido com ela até a ponta dos dedos dos pés. Então toda a jornada fica

transfigurada. Chegar caminhando àquele lugar cujo nome fez sonhar o dia inteiro, cujo aspecto imaginou longamente, ilumina, de modo retroativo e compensatório, o caminho. E o que foi efetuado com fadiga e por vezes tédio, perante essa presença absolutamente sólida que justifica tudo, passa a constituir uma série de momentos necessários e alegres. Caminhar torna o tempo reversível (GROS, 2010, p. 129).

Independente da atribuição que a caminhada tome, seja turística, seja esportiva ou até mesmo filosófica, enxergamos as possibilidades de imersão a partir delas. Caminhar é por si só um ato imersivo. Haverá experiências do simples fato de percorrer uma trilha, ainda que sua intensidade possa variar em função da abertura de cada sujeito para vivenciar os momentos em um caminho. E mesmo que um caminhante esteja fechado ao que o caminho tem a oferecer, este pode estar suscetível ao aprendizado ainda que de forma indireta ou inconsciente. É nesse sentido que o caminhar lento, o passo após passo, se revela importante na ótica de Gros:

A caminhada - não se descobriu nada melhor para andar mais devagar. Para caminhar, são necessárias antes de tudo duas pernas. O resto é supérfluo. Querem andar mais depressa? Nesse caso não caminhem, façam outra coisa: rodem, deslizem, voem. Não caminhem. E depois, quando se anda a pé, só há um desempenho que de fato conta: a intensidade do céu, o viço das paisagens (GROS, 2010, p. 10).

Concordamos que o caminhar lento se faz relevante para o processo de imersão, embora seja necessário ressaltar novamente que não se pode definir a introjeção no espaço como uma receita que deve ser fielmente seguida por cada sujeito. O ato de caminhar se demonstra diverso, o que possibilita as inúmeras formas de se perceber e percorrer um mesmo caminho, podendo estar associado a uma variedade de elementos, inclusive, na busca pela aventura.

A aventura ocorre quando os participantes se colocam voluntariamente em uma posição que acreditam ser um passo rumo ao desconhecido, onde enfrentarão desafios e poderão descobrir ou adquirir algo valioso a partir dessa experiência, ficando evidente que não é determinada por atividades específicas, mas sim pelo estado mental e ponto de vista do praticante (GRECCO, 2006, p.75).

A aventura está presente em nossa essência, em nossa história e vai muito além de um leque de esportes apropriados por alguma segmentação turística. O espírito da aventura, segundo Costa (2000, p. 5), é inerente as grandes conquistas da humanidade, “em especial no século XVI, quando desbravou os mares e foi ao encontro de outras civilizações”. No Brasil, o século XVIII e XIX também foi marcado por exímios aventureiros: os

naturalistas e suas expedições. Perpetuados pela ousadia, coragem e contribuições para as ciências naturais, foram movidos pela curiosidade e pela vontade de explorar o desconhecido, realizando inúmeras travessias em território brasileiro. Estabelecer a relação entre os grandes feitos da humanidade e a presença do espírito aventureiro é algo intrínseco e reverbera na sociedade, influenciando e revelando-se de valor inestimável, sobretudo, para a constante construção do conhecimento.

A grande maioria das expedições e viagens de exploração foram registradas por membros da comitiva, seja através de diários ou até mesmo assumindo a forma de narrativas literárias. Esse vasto conteúdo produzido pela humanidade ao longo dos anos ficou conhecido, como aponta Amorim Filho (2008), por literatura de viagens. Marcada pela diversidade de formatos, podemos ainda incluir o registro de caminhadas, já que como ressaltam Rousseau (1782) e Featherstone (2000), o relato é uma das formas de guardar os acontecimentos através das impressões e sentimentos, bem com as reflexões advindas do ato de caminhar.

III

O ECOAR DA TRAVESSIA LAPINHA-TABULEIRO

Travessia ao nosso interior, um movimento ao nosso íntimo. Nem toda caminhada é necessariamente no espaço físico. Existem determinadas travessias que podem ser realizadas em nossa própria mente, as quais somos levados aos confins de nossos pensamentos mais ocultos e até mesmo abstratos, difíceis de serem registrados ou descritos.

Por vezes, em uma caminhada somos pegos de surpresa por uma nova ideia, por uma reflexão a respeito de algum assunto, ou quem sabe por algum devaneio inusitado que nos faz esboçar um leve sorriso enquanto caminhamos. Essas são situações cotidianas que podem ocorrer em uma simples ida à padaria. Por outro lado, o processo de imersão em uma trilha, como é o caso da travessia Lapinha-Tabuleiro, possibilita ao sujeito entrar em contato com uma infinidade de experiências e sentimentos, a partir da conexão fortalecida do indivíduo com o espaço. Momentos que marcam o sujeito, não só como caminhante, mas como pessoa inserida no mundo. Antigas e novas paixões, superação de antigos traumas ou medos. Momentos que podem gerar aprendizado, definir escolhas futuras e até mesmo mudar formas de enxergar o espaço. O que seria isso se não um eco do ato de caminhar? Um ecoar da travessia realizada no espaço físico que nos leva a uma nova travessia, essa última sendo empreendida em nosso próprio interior, nosso íntimo.

No campo da física, o eco é marcado por “uma consequência imediata da reflexão sonora. Define-se eco como a repetição de um som que chega ao ouvido por reflexão” (FERNANDES, 2002, p.38). Adaptando o conceito a nossa pesquisa, podemos dizer que o ato de caminhar ao longo da travessia proporciona um eco que se propaga tanto no espaço físico, quanto no íntimo do caminhante. Acreditamos que a travessia Lapinha-Tabuleiro torna esse eco possível, sobretudo quando o sujeito se abre para tal.

Aprofundaremos aqui no universo da travessia, descrevendo subjetivamente seus principais elementos por meio da nossa experiência como pesquisador, turista e

principalmente como caminhante. Esse processo permitirá que, em seguida, possamos enveredar para o universo de caminhantes representados pelos ex-alunos da disciplina de Fitogeografia. Analisar os diários de campo, relatórios e registros da caminhada facilitará nossa compreensão das percepções dos sujeitos que, ao caminhar, se abriram para as possibilidades de imersão que a travessia oferece.

3.1. Atravessando: de Lapinha à Tabuleiro

Foram inúmeras as vezes em que percorri os caminhos que separam Lapinha de Tabuleiro. No início, realizava sempre um único trajeto: partindo da Lapinha e chegando a Tabuleiro. Com o passar do tempo fui descobrindo o vasto universo em que me encontrava inserido, não havia um único caminho, não havia uma única trilha e muito menos um único sentido a ser seguido. A descoberta de novas maneiras de se concretizar a travessia sempre acompanhava um sentimento de euforia, embora seja difícil dizer que a travessia de fato tenha um fim. Talvez o fim possa marcar uma nova travessia, talvez o ponto final de uma caminhada possa significar o início de outra. Nas palavras de Enos Mills (1920), “a essência está em aproveitar a viagem ao invés de chegar”.

Quando penso em tudo que já vivi ao longo da travessia Lapinha-Tabuleiro e o quanto ela tem influenciado minha vida, passo a ter certeza de que sou um colecionador. Coleciono cada história, cada momento e cada sentimento que a trilha me oferece. Sinto uma atração inexplicável que, mesmo depois de tantas travessias, quando me coloco a empreende-la novamente e lanço o primeiro passo, ainda consigo sentir o mesmo frio na barriga que me acompanhou ao longo da minha primeira caminhada. Assim, o desejo de chegar não se faz tão importante quanto é o desejo de apreciar o momento, de desfrutar de cada passo dado, permitir sentir com intensidade, seja nos momentos de euforia, alegria e contemplação, seja nos momentos de dificuldades que inclui o sol queimando a pele, uma escarpa a ser vencida e fortes fadigas musculares. Tudo isso faz parte do processo de imersão, um movimento que nos leva a descobertas e redescobertas, autoconhecimento e reflexão.

Vários caminhos nos levam a incontáveis possibilidades de verticalização no espaço (Figura 3 e em Apêndice B: Figura 25 e Figura 26). São trajetos que representam o próprio

As variações fitofisionômicas citadas se fazem perceptíveis ao longo do percurso (Figura 4 e em Apêndice B: Figura 24) e pode ser didaticamente compreendida pelo estreitamento longitudinal da Serra do Espinhaço, além da dinâmica ambiental que permeia as duas bacias hidrográficas federais, cujo divisor de águas encontra-se próximo aos limites municipais de Santana do Riacho e Conceição do Mato Dentro. A oeste verifica-se a porção inserida na bacia do Rio São Francisco, enquanto a leste observa-se a bacia do Rio Doce, sendo esta a vertente que recebe uma maior influência da umidade proveniente do atlântico e, portanto, favorece a ocorrência de florestas estacionais semidecíduais na face leste da serra. Ademais, a dinâmica hídrica interfere diretamente no relevo, uma vez que age esculpindo-o e modelando-o ao longo do tempo geológico. O arranjo da paisagem que constitui a região que a travessia abarca apresenta um relevo curioso (Apêndice B: Figura 27), sendo necessário vencer um primeiro escarpamento que separa Lapinha de sua sede municipal, Santana do Riacho. O povoado, por sua vez, está inserido ao sopé do maciço do Breu, o qual antecede o vale do rio Parauninha, região que se encontra interposta entre o maciço e a Serra da Calçada. Por fim, o distrito do Tabuleiro está localizado a leste, inserida próximo a um vale bem encaixado e relevo ondulado.

Todo esse fascinante trajeto está inserido em Unidades de Conservação (Figura 4), representando um mosaico de áreas protegidas, sendo composto pela Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira (APA Morro da Pedreira), Parque Estadual da Serra do Intendente (PESI) e Parque Municipal Natural do Tabuleiro (PMNT). A primeira UC institucionalizada na região foi a APA Morro da Pedreira, sendo uma Área de Proteção Ambiental no âmbito federal institucionalizada através do Decreto nº 98.891 de 26 de janeiro de 1990, o qual tem como objetivo preservar o complexo paisagístico do Espinhaço, possuindo aproximadamente 130.000 hectares entre os municípios de Santana do Riacho, Itambé do Mato Dentro, Morro do Pilar, Jaboticatubas, Taquaraçu de Minas, Itabira e Nova União. Em seguida, temos o o Parque Municipal Natural do Tabuleiro¹³ pela prefeitura de Conceição do Mato Dentro através do Decreto Municipal Nº. 158 de 03 de novembro de 1998, cobrindo cerca de 3.100 hectares no distrito do Tabuleiro.

¹³ Quando criado, o parque foi institucionalizado como Parque Natural Municipal Ribeirão do Campo, sendo posteriormente denominado de Parque Municipal Natural do Tabuleiro.

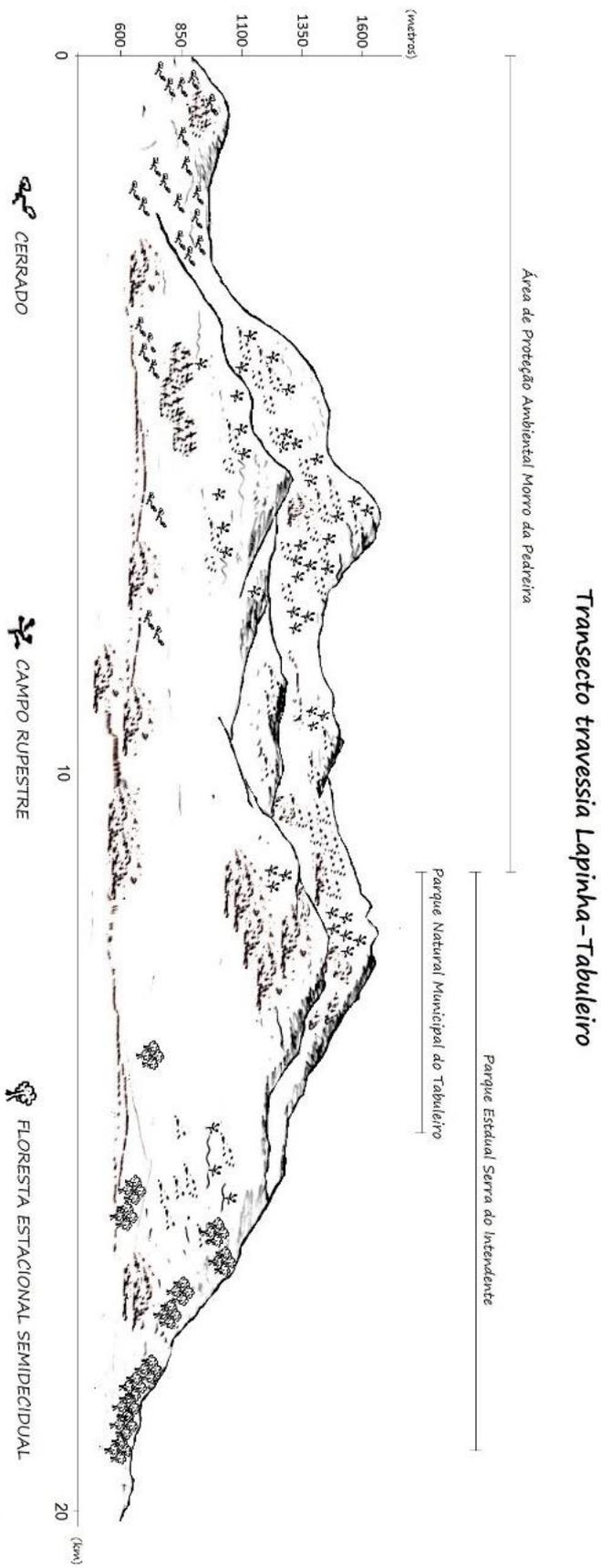


Figura 4. Transecto Lapinha-Tabuleiro. Autor: Padoan, 2016.

Por último, completando o mosaico temos a criação do Parque Estadual Serra do Intendente¹⁴ (PESI) através do Decreto sem número de 29 de março de 2007, abrangendo uma área de aproximadamente 13.5000 hectares nos distritos de Tabuleiro e Itacolomi, no município de Conceição do Mato Dentro. Segundo o IEF (2014), foram inúmeros fatores que contribuíram para a institucionalização do PESI, principalmente no que se refere à demanda das comunidades locais, motivadas pelas constantes ameaças que a área vinha sofrendo com a incidência de queimadas, desmatamento, dentre outras atividades predatórias que se constituíam danosas à flora e fauna local. Em tempo, se faz relevante citar que o PMNT está inserido na porção central do PESI, configurando-se em uma área de gestão compartilhada, na qual encontra-se inserido a emblemática Cachoeira do Tabuleiro (maior queda d'água de Minas Gerais).

O mosaico de Unidades de Conservação permite a manutenção da integridade ambiental local, além de garantir a reprodução da travessia Lapinha-Tabuleiro como atividade turística em decorrência da abertura ao uso público nas áreas de proteção integral. Embora as UCs tenham um papel fundamental na viabilização da trilha, são os residentes locais que fazem do trajeto uma experiência singular. Por mais belo que o cenário possa se revelar aos olhos do caminhante, são os moradores que habitam o universo da travessia que a ela atribui um inexplicável brio.

A questão é que o trajeto está inserido integralmente em UCs, sendo duas delas de proteção integral, as quais não permitem a ocupação humana e implicaria na desapropriação mediante indenização aos residentes que ali se estabeleceram antes da criação das áreas protegidas. Nesse caso, não havendo indenização até o presente momento, estas habitações acabam operando como pontos de apoio para promoção da travessia Lapinha-Tabuleiro, configurando-se como uma possibilidade de renda no recebimento de turistas, funcionando como uma espécie de medida compensatória em detrimento das restrições locais em função da criação dos parques. Dessa forma, alguns moradores passam a receber os caminhantes, oferecendo-lhes espaço para camping, bem como banho quente e refeições, caso combinado previamente. Ao todo são quatro pontos de apoio que se encontram acessíveis, sendo a casa da Ana Benta localizada dentro da APA Morro da Pedreira (não sendo necessário desapropriação), as casas de Chico Lages

¹⁴ Segundo Braga (2011), foi instituído em 1998 a APA municipal Serra do Intendente, sendo posteriormente ampliada e incorporada à área do Parque Estadual Serra do Intendente.

e Chico Niquinho alocadas na área de gestão compartilhada entre o PMNT e o PESI, enquanto o casal Zé d’Olinta e dona Maria estão inseridos na porção central do Parque Estadual Serra do Intendente.

Todos os caminhos que percorri ao longo da travessia me levaram a pernoitar na casa do seu Zé d’Olinta e dona Maria (Figura 5). Foram diversos os momentos em que cheguei à pequena casinha branca, encardida pelo tempo, na qual reside o casal. Sempre recebendo um acolhimento caloroso, já atingi esta casa de todas as maneiras: cansado, com fome, sob sol escaldante, debaixo de chuva forte, entre neblina e até mesmo tarde da noite após longas voltas não programadas (leia-se aqui “perdido”). Alguns dos caminhos que conheci foram, inclusive, descobertos após algumas confusões de percurso. A época do ano em que se caminha influencia diretamente na paisagem que se imerge, o que possibilita leituras diferentes do espaço, o que por um lado se revela positivo pelo fato de evidenciar as diversas formas de expressão da paisagem, embora, por outro lado, possa facilitar que até um experiente caminhante erre numa pequena nuance do caminho. Nada que seja tão ruim, afinal como já dizia um velho ditado: as vezes para se achar é preciso se perder.



Figura 5. Casa do seu Zé d’Olinta e d. Maria. Autor: Padoan, 2016.

Caminhante perdido é algo comum entre Lapinha e Tabuleiro, não raro são os momentos em que seu Zé ou dona Maria se veem na missão de resgatar algum sujeito perdido que não retornou à barraca ao fim da noite. O ponto de apoio, por estar localizado pontualmente em uma das rotas mais percorridas na travessia, acaba sendo um dos mais visitados e visados para pernoite durante a caminhada. São muitos os trilheiros que decidem passar um, dois e até três ou mais dias na propriedade do casal, afinal, com uma posição estratégica para o poço e a parte alta do Tabuleiro, uma vista exuberante a partir da área de camping, um café de sabor excepcional, uma janta típica mineira e a prosa do simpático casal, quem não gostaria de lá permanecer?

Considerando que Zé d'Olinta e dona Maria estão localizados no alto da Serra da Calçada, aqueles que apresentam um ritmo mais lento de caminhar acabam optando pela pernoite na casa da Ana Benta (por ser o ponto de apoio mais próximo da Lapinha), uma senhora que residia em uma pequena propriedade ao pé da Calçada. São inúmeros os relatos que detalham seu bom humor e simplicidade, mão firme na cozinha e enorme disposição em ajudar. Não cheguei a conhecê-la, Ana Benta veio a falecer em 2014, deixando sua casa aos cuidados de familiares que, por meio de agendamento, vão até a habitação e recebem grupos aos finais de semanas e feriados.

A casa está inserida bem ao pé da Serra da Calçada (Figura 6), próximo a uma estrada que também é frequentemente utilizada como trajeto da travessia. Apesar de não ter conhecido Ana Benta pessoalmente, sua figura sempre me foi familiar mediante os diversos relatos que já havia lido. Em algumas de minhas travessias resolvi passar pela casa, avistando-a logo em que me coloco no caminho indicado por uma placa que já havia cruzado inúmeras vezes em outros momentos. A casa estava fechada, não havia ninguém, encontrava-se vazia. O sentimento que me acometeu é difícil de descrever, apesar de ter me encontrado ali sozinho, sobreveio uma sensação de serenidade. O vazio já não parecia tão vazio assim: foi se preenchendo pelo som do vento, pelo balançar das árvores, pela serra que se impunha atrás da casa, foi se preenchendo, inclusive, por todos aqueles relatos que eu já havia lido sobre o local. Não há silêncio, não há vazio. Pude sentir uma alegria de estar ali naquele momento, ao mesmo tempo que senti uma profunda tristeza de não a ter visitado em outros momentos.



Figura 6. Casa da Ana Benta ao pé da Serra da Calçada. Autor: Padoan, 2016.

Ainda há outros dois pontos de apoio que acolhem os caminhantes da travessia, estando eles localizados no alto da Serra da Calçada. Chico Lages que, segundo moradores da Lapinha, é residente da região e passou a oferecer o serviço de apoio ao caminhante recentemente, contando com a ajuda de seu caseiro no local. Cerca de 3 km a sudeste de Chico Lages encontra-se a casa de Chico Niquinho, o qual é reconhecido como um dos moradores tradicionais da região, exercendo também a função de ponto de apoio aos viajantes.

A escolha do ponto de apoio pode acontecer a partir de afinidades estabelecidas, assim como pode ocorrer em função de uma logística específica adotada para a caminhada. São inúmeras as formas de se atingir os pontos de apoio, mas há uma primeira grande decisão a ser tomada ao início da travessia, partindo da Lapinha, que repercute em todo o trajeto. Logo ao iniciar a trilha, saindo do povoado, o caminhante pode optar por contornar o maciço do Breu (decisão geralmente adotada pela maior parte dos trilheiros) ou atravessar o Breu, passando pelo ponto mais alto do trajeto: Pico do Breu.

Já me deparei com essa escolha em alguns momentos, optando apenas por uma única vez em empreender o esforço de atravessar o maciço do Breu. Uma experiência incrível, no entanto, aterrorizante quando se está carregando uma mochila extremamente pesada. Minutos de caminhada que em alguns momentos mais pareciam horas, ainda mais estando exposto ao sol. Ao realizar a travessia sempre estive acostumado a contemplar o Breu e os Três Irmãos visto da Serra da Calçada (Figura 7). Assim, foi a primeira vez que estive no pico do Breu e observei a belíssima paisagem que se revela. Infelizmente a parada no ponto mais alto é rápida, não só pelo vento extremamente gelado que passa cortando a pele, mas também pela segurança em descer ao vale do rio Parauninha ainda com a luz do sol.



Figura 7. Vale do rio Parauninha vista da Serra da Calçada, Pico do Breu a esquerda e os picos dos Três Irmãos a direita. Autor: Padoan, 2016.

Alguns motivos me levaram a optar pela ascensão ao pico do Breu. O primeiro e mais importante foi sanar a curiosidade de estar no cume daquele relevo que tanto me fascina.

Outro motivo que posso citar é a influência do engenheiro e também naturalista, Álvaro da Silveira. Nascido em Minas Gerais em 1867, publicou em sua obra “Flora e Serras Mineiras” (1908) a descrição de sua subida ao pico do Breu, revelando todo o seu encantamento com a façanha:

No dia 22, tentei, com mais 3 companheiros, a subida ao pico do Breu, a cujo cimo, segundo os moradores da região, ninguém havia ido. Era assim, uma ascensão que em nós despertava esse prazer inexplicável de desvendar o desconhecido; fosse um pico a que muitos já houvessem subido, e a nossa ascensão se reduziria a um fato sem grande importância para nós (SILVEIRA, 1908, p. 92).

É importante que a descida do pico do Breu para o vale do rio Parauninha seja feita ainda sob a luz do sol. Esse mesmo fato é observado por Álvaro da Silveira, indicando ainda que a descida pela face voltada ao vale se faz menos penosa do que o retorno pela face que leva a Lapinha. Ainda que o naturalista não estivesse empreendendo a travessia, é nítido em seu relato a admiração com a região.

O vale do rio Parauninha representa outro ponto de escolha em que o caminhante deve optar por qual caminho seguir. O próprio rio Parauninha serve como ponto de parada e descanso para vários trilheiros. Momentos para se refrescar e tomar um banho nas águas geladas do rio que cede nome ao vale. Dali, cada caminhante pode seguir por algum caminho que leve ao ponto de apoio que esteja interessado ou apenas se direcionar ao Tabuleiro, caso não esteja disposto a pernoitar na trilha.

O fato é que o ponto de apoio mais próximo no percurso da travessia – a casa da Ana Benta – está situado a 2 km do rio Parauninha, sendo necessário agendamento prévio após o falecimento da moradora, visto que os familiares responsáveis pela casa não residem na região. A pernoite ao longo da caminhada nem sempre é uma questão de necessidade, mas sim de uma escolha feita com a intenção de aproveitar o passeio e garantir a imersão local, ou seja, absorver as possibilidades de vivências oferecidas a cada passo dado pelo sujeito. Obviamente existem indivíduos extremamente capacitados fisicamente para percorrer o trajeto contornando o Breu e chegando ao Tabuleiro em cerca de seis a sete horas. Contudo, grande parte dos caminhantes, estejam eles contornando o Breu ou não, optam por ao menos uma pernoite ao longo da trilha.

Para se ter acesso aos outros pontos de apoio, ou apenas dar continuidade à própria caminhada, é preciso que se utilize uma estrada ao lado da casa da Ana Benta que conecta à parte alta da Serra da Calçada. Em contrapartida, existe uma alternativa mais ao norte, passagem a qual se faz possível através de um relevo escarpado. Ambos os caminhos convergem-se mais à frente e propiciam mirantes para todo o vale do rio Parauninha, expondo a deslumbrante paisagem do Pico do Breu e os Picos dos Três Irmãos (Figura 7).

A partir da Serra da Calçada as possibilidades de trajeto e pernoite – no âmbito dos pontos de apoio – estão inseridos integralmente em Unidades de Conservação de Proteção Integral. A casa do seu Zé D’Olinta e D. Maria dista cerca de 3 km de seu vizinho mais próximo (Chico Niquinho), ambos possuem uma localização privilegiada para o acesso ao distrito do Tabuleiro e para as partes baixa/alta da Cachoeira do Tabuleiro, a qual se faz extremamente famosa devido a sua beleza cênica. A descida ao poço (parte baixa) é realizada através do ingresso adquirido na sede do Parque Natural Municipal do Tabuleiro, cujo acesso acontece tanto pela trilha que parte do alto da serra para quem está realizando a travessia, quanto de carro a partir do distrito. Por outro lado, a parte alta da cachoeira pode ser acessada através das trilhas sinalizadas que seguem dos pontos de apoio (Zé D’Olinta e D. Maria ou Chico Niquinho), sendo que para realizar o trajeto da parte alta para o distrito do Tabuleiro se faça necessário contornar a queda da cachoeira a leste ou retornar ao ponto de apoio e buscar a trilha que levará ao distrito.

A trilha que segue por 2,5 km entre a sede do PNMT e a base da Cachoeira do Tabuleiro é realizada por um terreno irregular que acompanha a mata ciliar do córrego Ribeirão do Campo. Segundo Kutchenski (2006, p. 73), todas as trilhas e os caminhos abertos dentro do Parque não foram planejadas, projetadas ou construídas, sendo, portanto, remanescentes do período colonial, surgindo e alargando-se à medida que a penetração do ser humano se tornava cada vez mais constante na região. O acesso à parte alta da cachoeira do Tabuleiro a partir da sede do parque é feito por duas possibilidades de trilhas (cerca de 8 km cada) que contornam a queda e atingem o córrego Ribeirão do Campo a 1.050 metros de altitude, sendo o curso d’água responsável por esculpir o relevo e formar as inúmeras cascatas e piscinas naturais nas proximidades da queda da cachoeira. É preciso lembrar que não há uma fiscalização da entrada de turistas para a parte alta, como ocorre no poço da cachoeira, sendo, portanto, preciso tomar cuidado com as

possibilidades de ocorrência de correnteza forte e cabeças d'água (aumento súbito do volume de água) em épocas chuvosas, ainda mais considerando o relevo acidentado da localidade.

A caminhada até o poço da cachoeira do Tabuleiro é extremamente cansativa, mas sua beleza não falha nem na época da seca. Já estive tanto na parte baixa, quanto na parte alta. Ambos os lugares guardam seu encanto particular: a parte baixa com a imponente cascata em um paredão de 273 metros e um enorme poço para banho, enquanto a parte alta anuncia um relevo escarpado que nos leva a um mirante com vista para todo o vale do ribeirão do Campo.

Além da Cachoeira do Tabuleiro, atrativo emblemático da travessia, existem muitos outros encantos ao longo de toda a trilha, sendo uma variedade de picos a serem atingidos, bem como córregos e cachoeiras para enriquecer a experiência proporcionada pela caminhada. A chegada ao distrito do Tabuleiro pode marcar o fim da trilha, ainda que represente mais uma oportunidade de desfrutar as belezas mineiras no interior de Conceição do Mato Dentro.

A travessia assume um relevante caráter turístico e atrai amantes de caminhadas de todo o Brasil, cada qual com seus objetivos e suas necessidades particulares a serem contempladas por um trajeto tão rico e diverso, capaz de ecoar em cada sujeito que caminha de peito aberto. O fim da caminhada, na minha concepção, não é marcado pela chegada ao distrito do Tabuleiro. Chegar ao Tabuleiro significa concluir um trajeto, mas não o fim da travessia. A caminhada prossegue no nosso interior, digerindo devaneios e reflexões, trazendo sentimentos e experiências suscitadas no percurso. Como já foi dito anteriormente, não somos capazes de flunar apenas no espaço físico, mas também de expandir a mente para horizontes inimagináveis.

3.1.1. Lapinha e Tabuleiro enquanto pontos de partida e chegada

Dado esse relevante caráter turístico, propício para longas caminhadas em um ambiente sociobiodiverso, surge a curiosidade em compreender o movimento que levou a apropriação desse trajeto como atividade turística. Pode-se dizer que essa apropriação é relativamente recente e, segundo moradores da Lapinha, teve seu início a partir do final da década de 90 e início dos anos 2000, sendo consequência da mobilização da população

local em alavancar o turismo na região, o que indica uma profunda relação desse trajeto com o processo de ocupação humana no próprio vilarejo.

A origem do povoado da Lapinha, por tanto tempo escondido entre as serras, está atrelada ao tropeirismo e inclui marcas do processo histórico de interiorização do estado mineiro no período colonial. Gontijo (2003) e Lopes (2006) discutem um possível traçado histórico para a ocupação humana no espaço onde hoje encontra-se o vilarejo, indicando as raízes do povoado atrelado a fazenda da Lapinha, a qual segundo Gontijo (2003, p.69) já se fazia constar em mapas do século XIX. Por muitos anos a região permaneceu com o acesso extremamente restrito, o que peneirava a chegada de forasteiros, exceto poucos motoqueiros que se aventuravam pelo escarpamento que separa Santana do Riacho de Lapinha da Serra. Aqueles que chegavam ao povoado, certamente admiravam a exuberância do lugar, fazendo com que esse segredo fosse passado lentamente ao longo dos anos.

O acesso ao povoado ocorre através de uma estrada de terra de cerca de 10 quilômetros, a qual liga Lapinha à sua sede municipal. A chegada ao vilarejo é tipicamente rural, marcada por trocas de olhares e o balançar de cabeças, que em conjunto com a brisa que desce da serra traz o conforto e o aconchego que rapidamente preenche o corpo e a alma. Um lugar extraordinário e inconfundível, abraçado pelo cerrado mineiro e sob os campos rupestres de altitude.

A primeira vez que estive na Lapinha foi através do trabalho de campo vinculado a Fitogeografia. Me lembro do momento em que avistei o povoado ainda muito distante no horizonte, logo após uma exaustiva caminhada na propriedade da empresa Horizonte Têxtil em Santana do Riacho. Seguimos cerca de três horas por uma estrada de terra que, em decorrência do aumento gradual da altitude, era possível observar a variação fitofisionômica na qual víamos um cerrado fechado dar lugar ao campo rupestre. Ao chegar ao topo da serra, a represa da Usina Coronel Américo Teixeira ia ocupando a paisagem, revelando Lapinha situada ao fundo, em meio a um relevo monumental. Lembro-me bem de sentar em um afloramento quartzítico e contemplar toda aquela conquista. Desde então, esse mesmo afloramento que foi testemunha do meu primeiro contato ocular com Lapinha há cinco anos, tem sido também o meu cúmplice para todos

os momentos posteriores que ali me dispus a admirar aquela deslumbrante paisagem (Figura 8).

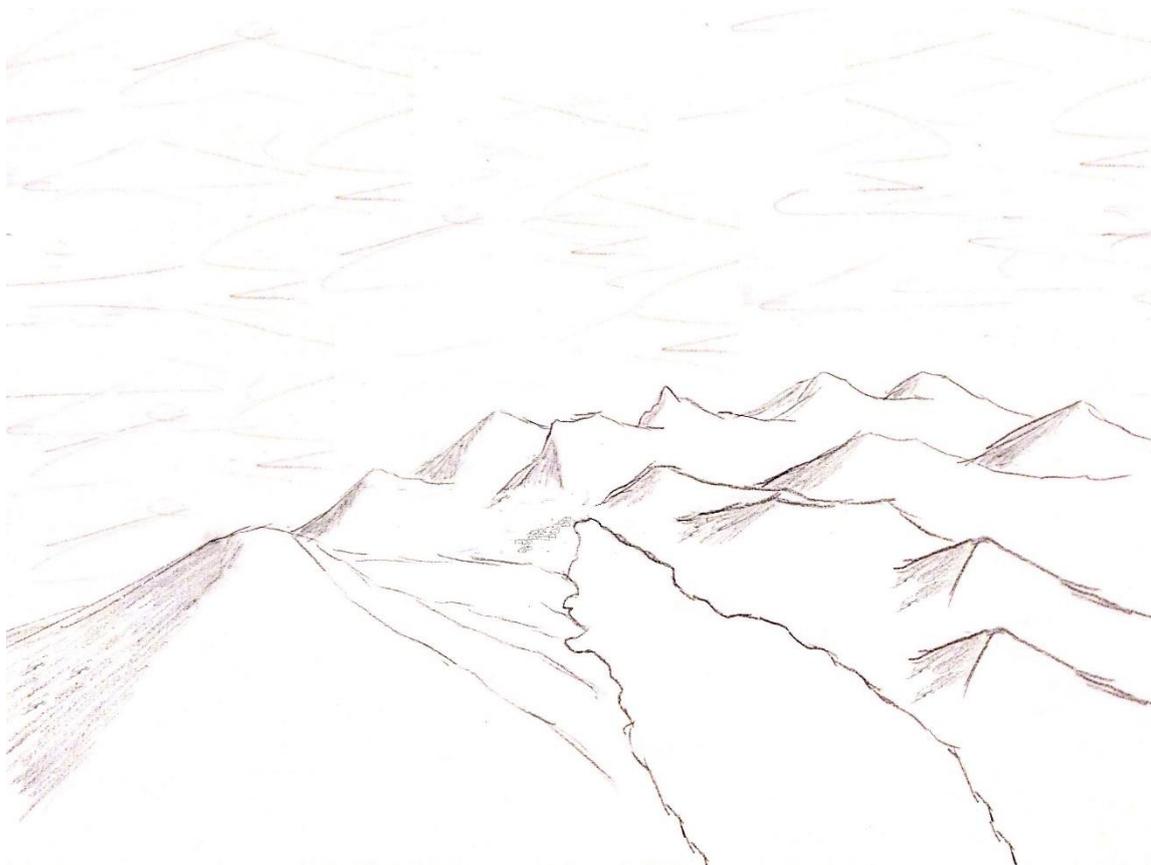


Figura 8. Representação do primeiro contato ocular com Lapinha da Serra no horizonte. Autor: Padoan, 2016.

Recordo-me com clareza do primeiro momento em que cheguei ao povoado, a passos lentos em direção ao centro da Lapinha. Os pés já cansados de um dia inteiro de caminhada, sinalizavam a possibilidade de haver bolhas nos calcanhares, fato que já não se demonstrava tão relevante perto do que senti ao finalmente estar num lugar que me foi por tanto tempo desejado. A medida que avançava nas ruas, ouvia o barulho da minha velha bota em fricção com a terra avermelhada. As casas começavam a aparecer com mais frequência, moradores passavam e cumprimentavam como se já nos conhecêssemos. O sol, se pondo em um sentido oposto ao maciço do Breu (Figura 9), compunha um cenário de tirar o fôlego. Um fim de tarde que ficou guardado na memória, inesquecível.

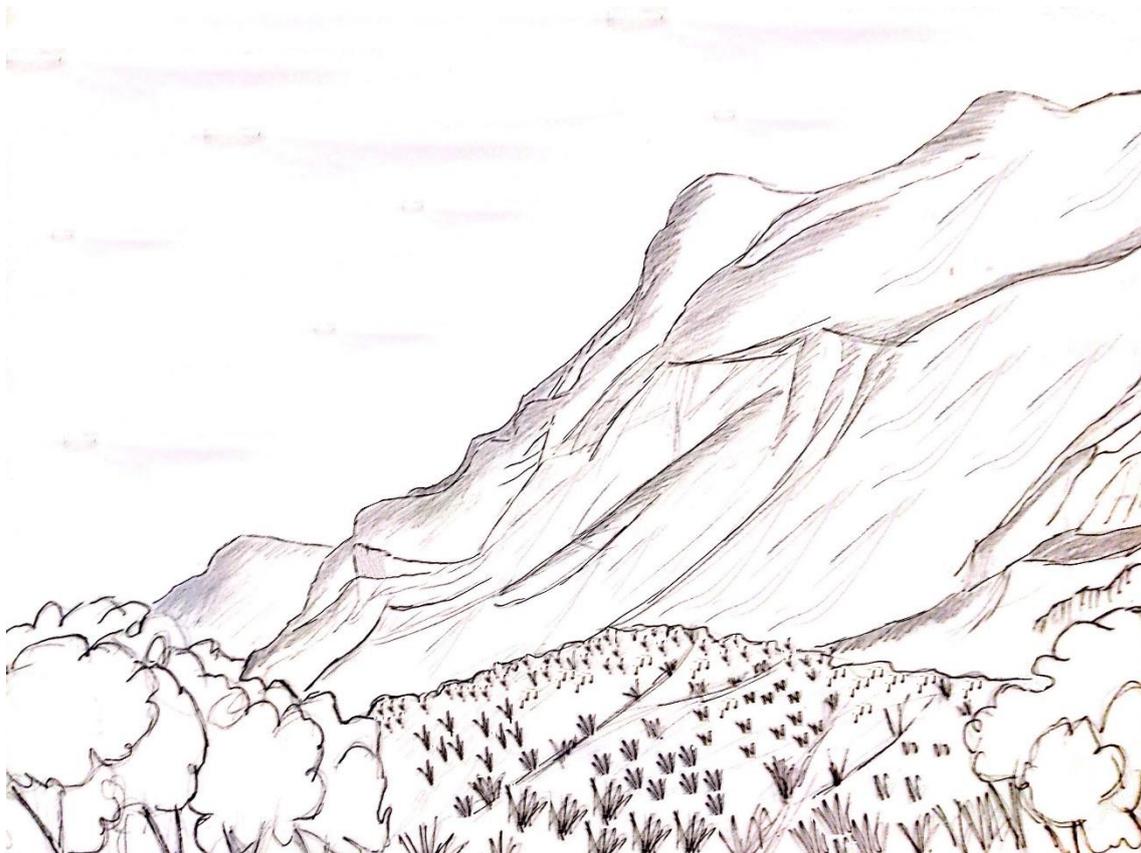


Figura 9. Visão do relevo escarpado do maciço do Breu a partir de uma área de camping na Lapinha. Autor: Padoan, 2016.

A paisagem que esculptura o fascinante cenário da Lapinha, além da vivaz Serra do Breu ao fundo, traz o córrego da Lapinha e córrego Mata Capim integrando a hidrografia que desce o relevo do maciço. O encontro de ambos originaria o córrego do Riachinho, sendo inundado pelas águas da Represa Coronel Américo Teixeira em sua porção nas proximidades do povoado. A construção da barragem é datada na década de 50 e afogou a Lagoa da Lapinha às margens do vilarejo, transformando profundamente a configuração da paisagem no povoado, como aponta Gontijo (2003, p. 35):

Situada a 1100 metros de altitude, Lapinha encontra-se as margens da represa formada a partir da construção da barragem da usina Coronel Américo Teixeira (UCAT), em 1950. Tal represa foi concebida de modo a não inundar o casario, já existente então, do povoado da Lapinha. Neste sentido, foi respeitado a cota altimétrica de 1107 metros para o espelho d'água da represa, o que fez com que a porção mais a montante dela margeasse o povoado. Isto modificou a paisagem do povoado na medida que o curso meandrante do Riachinho foi encoberto, assim como suas matas marginais de galeria e a dolina que existiam próximos a sua margem direita (entre o talvegue e o povoado). De uma certa forma a lagoa cresceu em extensão e a mata de galeria, certamente, desapareceu.

De fato, a chegada da represa transformou a paisagem e marcou a história da Lapinha. Moradores mais antigos da região relatam que parentes foram inclusive contratados para participar da construção da usina, enquanto as crianças brincavam na Lagoa da Lapinha. Atualmente a lagoa e a barragem ainda são utilizadas para banho, mesmo que predominantemente por turistas. Além disso, também se observa o uso para passeios de canoagem e *stand up paddle*. É interessante ressaltar o fato de que, apesar da usina Coronel Américo Teixeira (UCAT) ter sido construída em 1950, a energia elétrica só chegou ao povoado 35 anos depois e, ainda por cima, proveniente de outro ponto de captação, uma vez que a UCAT, mesmo que vizinha do povoado, não fornece energia ao vilarejo.

Sendo assim, a Lapinha nos últimos 20 anos tem adquirido um caráter turístico que decorre das novas facilidades de acesso (ampliação e duplicação da MG-010, asfaltamento da LMG-816, dentre outros), mesmo que o último trecho de 10km ainda seja feito por estrada de terra. Com o tempo foram surgindo pequenas pousadas, inúmeras casas de aluguel e veraneio foram levantadas. Campings estruturados marcam presença no miolo do povoado, além dos campings improvisados que brotam nos quintais dos moradores que desejam garantir renda extra nos períodos de alta temporada. Assim, Lapinha vai se transformando com o fluxo crescente de turistas e novos moradores que buscam, no povoado, uma nova vida ao pé da serra.

Esse foco turístico direcionado a Lapinha começa ao final da década de 90, bem quando moradores passam a se organizar, inclusive como guias de uma caminhada de longa duração, utilizando um caminho tradicionalmente conhecido pelo povoado que leva ao distrito do Tabuleiro (Conceição do Mato Dentro). Esse percurso de cerca de 30 quilômetros ficou conhecido como travessia Lapinha-Tabuleiro, ganhando projeção turística ao mesmo passo que o vilarejo adquiriu notoriedade em decorrência de sua fama pelas belezas naturais. O caminho tradicional que liga Lapinha a Tabuleiro é, historicamente, uma rota de romaria, passagem e comércio entre ambas as localidades, utilizado amplamente pelos moradores locais como forma de atravessar a serra.

Além dos viajantes, tropeiros, comerciantes e naturalistas, diversas comunidades da região também utilizavam as trilhas para cruzar as serras existentes e visitar parentes, trocar mercadorias, vistoriar criação de gado e também como rota de romaria em direção a Conceição do Mato Dentro (FERREIRA, 2007, p. 74).

Inegavelmente, a origem dessa trilha está ligada ao tropeirismo, embora seja possível afirmar que a região já havia sido explorada muito antes da chegada dos europeus em terras brasileiras, haja vista a existência de sítios arqueológicos nas redondezas que apontam para a presença de caçadores-coletores no passado, como é o caso do abrigo de Santana do Riacho e o abrigo do Riachinho. Além disso, há que se destacar a passagem do Barão de Langsdorff, importante naturalista alemão, pela pacata Lapinha no primeiro quartel do século XIX, bem como consta os registros em seus diários (LANGSDORFF, 1824).

É instigante pensar que a caminhada que hoje caracteriza a travessia já foi apropriada de inúmeras formas antes de adquirir o viés turístico. A curiosidade me recobre ao tentar imaginar os paleoíndios transitando pelas serras, vivendo em pequenos grupos enquanto caçadores coletores em sua condição de nomadismo. Igualmente penso nas dificuldades enfrentadas pelos tropeiros ao transitarem os caminhos que separam Lapinha de Tabuleiro, as adversidades que as tropas enfrentavam naquele relevo tão escarpado. Mais deslumbrante ainda é remontar a época das grandes expedições de viajantes naturalistas, me fascina imaginar como foi a chegada de Langsdorff no povoado, para além dos breves registros que seus diários nos deixaram. Em tempo, ainda é possível conjecturar as inúmeras histórias advindas das travessias realizadas por moradores locais da Lapinha e Tabuleiro, histórias que certamente envolvem ricas vivências no percurso. Seguramente trata-se de uma região cujo importância não se pode reduzir aos aspectos estritamente ambientais, deve-se sempre incluir os elementos históricos e culturais que ali tanto engrandece.

Um fato interessante é que, se questionar moradores da Lapinha sobre a articulação local em guiar na tradicional rota da travessia, cada um indica um grupo de moradores diferentes como responsáveis pela concepção da ideia, sendo apenas consenso, portanto, que a ideia surgiu do próprio povoado. Em decorrência dessa organização, existem inúmeros residentes que exercem o serviço de guia para os atrativos da Lapinha, incluindo a travessia Lapinha-Tabuleiro. Para as caminhadas, como é o caso da travessia, ainda é disponibilizado o serviço de transporte de carga através de mulas, aumentando o conforto dos caminhantes e ampliando o universo de sujeitos que se interessam a realizar tal atividade, uma vez que nem todos são capazes de caminhar cerca de 30 quilômetros carregando a própria mochila e os equipamentos que o percurso exige.

Em minhas travessias, a organização da mochila sempre representou um ritual a ser concluído no dia que antecede a viagem. Por mais que já tenha realizado a caminhada inúmeras vezes, me pego na ansiedade da ida e diante de mil questionamentos que me levam a refletir o que seria de fato necessário colocar na cargueira. A experiência de caminhar com a própria mochila reflete diretamente na forma como a organizamos. A partir do momento em que levamos nas costas aquilo que iremos usar, o peso certamente diminui de maneira considerável e repercute no trajeto e na forma como caminhamos. O mesmo fato acontece quando nos damos ao luxo de caminhar sem o fardo da mochila, refletindo diretamente em nosso passeio. Isso não quer dizer que caminhar sem a mochila nas costas é sempre melhor do que levar o próprio peso – são experiências distintas e nunca tive dúvidas de que levar apenas aquilo que podemos aguentar trata-se de mais um passo em direção ao autoconhecimento.

A organização das comunidades locais em impulsionar a travessia como uma atividade turística acabou criando uma série de possibilidades de logística para a reprodução da caminhada, uma vez que cada sujeito ou grupo de indivíduos optam por uma forma de atingir o Tabuleiro, sendo Lapinha o ponto de partida. A chegada ao distrito do Tabuleiro (Figura 10), após quase 30 km de caminhada, é marcada pela penetração do viajante ao típico “mato dentro” que caracteriza a região. A trilha conecta a uma estrada de terra que leva à sede do Parque Natural Municipal do Tabuleiro e ao distrito do Tabuleiro, inserido em meio ao relevo sinuoso, onde as primeiras habitações se anunciam por entre as ondulações na paisagem.



Figura 10. Chegada ao distrito do Tabuleiro. Autor: Padoan, 2016.

Tabuleiro está localizado a sudoeste da sede municipal de Conceição do Mato Dentro e, segundo Kutchenski (2006, p. 86), emancipou-se do distrito de Itacolomi em 2003, tornando-se oficialmente Tabuleiro do Mato Dentro, sendo a necessidade do sufixo “do Mato Dentro” em decorrência da já existência de uma cidade mineira denominada Tabuleiro, precisando assegurar o ineditismo toponímico, ainda que o lugar seja conhecido apenas como Tabuleiro. A autora ainda acrescenta que o nome Tabuleiro é originado a partir do relevo que exibem platôs que se assemelham a tabuleiros e, mesmo que o distrito tenha ganhado o sufixo concepcionense, não agradou grande parte dos moradores locais, os quais consideram mais adequado “Tabuleiro da Serra”, em decorrência da sua ligação próxima com a região da Serra do Cipó e sobretudo com Lapinha da Serra.

Assim como Lapinha, Tabuleiro tem sua origem no início do século XIX ligado as rotas percorridas por tropeiros, uma atividade que exigia abrigo para as tropas que realizavam longos percursos diários, os quais, segundo Alгатão (2010), distavam-se cerca de 18 a 25 km. Sendo assim, Tabuleiro está a cerca de 20 km de Lapinha e acredita-se que ambas

serviram, inicialmente, como ponto de abastecimento para o tropeirismo. Dessa maneira, os povoados estabeleceram com o tempo vínculos comerciais e afetivos. De acordo com moradores locais, as trocas comerciais eram constantes entre os lugarejos, habitantes realizavam a rota da travessia Lapinha-Tabuleiro a cavalo levando suas produções para troca e/ou venda no povoado vizinho. Além das relações comerciais, muitos citam as festas no Tabuleiro, as quais moradores da Lapinha saíam cedo para aproveitar a noite do outro lado da serra, surgindo daí, inclusive, muitas uniões matrimoniais.

Conversando com um dos moradores mais antigos da Lapinha, nascido e criado naquelas terras, fico extasiado com suas histórias por entre as trilhas que conectam o povoado ao Tabuleiro. Foram incontáveis as vezes que arriou o cavalo e percorreu aqueles caminhos apenas com o brilho da lua. Quando necessário, suas pernas nunca falharam, conhece cada pedacinho daquele lugar. A travessia que hoje usamos como atividade turística, para o já cansado morador representava a forma mais rápida de se chegar ao Tabuleiro, ainda mais quando se tratava de festejar. Entre risadas, parecia recordar de bons momentos com muitos de seus já falecidos amigos de infância. Certamente, aquelas serras guardam mais histórias do que podemos imaginar.

Com o impulso do turismo na região do Cipó, Lapinha passa a ser receptora do excedente turístico proveniente do distrito vizinho da Serra do Cipó. Ferreira (2007, p. 75) aponta que, em decorrência das facilidades de acesso pela MG-010, houve um enorme aumento do turismo desordenado, fazendo com que muitos grupos buscassem Lapinha como um “refúgio” do inchaço turístico. Além disso, o autor ressalta que a região passou a ser conhecida pela fama de “longas caminhadas, cachoeiras de difícil acesso, escaladas e outras atividades que necessitavam de certo desprendimento de conforto por parte dos viajantes”. Posto isso, temos uma via de mão dupla: por um lado temos uma demanda cada vez mais frequente por longas caminhadas e, por outro, temos um povoado com nativos se propondo a guiar grupos ao longo da rota tradicional que conecta Lapinha a Tabuleiro.

Como era de se esperar, nem tudo são flores. Apesar da organização do povoado da Lapinha na frente da promoção da travessia, se faz imprescindível alguma forma de monitoramento dessa atividade que, por enquanto, só pode ser realizada através dos guias ao limitar os grupos e pelos pontos de apoio ao controlar a quantidade de campistas. Além

disso, não se pode esperar que todos os caminhantes estejam em busca da imersão no espaço ou que se coloquem abertos a abrir mão dos confortos urbanos para mergulharem na lógica de reprodução da caminhada, o que, bem possivelmente gera transtornos para a região. Com os adventos tecnológicos, muitas pessoas optam por realizar a trilha de maneira autônoma através do auxílio de GPS, o que tem aumentado ainda mais o fluxo de pessoas nessa rota e isso inclui grupos totalmente despreparados para encarar uma atividade que exige um mínimo de preparo físico e sobretudo, mental. Frequentemente observa-se resíduos que são deixados ao longo da trilha: restos plásticos, papéis e até mesmo latinhas são abandonadas à mercê do tempo. Nos pontos de apoio não é raro que alguns grupos acumulem seus resíduos em sacolas plásticas e pendurem próximo às casas, acreditando veementemente que algum sistema de coleta irá recolher o lixo no alto da serra. É preciso que o caminhante esteja atento até mesmo no próprio preparo da mochila e do que é interessante ou não levar para a caminhada, uma vez que os equipamentos e o tipo de alimentação necessária podem variar de acordo com a trilha que se pretende empreender.

O trajeto da Lapinha-Tabuleiro perpassa três unidades de conservação, uma de uso sustentável e duas de proteção integral. A lógica de reprodução da travessia por meio dos pontos de apoio é fundamental para a boa promoção da caminhada e, principalmente, para a manutenção da integridade da trilha. O trajeto que abrange a APA Morro da Pedreira passa por propriedades privadas que mantêm vetado o acampamento sem permissão, ainda que frequentemente seja observado restos de fogueira e cortes na vegetação para o uso como lenha, além dos resíduos deixados próximos a leitos dos cursos d'água, o que jamais poderia ser feito tendo em vista a necessidade de conservação. Na parte do trajeto que atravessa as unidades de proteção integral também é vetado o camping fora dos pontos de apoio, sendo passível, inclusive, de multa por crime ambiental, uma vez que a inserção dos parques se configuram como uma forma de garantir a proteção da biodiversidade local que se faz extremamente rica e diversa na região.

Reforça-se a essencial necessidade dos pontos de apoio para o bom funcionamento da travessia. Dificilmente se encontram vazios e sempre há caminhantes realizando o trajeto, principalmente durante os finais de semana. Além disso, os feriados são delicados para a região, uma vez que Lapinha e Tabuleiro recebem uma quantidade enorme de turistas, assim como o fluxo de caminhantes ao longo da travessia se intensifica, lotando pontos

de apoio que recebem maior projeção, como é o caso da casa da Ana Benta e do seu Zé D'Olinta. Já houve carnaval em que seu Zé e D. Maria constataram mais de 80 barracas em sua propriedade, o que gera transtorno até mesmo para o casal administrar o espaço com tantos turistas, que acabam utilizando o único banheiro da casa, coletando água do curso que corre próximo à área de camping, além de higienizar seus utensílios nesse mesmo corpo hídrico, ainda que alertados pelo casal a não fazê-lo e, em alguns casos, ainda acabam deixando seus resíduos a cargo dos cuidados de seu Zé e D. Maria, que frequentemente, mesmo cansados, descem ao camping para recolher restos de materiais plásticos e metálicos após os períodos de lotação.

Penso que a importância dos pontos de apoio não se resume apenas à reprodução e manutenção da trilha, apesar de serem cruciais e estratégicos para tal. Vejo cada casa inserida na paisagem como um elemento que compõe a diversidade da caminhada, uma vez que a relevância da trilha não considera apenas o contexto da biodiversidade, mas também o histórico e cultural. Não tenho dúvidas que andar em ambientes diversos é um convite a reflexão e experimentação e a inserção dessas casas e desses sujeitos ao longo do trajeto permite uma vivência única, um encontro íntimo com o lugar onde é possível trocar as experiências mais profundas. Caminhar cerca de 30 quilômetros ignorando essa diversidade humana no espaço pode até proporcionar bons momentos a um sujeito, mas está muito distante da vasta e rica vivência que esse arranjo complexo da travessia pode acrescentar em nossas vidas. Entender a relevância da imersão humana é compreender que o trajeto que configura a travessia Lapinha-Tabuleiro vai muito além de um mero exercício físico que estimula o corpo, mas sim de um infinito leque de experiências que engrandecem a mente, o corpo e a alma.

3.2. Registros do ecoar da travessia

Gosto de pensar que sou um quase-geógrafo, já que mesmo não sendo diplomado em geografia, estive em toda a minha trajetória de vida e percurso acadêmico em contato com o conhecimento geográfico. Acredito que essa conexão ocorra por meio de um espírito geográfico, nos termos de Clozier (1976), ao indicar que a busca por aventura e exploração representa o motor – ou prólogo – da ciência geográfica, sendo considerada uma característica essencial ao ofício do verdadeiro geógrafo. Em outras palavras, posso não ter em mãos um diploma de geógrafo, mas tenho em mim uma grande afeição em

explorar o desconhecido, em buscar respostas para as minhas inquietações e alimentar constantemente o espírito que Clozier denominou de geográfico.

A travessia Lapinha-Tabuleiro tem sido um dos meus maiores mistérios, me físgou desde a minha adolescência e permeou meu imaginário por muitos anos. A caminhada foi palco do surgimento de inúmeros questionamentos e debates internos. Ao longo daquelas trilhas tomei inúmeras decisões, inclusive a de escrever esta dissertação. É como se o fato de estar caminhando entre aquelas serras permitisse a mente alçar voo, na maioria das vezes sem um destino certo, mas que pode levar a uma viagem ao próprio íntimo, costumeiramente negligenciado pela rotina dinâmica do ambiente urbano.

Gostaria de poder dizer que tenho a compreensão por completo de minha relação com a travessia Lapinha-Tabuleiro e a magnitude do seu impacto na minha vida, mas isso tiraria todo o sabor da minha investigação e da busca por esse mistério que tanto me fascina. Há cinco anos que me coloco a caminhar entre Lapinha e Tabuleiro e a geografia foi peça chave para entender que o efeito causado pelo trajeto ocorre em função do processo de verticalização no espaço, na imersão humana. Assimilar esse fato não foi algo de imediato, me tomou muito tempo. Tempo para digerir o que eu vivia ao longo da travessia e tempo para amadurecer aquilo que eu entendia por geografia. Por vezes, fui levado a crer no conhecimento geográfico apenas como técnica ou ferramenta e não como uma ciência em si, a qual, segundo Amorim Filho (2006), se faz extremamente plural. Não se pode pensar em uma única geografia, em uma única forma de se ver e interpretar o mundo e, muito menos, prezar a técnica sem a reflexão. No fim das contas, é imprescindível que questionemos:

Que geografia afinal, é essa? Seria possível falar numa geografia hegemônica, dominante, legítima que contrasta e contraria outras geografias, subjugadas, estereotipadas, invisibilizadas, pouco acessíveis, intangíveis, estigmatizadas, efêmeras, fugazes e frágeis? (LIMA, 2010).

Essa crítica a uma geografia hegemônica e dominante é corroborada por Amorim Filho (2008), ao lembrar que nas últimas décadas observou-se, em diferentes partes do mundo, a emergência de correntes geográficas que privilegiam temas e abordagens que, em sua grande maioria, não são contempladas por paradigmas dominantes – ou geografia dominante? –, sejam eles cientificistas (neopositivistas), crítico-radicais (neomarxistas) ou tecnicistas (SIG e sensoriamento remoto). O autor prossegue:

Dessas abordagens alternativas, fazem parte os estudos das percepções, cognições e representações do ambiente geográfico e de seus “lugares e paisagens valorizados”, agrupados sob a denominação geral de “geografias humanísticas ou humanistas”, com bases epistemológicas mais flexíveis, procuradas nas filosofias fenomenológicas e existencialistas (AMORIM FILHO, 2008, p. 108).

Entender que não existe apenas uma forma de se fazer geografia ou apenas uma ótica de análise do espaço foi fundamental para conceber o grande potencial que a travessia guarda. É claro que essa compreensão não foi como um estalo, inclusive se tornou um grande conflito interno que tenho tentado superar, principalmente ao reconhecer que emoções, sentimentos e percepções podem e devem se tornar o objeto da pesquisa, sendo a travessia Lapinha-Tabuleiro o *locus* da investigação.

Assimilar a pluralidade da geografia não foi fácil e, no meu caso, a interação entre sala de aula e trabalho de campo durante meu percurso acadêmico tornou-se fundamental. Como já foi dito, meu primeiro contato físico com a travessia se deu por meio da disciplina Fitogeografia. Em sala passamos, sobretudo, pelas viagens exploratórias dos naturalistas do século XIX e suas formas de registro da vegetação. Me fascinei com as longas e intrincadas expedições de Humboldt, consegui sentir a paixão nas narrativas romantizadas de Auguste de Saint-Hilaire, os conflitos que irromperam sobre a comitiva de Langsdorff e, por último, mas não menos importante, a sutileza e o rigor na documentação das viagens de Spix e Martius. A partir do deslumbramento com importantes caminhantes oitocentistas pude, em campo, ao longo da travessia, me permitir sentir todos os elementos da paisagem como imaginava que cada um desses admiráveis naturalistas o fariam. Minha primeira travessia foi muito mais que uma prática de campo restrito a fins acadêmicos, foi uma experiência renovadora de objetivos de vida. Mudou completamente o rumo da minha trajetória, transformou a maneira como eu enxergava o espaço e abriu as portas para uma geografia que talvez eu não encontrasse fora daqueles caminhos que tanto me instigavam.

Após minha primeira caminhada na condição de estudante, retornei à travessia como auxiliar de campo nos últimos cinco anos. Durante essas idas e vindas compreendi, da forma mais clara possível, a famosa metáfora proferida por Heráclito de Éfeso: “Nenhum homem pode banhar-se duas vezes no mesmo rio, pois na segunda vez o rio já não é o mesmo, nem tão pouco o homem”. O que a travessia guarda para cada um de nós revela-

se particular, inigualável e, por vezes, indecifrável. Passei a me questionar se outros alunos da disciplina, ao empreender a caminhada, também se sentiam instigados pelos efeitos que o ato de caminhar suscita, isto é, passei a me perguntar se outras pessoas se colocavam abertas ao processo de imersão no espaço e de que forma isso poderia reverberar.

O caminhar lento passou a fazer parte das minhas andanças. Passo após passo, prezando pelo toque à terra, pela diversidade de odores e sabores, pelo fascínio do olhar e pelo calor de sentir. A introjeção em campo mostrou-se um ato espontâneo, livre, subjetivo. Nas oportunidades que tive para observar o andamento da travessia, percebi que o movimento de imersão humana é como uma chama que se acende e aos poucos se alastra, contagia e aquece. Alguns estão predispostos, outros se fecham. Cada um no seu tempo, com seu jeito de andar e sua forma de ver e sentir o espaço. Ainda que no meio de tanta heterogeneidade, é perceptível um ponto em comum naqueles que se abrem: a lentidão.

A lentidão é bater perfeitamente com o tempo, tanto que os segundos se escoam, pingam por um conta-gotas como um chuvisco sobre a pedra. Esse estiramento do tempo aprofunda o espaço. É um dos segredos da caminhada: uma abordagem vagarosa das paisagens que as torna progressivamente familiares. Como acontece num convívio regular que intensifica a amizade. Assim é com um perfil de montanha que se carrega consigo o dia inteiro, se articulando. Quando se caminha, nada se move, não é senão imperceptivelmente que as colinas vão se aproximando, que a paisagem se transforma. Vemos, num trem ou num carro, uma montanha vir em nossa direção. O olho é ligeiro, vivo, acha que entendeu tudo, captou tudo. Caminhando, nada se desloca de fato: mais parece que a presença se instala lentamente no corpo. Caminhando, o que ocorre não é tanto que nos aproximamos, e sim que as coisas lá longe insistem cada vez mais em nosso corpo. A paisagem é um sachê de sabores, cores, cheiros, onde o corpo fica infuso (GROS, 2010, p. 43).

Certamente, durante o trabalho de campo ao longo da travessia, o corpo entra em infusão na paisagem. Há de se ressaltar que não se caminha sozinho, o que faz com que, por vezes, haja sintonia entre sujeitos que caminham na mesma frequência, ou seja, essa infusão também ocorre na coletividade. É interessante que já houve turmas em que os laços de intimidade só emergiram por meio da caminhada em campo. Cada sujeito no seu tempo, com sua forma de andar e assim compondo pequenos grupos, colocando desconhecidos lado a lado, unidos por pequenos momentos de cooperação, de gentileza e de preocupação com o próximo. Pessoas que são colocadas à prova, não só de resistência física, mas

psicológica, estando despidas e sem qualquer blindagem ou revestimento que nossa rotina urbana cria. Desses momentos, nascem elos entre sujeitos que em outras circunstâncias não existiriam.

Ao presenciar essa riqueza de relações que sucedem na travessia, que podem ir além do espaço por si só, que incluem uma viagem ao íntimo do caminhante e do surgimento de vínculos entre sujeitos, passei a perceber que Lapinha-Tabuleiro de fato exerce algum efeito sobre aqueles que ali caminham. Efeitos que podem ser imediatos, efeitos que ocorrem de forma indireta e efeitos que podem se revelar, como acredita Tuan (1983), anos mais tarde.

Observar o comportamento dos alunos em campo se demonstrou rico. Revelou a tamanha multiplicidade de formas de apropriação da travessia Lapinha-Tabuleiro. Apesar do encanto em presenciar os mais diversos momentos (do penoso ao deslumbrante), ainda me colocava curioso pelo fato de querer compreender como sucede o processo de verticalização na trilha, já que é algo que se demonstra tão único para cada sujeito e extremamente particular para cada caminhante. Tais particularidades, em alguns casos, são manifestadas nos diários de campo, construídos através do relatório que é cobrado como atividade avaliativa da disciplina de Fitogeografia. Os diários e registros de campo são inerentes não só ao ofício do geógrafo, mas a todos aqueles que tentam perpetuar observações, sentimentos, reflexões, devaneios e quaisquer outros apontamentos de interesse próprio. Assim fizeram os grandes exploradores desse vasto planeta, desde épocas mais remotas até a atualidade, sendo o registro – em todas as suas facetas – uma ferramenta extraordinária da humanidade.

Se as formas de agir e imergir em campo durante a caminhada na travessia se demonstram diversos, igualmente se revelará para os registros pessoais, levando em conta toda a trajetória do sujeito até o momento. No caso da disciplina, a confecção do relatório confere liberdade criativa ao aluno, prezando, sobretudo, pela subjetividade. Por meio desses registros é que se torna possível o aprofundamento na imersão, ir além daquilo que vejo em campo. Assim, confirmo de imediato, na leitura de um relato, que o trabalho de campo realmente funciona como um indutor da imersão, de modo que a caminhada não se resume apenas a uma atividade mecânica reprodutora de conteúdo:

Discorrer sobre um trabalho de campo no 5º período do curso de geografia é [quase] um movimento nostálgico. Recordar aquelas primeiras aulas de introdução à geografia, aqueles textos de Yves Lacoste, Carl Sauer, dentre outros, sobre a prática do campo, sobre a desmistificação de ideias concebidas *a priori* em favor do ato simples do toque, do suor a cada topo de vertente alcançado. A travessia se fez por e nesses termos, pela necessidade (de aproximação com a paisagem) intrínseca a todo geógrafo, aspirante a geógrafo ou qualquer ser que pulsa. Nesses termos, o principal anseio antes e durante o campo foi conseguir gravar e, cravar, no corpo e na caderneta os elementos-chave do recorte espacial escolhido para campo (Relatório de campo, L.L.A.P e V.D.A., 2015).

Se abrir para a paisagem e senti-la não é algo que pertence exclusivamente ao geógrafo, mas sim a qualquer sujeito que pulsa, como o próprio relato diz. Além disso, muito mais importante do que constatar aspectos técnicos do relevo ou da vegetação, foi viver intensamente a travessia e perpetuar os momentos por meio do registro:

O relatório que se segue prestar-se-á à transferência da experiência de campo, do coração das caminhantes para o papel, para a eternidade – ora, não é para isso que o registro documental sempre serviu? Para impedir a mortalidade da experiência? E qual a melhor maneira se não a do verso!? Assim, o principal movimento da experiência foi o observar, o simples e irresistível instinto de observação. Mas observar não se instalou sozinho, trouxe consigo o susto, a surpresa e, por fim, o apaixonar. A cada passo – uma plantinha diferente das de alguns metros atrás surgia, um tronco retorcido, médio, outros mais retilíneos, robustos, um curso d'água, ah! Quanta água pelo caminho. A paisagem se expôs com toda a biodiversidade do Espinhaço outrora lida em livros, artigos e textos sugeridos em sala de aula. Aqui, tratar-se-á à tona a sintonia melódica entre os personagens da paisagem da travessia: as águas – as muitas e muitas águas – abrindo caminho pelos diferentes quartzitos dos topos, vertentes e vales; acariciando ora campos rupestres, matas de galeria e capões, outros solos escuros hidromórficos e solos brancos siltosos. Esse caos harmônico entre rochas [pedras], solos [terras] e flora [plantinhas] (Relatório de campo, L.L.A.P e V.D.A., 2015).

Dado a importância do registro, também ressaltado pelas duas alunas, podemos dizer que os olhares por entre os caminhos captam diferentes formas, enxergam o espaço de maneiras distintas. Não só o olhar, mas todos os nossos sentidos são subjetivos e é isso que faz com que o registro também seja. Ao todo, tenho em mãos cerca de 120 relatórios de campo oriundos da travessia como atividade prática da Fitogeografia. De todo esse material, buscamos selecionar os que expressam uma relação mais íntima com a travessia. Tais relatórios, provenientes de anos distintos (2007-2016), assumem as mais variadas

formas de modo que a seleção cumpra a finalidade de representar toda a diversidade de registro que há disponível.

Os títulos atribuídos aos relatórios já escancaram a liberdade de criação dos alunos, encontrei desde os mais duros intitulados de “Relatório Final” ou “Relatório de Campo”, até os mais livres, como “Meu olhar sobre a travessia”, “Travessia: a experiência de sentir a terra” e “A Memória da Montanha”, dentre muitos outros. Assim como o título, a estrutura e a forma de redigir o relato se demonstrou variada, a beleza e peculiaridade de cada registro emociona ao expressar vivências e experiências particulares ao longo do trajeto. Os relatos escritos de maneira fria não deixam a desejar e, em sua grande maioria, enxerga-se o empenho dos alunos em produzir um documento de qualidade. A graduação do aluno em muito interfere no seu modo de produção, embora o curso não seja um fator determinante no modo de fazer de um sujeito. Relatórios provenientes de graduandos em Ciências Biológicas tendem a ser mais detalhistas e descritivos quanto a botânica e fatores ecológicos. Por outro lado, alguns graduandos em Geografia procuram focar esforços em descrever os elementos da paisagem. E por assim vai, os alunos buscam em sua bagagem teórico-prática, formas de elaborar e construir seus relatórios da maneira que sentirem mais confortáveis. Incentiva-se a criatividade, no entanto construir um relatório técnico não o torna menos apreciável, afinal trata-se apenas de outra forma de descrever o espaço.

Lembro-me que ao cursar Fitogeografia, enquanto aluno de Ciências Socioambientais, encontrava-me em um ponto delicado da minha formação, já que estava inserido em um curso recente que ainda almeja consolidação dentro e fora da academia. Ao buscar disciplinas fora da minha formação original, como foi a Fitogeografia, sempre vi a necessidade de me esforçar ao máximo para que não houvesse motivos para prejulgamentos. Confeccionei meu relatório buscando incluir os elementos do que eu acreditava ser geografia, que hoje sei se tratar de influências de um paradigma dominante, como define Amorim Filho (2006). Fiz o que pude para produzir um relatório impecável, acreditando que, por estar em uma disciplina na geografia, deveria demonstrar domínio dos conhecimentos técnicos da área. Esse estigma me persegue até hoje, embora em menores proporções. Assim, a travessia Lapinha-Tabuleiro nesse sentido se tornou um enorme divisor de águas na minha vida, não só a caminhada por si só, mas em toda minha trajetória como monitor de campo nos últimos cinco anos.

Diante da leitura dos relatórios, alguns buscaram recriar sua experiência na travessia e traduzir os seus sentimentos para o papel, outros buscaram ocultar tais elementos e se ater a um registro pautado no rigor da prática de campo. Poucos são aqueles que não se empenham na produção do texto, provavelmente alunos que não estavam em um momento propício a se abrir para a caminhada. Cada caminhante no seu tempo, cada sujeito na sua hora. A travessia pode acontecer para todos que ali se colocam, mas nunca a mesma forma com que se atravessa.

Atravessar é ir de um ponto ao outro não importando o meio que se usa para chegar do outro lado, o importante é atravessar. O atravessar lembra travessa, a tão comum travessa vista nas placas das esquinas das ruas europeias e de algumas cidades brasileiras antigas que ainda utilizam esse nome para designar uma rua, uma travessa que te induz a uma passagem a um ponto a outro. Travessia é o caminhar. Travessia é uma ferramenta participativa que permite explorar as características espaciais de uma área e não requer caminhar por linha reta. Contornos e ziguezagues são permitidos e, possivelmente, tornam o caminhar prazeroso, desafiador e demorado. O demorar é algo intrínseco à travessia, não pela extensão espacial, mas pelo tempo que se gasta analisando e contemplando o que se vê (Relatório de campo, L.V.P.G. e L.C.Z., 2015).

Atravessar e contemplar o que se vê. Apenas pelo olhar?

A dimensão do contemplar nos remete à paisagem, aos aspectos cênicos que se mostram ao olhar. Ver a paisagem não é só abarcar com o olhar até a linha do horizonte em tudo que se vê, a própria contemplação é um ato de sentir a paisagem. A paisagem pode ser uma experiência multissensorial dos sentidos, ouvir os elementos da paisagem, o rio, os pássaros, os grilos, o vento que toca a vegetação. Sentir o cheiro da terra molhada do orvalho da manhã, das flores, da proximidade de um curral. Tatear uma folha áspera como de uma quaresmeira, ou tocar as pontas de uma sempre-viva, sentir o toque da água na pele, sentir a terra abaixo dos pés. E ver a diferença entre as vegetações que compõem as paisagens, que são determinadas pela temperatura, altitude, tipo de solo, embasamento cristalino, e oferta de alimento para fauna. Ver as diferenças é perceber o cerrado com suas características marcantes como a vegetação rasteira, troncos tortuosos, espinhos, árvores dispersas, o campo rupestre com afloramentos rochosos, geralmente em uma altitude elevada em relação aos biomas de seu entorno, os quais possuem bromélias, orquídeas, sempre-vivas e tantos outros “bichinhos” e “plantinha” invisíveis ao nosso olhar, mas que fazem parte – e muitas vezes endêmicos – desse tipo de bioma. Como não perceber as matas ciliares nas margens dos corpos d’água, seja um córrego, rio ou ribeirão e ainda a floresta estacional semidecidual, de característica sazonal, que no outono e inverno perdem boa parte de sua folhagem que recobre o solo e protege as sementes que possam cumprir seu destino, germinar (Relatório de campo, L.V.P.G. e L.C.Z., 2015).

Sentir a travessia vai além de um mero olhar atento. Cada caminhante, em paralelo a trilha, realiza uma caminhada em seu interior. O corpo se desloca no espaço, mas a mente ecoa pelas dimensões do tempo. Questionamentos, dúvidas e mistérios eclodem aos montes. Um fervilhar que se mostra capaz de aquecer qualquer caminhante.

A Serra do Cipó tem muitas histórias, e aqui vou contar das que conheci na última caminhada por lá. Vou contar do modo com que ela se vestia naqueles dias. Sobre o que percebi em seus humores e rituais e o que entendi das suas não-palavras que foram ditas.

Ela se encontrava assim, despida sobre os nossos olhos, e quanto mais caminhávamos menos ela parecia se cansar, lançando desafios a todo instante sobre todos nós. Que tipo de vida ela abriga? Quem ela é? Ora, de que entidade se trata? Da entidade dos orógenos? Ela avizinha a que? Como se tornou tudo que é hoje? A trilha na serra se apresentava a cada aprendizado, emaranhando-se em cada cascalho, em cada sopro do vento e em cada gota d'água.

No sobe-sobe da serra o olhar se amansou, o sentir se aguçou e não-palavras foram muitas no caderno e no silêncio (Relatório de campo, P.L.B., 2015)

Muitas são as histórias escondidas entre as serras que separam Lapinha de Tabuleiro. O que cada caminhante busca ali? Quando os alunos se colocam a andar, diante da travessia, o que esperam encontrar? Assumo que essa é uma das questões mais importantes. O campo é uma atividade obrigatória que acontece por meio de uma disciplina optativa, em outras palavras, os alunos se matriculam por vontade própria, sabendo da existência do trabalho de campo. É bem provável que haja uma busca incessante pela travessia que ocorre por intermédio da disciplina, um atrativo inigualável, magnetizante, que leva à superlotação das salas de aula a cada ano.

Fato é que o trabalho de campo em Fitogeografia não visa entulhar conhecimento no aluno por meio de uma dinâmica maçante e em uma via de mão única, na qual segue sempre o mesmo fluxo, do professor em direção ao aluno. A logística da travessia permite que o conhecimento seja desvendado e saboreado aos poucos. Não existe condutor melhor que a curiosidade, a qual se faz diversa perante a subjetividade humana. Sendo assim, não seria certo submeter um grupo de 50 alunos a uma mesma estrutura de campo, homogeneizando o que se faz heterogêneo por natureza. E assim a travessia acontece para cada um dos alunos, sendo infinitas as motivações e inspirações, assim como se fazem inúmeras as buscas, as quais trazem como palco a caminhada entre Lapinha e Tabuleiro.

Alguns alunos, presos em uma estrutura rígida de trabalho, ocultam suas motivações ou inspirações em empreender a caminhada, resumindo apenas a fins e objetivos acadêmicos. Já outros, se permitem expressar a força motriz que movimenta suas pernas, que promove o deslocamento do corpo, colocando-o em infusão com a terra.

Nossos caminhos trilhados são traçados por passos de gigantes que, no passado, aguçaram seus olhares sobre as paisagens e nela avistaram muito mais do que quadros em suas molduras, atingiram muito mais do que a superficialidade. Grandes exploradores em suas grandiosas expedições desbravaram o desconhecido – não o local em si, mas suas particularidades e peculiaridades – e inspiraram outros cada vez mais a seguirem seus passos e manterem os seus legados.

É justamente com esse espírito que a nossa jornada partiu e, em busca de um novo desconhecido, procuramos aflorar a nossa veia exploratória e retornar ao campo da primeira geografia. Dessa forma, a medida que avançávamos em campo estávamos também avançando na geografia, ao que remete aos seus conceitos de lugar, espaço e espacialidade.

Entretanto, o que mais nos motiva é o fator aventureiro envolvido nessa jornada. O que nos faz preferir atravessar um nevoeiro a mais de 800 metros do nível do mar, passar por uma pinguela e montar nosso acampamento em baixo de chuva a ficar em casa, sentado em um sofá, assistindo à televisão. O que nos faz lembrar que estamos vivos. O que nos ensina que as adversidades existem, que nós temos que lidar com elas e que não podemos controlar as intempéries, senão não seriam intempéries. O que nos mostra que há certos tipos de conhecimento que simplesmente não se adquire nem em livros, nem em sala de aula e muito menos na tela de um celular (Relatório de campo, L.F.F., 2016).

Vejo essa passagem como uma expressão clara do espírito geográfico que move o mundo nas grandes descobertas. Guardado suas devidas proporções e escala, esse mesmo espírito move sujeitos em suas buscas pessoais, sejam eles geógrafos, caminhantes ou simplesmente pessoas que deixam-se ser instigados pelos mistérios do mundo. A curiosidade sempre esteve presente em conquistas, a curiosidade sempre alimentou aqueles que anseiam por respostas. O comodismo e o conformismo são antagonistas nesse contexto, assassinam a curiosidade, somente a necessidade de descobrir e redescobrir que nos levam a resignar esse comportamento condicionado e ordinário. Sobre isso, Amorim Filho (2008, p. 16) propõe uma crítica extremamente válida para os dias atuais:

A aventura tornou-se, como vários outros, um produto de consumo comum, pelo qual se paga. O desconhecido, é muito frequentemente, banalizado e como esses lugares são estereotipados pela mídia e por agências de viagem, os jovens pensam que não existem mais *terrae incognitae*. Nessa circunstâncias, não é de se estranhar que um número cada vez maior de jovens prefiram participar das “aventuras imaginárias” dos jogos de computador, no isolamento e na segurança de seus quartos.

Se arriscar e se lançar ao desconhecido não são movimentos simples, é preciso de coragem. Acredito que grande maioria dos alunos que se matriculam em Fitogeografia já conhecem a logística do campo, histórias são contadas boca-a-boca, a fama da disciplina já está consolidada em todo o campus. Para aqueles que nunca empreenderam a caminhada, só o fato de se matricular em Fitogeografia já representa o primeiro passo para se lançar ao desconhecido, para se lançar ao universo da tão falada travessia. Talvez essa seja a cereja do bolo, que confere à dinâmica de campo uma atmosfera que envolve e cativa o aluno. Por assim dizer, o objetivo acadêmico de ilustrar o conhecimento fitogeográfico se entremeia ao processo de imersão no espaço, estando ambos interligados para garantir o bom funcionamento do campo e propiciar o diálogo entre os mais variados saberes:

O presente trabalho, com seus objetivos descritivos e analíticos, certamente é pouco para honrar a qualidade da experiência empírica de realizar a travessia. Certamente se destaca enquanto trabalho de campo da graduação em Geografia pela UFMG, não somente em sua função de levar os estudantes a conhecer as espécies e conjuntos vegetacionais amplamente discutidos nas aulas teóricas, como também de permitir uma experiência antropológica única. A necessidade de trabalhar em equipe e de se preocupar com o coletivo em situações de dificuldade é marcante na travessia, e permite aos estudantes superarem algumas de suas limitações físicas e psicológicas. Além disso, ao longo da travessia, aspectos humanos e econômicos da área vão sendo discutidos pelo grupo, tanto no intuito de estabelecer um traçado comparativo para com outras áreas visitadas ao longo de outros trabalhos de campo. Riquíssimo em diversos aspectos – que muito ultrapassam os saberes fitogeográficos – o trabalho de campo que inspirou o presente relatório permite a nós, aspirantes a geógrafos, desfrutarmos de uma experiência puramente geográfica – no sentido *lato* do termo, estabelecendo e identificando empiricamente as relações sociedade-natureza ao longo do curso (Relatório de campo, E.A.S. e R.P.P., 2012).

A experiência de sentir a travessia, em todas as suas formas possíveis de se apresentar aos que nela se aventuram, tem-se demonstrado fundamental para a disciplina. A travessia, na premissa de trabalho de campo, acaba se tornando uma expedição. Os alunos, enquanto atores do trabalho de campo, se tornam caminhantes. Investigando esse

processo, há de se ressaltar outro aspecto que me fascina: participando da caminhada e observando a conduta do grupo ao longo do trajeto, é possível perceber alguns comportamentos que indicam a introjeção no espaço, embora seja impossível entendermos o que se passa na mente de cada um. O que cada aluno traz dentro de si, sua experiência de vida, é incapaz de ser traduzida por meio de observações, mas não resta dúvida que influi na maneira em que se enxerga a travessia. Todo esse movimento faz parte da imersão, faz parte do ato de deixar-se transbordar e ser levado pelo momento. Tudo isso pode ser deflagrado bem antes da chegada em Santana do Riacho:

Enquanto o ônibus seguia em direção a Serra, vários quadros se pintavam e despintavam pela janela rapidamente. Em pouco tempo já era possível ver a Serra no horizonte e sentir a forte presença desta entidade que nos acolhia e impunha respeito e grandeza inegáveis. Ali, no ônibus mesmo, com a letra tremida pelo chacoalhar do ônibus despejava as palavras poucas que meu peito traduzia: *“Diante da entidade que nos saúda. Sinto-me maravilhada diante dessa divindade. É como se, pela primeira vez, eu pudesse ter consciência da concretude de uma divindade. É como se adentrássemos em um território sagrado de um verdadeiro ritual da autoconsciência”*.

A velocidade com que as paisagens se despintavam na janela alimentavam uma certa ansiedade por ver com mais detalhe, sentia ali a necessidade de um tempo mais lento que permitisse um sentir mais intenso e uma percepção da paisagem de modo mais profundo. Era como se estivéssemos vendo pela janela os naturalistas a cavalo sendo ultrapassados pelo nosso ônibus, enquanto uma chuva de informações era absorvida bem superficialmente diante dos nossos olhos a 80 km/hora: *“Há em Conceição e Santana uma entidade sobre os nossos olhos. É no caminho pra Santana que a serra invade o horizonte do olhar. É o Cipó capturando a alma do voador que caminha”*.

Em pensamento eu andava a cavalo do lado de fora, querendo ver cada detalhe bem devagar, querendo sentir o vento sem para-brisas, ouvindo o silêncio e cada conselho que a Serra tem para dar. Essa figura imaginária e romântica foi interrompida quando me lembrei que nem sabia andar a cavalo e me veio à mente o meu primeiro contato com cavalos, no Parque Municipal Américo Renné Giannetti. De modo geral, muitas das minhas lembranças não tão urbanas e, de certo modo, mais marginais estão associadas às vivências nesse parque que me acompanhava na memória durante o trabalho de campo com muita ansiedade (Relatório de campo, P.L.B., 2015).

Diante dos relatos e da minha experiência como monitor de campo, percebo que a partida tem um tempero especial, quase que um ritual. O Instituto de Geociências é sempre o ponto de encontro, local onde a turma se reúne para alocar as mochilas no ônibus e seguir viagem. Logo cedo, por volta de 6:30 da manhã, pouco a pouco os alunos se apresentam a portaria do prédio, chegando de todas as direções. Em um canto, as cargueiras se

acumulam e um ar de ansiedade se instaura. Pontualmente, às 7 horas, o professor se apresenta ao local, breves orientações e alguns avisos. O ônibus estaciona, o maleiro se abre e rapidamente tudo está pronto para a partida. Todos se organizam dentro do veículo, que em questão de minutos já começa a movimentar. No caminho, um clima de apreensão se instaura em decorrência de um momento tão aguardado. Momentos preciosos em que a mente viaja com uma velocidade maior do que a do próprio ônibus. Assim, a travessia em si começa antes mesmo da própria caminhada:

Antes da travessia, de caminhar com os pés no chão, há um preparo, em nosso caso, um pré-campo. O campo inicia-se durante o pré-campo, com a preparação de mapas, análise prévia do percurso da travessia e outros dados. Já na saída do IGC, através das janelas do ônibus, vemos paisagens antropizadas verdes (aparentemente naturais, mas construídas pelo homem ou bastante modificadas), ou cinzas (edificações, estradas, viadutos, cercas) que escondem o relevo. É através de nossa percepção que notaremos as mudanças de ambiente. Em nossa travessia, seguindo os passos de Saint-Hilaire, cuidadoso e detalhista e nos inspirando em tentar sentir a paisagem através dos multisentidos que possuímos (Relatório de campo, L.V.P.G. e L.C.Z., 2015).

Quando paro e me questiono o momento em que a travessia – ou a imersão em seu universo – de fato começa, essa resposta tende a ser relativa, já que para cada um de nós a resposta será diferente. Na tentativa de identificar um marco deflagrador dessa questão durante a leitura dos relatórios, um fato me chamou a atenção: a influência massiva das expedições dos naturalistas do século XIX. Como podemos ver nas duas últimas passagens de relatos aqui citadas, observa-se referências claras aos naturalistas como figuras históricas de inspiração. Tal elemento é encontrado de maneira geral nos relatórios de campo, sendo resultado direto da condução da disciplina em sala. É inegável o entusiasmo com que o assunto é debatido e a reverberação no interior de cada aluno. O fascínio pelas expedições realizadas no período oitocentista refletem não só na produção do relatório, mas em todo o processo imersão na travessia Lapinha-Tabuleiro:

Apesar de ter recebido informações externas e de ouvir comentários feitos pelo professor no decorrer do curso, até a leitura do texto “Os Caminhos do Ouro e o registro da vegetação segundo Naturalistas do Século XIX” não sabia exatamente o que esperar do campo, seja com relação às dificuldades, seja com relação à complementação das aulas teóricas. A leitura do texto aguçou minha curiosidade acerca do que seria visto no trajeto percorrido. Fui para o campo com alguns anseios pessoais, dentre eles diferenciar as vegetações com relativa facilidade, visualizar algumas plantas citadas no texto e que eu não sabia como

eram, tentando fazer uma “saída de campo pessoal”, em que eu poderia relacionar as aulas teóricas com plantas *in natura*.

Se o texto agiu como lenha para minha curiosidade, a última aula pré-campo o fez com minha ansiedade. Até então, por mais que eu houvesse recebido alertas, não tinha parado para analisar a veracidade dos relatos sobre a dificuldade do percurso. Achava que as pessoas estavam aumentando, fazendo alarde para causar certo receio. Entretanto, ouvir do professor relatos acerca das dificuldades já vistas por ele me fizeram temer e duvidar se, de fato, eu seria capaz de chegar até o final. Por um instante pensei em desistir, pedir para não ir ao campo, mas o orgulho e a vontade de ver tudo o que eu havia planejado falaram mais alto. Ao invés de desistir, resolvi acrescentar aos meus anseios pessoais o teste e a superação dos meus próprios limites. Afinal, se tanta gente conseguiu fazer o percurso, por que eu não conseguiria? (Relatório de campo, M.D.F., 2012).

As histórias e as narrativas dos viajantes naturalistas não mexem apenas com a ansiedade ou expectativa que se cria em torno da caminhada. Repercute também no passado, revolvendo lembranças íntimas e aspirações da época de criança que se entrelaçam diretamente com a trajetória de vida:

Eu poderia pontuar minha experiência do campo em alguns tópicos, parágrafos, usando as coordenadas geográficas do GPS, descrevendo as paradas. Poderia escrever em terceira pessoa (como dita a norma). Mas como? Como reduzir à razão instrumental o que não é instrumental, o que brota ao invés de nascer? Desde a gestação no ventre do meu espírito geográfico, o caminhar de Santana do Riacho à Tabuleiro não teve nada de técnico, planejado ou racional. Foi uma gravidez acidental. Um desatino fadado à eternidade da recordação. Na leitura prévia para o campo, um texto de Marilene Nogueira “Os Caminhos Segundo Naturalistas do século XIX”, estremeceu as minhas prateleiras da infância, da época que me vestia com um grande casaco e ia para o quintal “explorar”, catar minhocas e dar nome a elas; misturar alguns ingredientes sorrateiramente tirados da cozinha para fazer poções mágicas; e responder a velha pergunta “o que você quer ser quando crescer?”, com um belo “quero ser cientista”. Não fazia ideia, na época, que na verdade queria dizer “quero ser geógrafa”. Não que a geografia não seja uma ciência, mas é que o geógrafo não é um mero cientista, é um cientista-poeta, cientista-criança. O geógrafo “de sangue” guarda dentro de si a curiosidade primitiva, aquela de outrora agora que só é encontrada no coração dos menores de sete anos (Relatório de campo, V.D.A., 2015).

O texto frequentemente citado trata-se muito mais que uma leitura demandada na disciplina, é quase que uma viagem no tempo, uma reconstrução do século XIX e reconstituição viva das grandes expedições empreendidas por viajantes naturalistas. Lembro-me da primeira vez que estive com o texto em mãos, foi como estar caminhando ao lado de Saint-Hilaire ou de Spix e Martius. Minha imaginação me transportava até

aqueles vívidos relatos, assim como me projetava para a travessia que eu encararia dentro de algumas semanas. As histórias das viagens exploratórias, além de ilustrar o conteúdo em sala, servem de inspiração, excitando o imaginário e aguçando a curiosidade, influenciando de forma incisiva no próprio ato de caminhar ao longo da Lapinha-Tabuleiro.

Viver como Saint-Hilaire e Von Martius viveram aqueles dias foi o “método”: o cansaço debruçado no diário de bordo. O registro se fez pelo papel, pela lente da câmera e pela ponta do lápis. Borrachas não fizeram parte do material, já que o imediato foi o alvo, o erro, a dúvida e o acaso (Relatório de campo, L.L.A.P. e V.D.A., 2015).

Penso que as motivações e inspirações, assim como alguns objetivos pessoais, potencializam a experiência do sujeito ao longo da caminhada. Nem sempre esses elementos estão claros para o caminhante, por vezes se demonstram nebulosos frente a uma indubitável necessidade de ir. Uma força que recai sobre o corpo de se movimentar, de sentir-se vivo, de se renovar. Acredito que esse sentimento está ligado diretamente em uma busca incessante pela aventura, que arrepiam os pelos do corpo e estimulam a mente. A questão é que a própria ideia da aventura também se faz subjetiva para cada sujeito. Talvez a aventura seja apenas um modo de se arriscar, de sair do conformismo e se colocar frente dos próprios desafios pessoais, sendo a caminhada o palco que alguns encontram para resolver conflitos ou suscitar novos. É claro que não se pode universalizar essa condição, outras pessoas encontram formas distintas de percorrer a travessia interior, em direção ao íntimo, não sendo essa impulsionada propriamente por meio do ato de caminhar no espaço físico, mas sim através de outra maneira que incendeie a alma.

Quando se planeja uma caminhada, é claro que no possível roteiro que se imagina acaba por incluir locais que o sujeito gostaria de conhecer. Muitas vezes essas escolhas são feitas por intermédio de fotografias ou paisagens contadas, estimulando outros a quererem ver com os próprios olhos. No caso dos alunos de Fitogeografia, é realizado a aula pré-campo com o intuito de repassar a logística e oferecer uma prévia daquilo que irão conhecer. As fotos mostradas e os casos contados estimulam diferentes sensações, incluindo ansiedade e expectativa. Fato é que muitos se demonstram ansiosos em decorrência da possibilidade de admirar paisagens de grande beleza cênica, afinal, a região que demarca Lapinha e Tabuleiro realmente tem seus encantos de tirar o fôlego, mas contemplar a travessia pode ir muito além do olhar. Alguns iniciam sua caminhada

com isso em mente, outros assimilam essa ideia ao longo do caminho e ainda tem aqueles que só compreendem após refletirem sobre a experiência vivida – me incluo em algum meandro entre as duas últimas categorias. Como diria Featherstone (2010), caminhar é um ato sensorial que envolve todos os sentidos e, hoje, concordo plenamente com o autor, embora eu só tenha tomado consciência desse fato após a conclusão da minha primeira caminhada na Lapinha-Tabuleiro. Quando paro para refletir sobre o que passei, tenho total certeza que meus olhos não foram os protagonistas da minha experiência.

Muitos alunos colocaram em seus relatos a importância da visão na travessia, principalmente ao se referir a contemplação da paisagem. Paradas para respirar e olhar o horizonte são constantes e isso independe da condição física do caminhante. A questão é que quando se trata do olhar, do observar, as escalas também são influenciadas no passo a passo:

Talvez o trecho mais difícil de toda a travessia seja vencer a serra entre Santana do Riacho e Lapinha. Além do aclive altamente íngreme, o caminhante enfrenta a vegetação que só não domina totalmente a superfície devido à presença dos afloramentos rochosos. Esses dois elementos fazem com que seja preciso estar bastante atento para o local onde se pisa. Para os aventureiros mais sedentários, parar para tomar um fôlego se faz necessário, o que sempre pode ser feito através da desculpa de que se realmente almeja vislumbrar a belíssima paisagem que vai se revelando a cada metro subido (Relatório de campo, L.V.Z. e L.G.O.G., 2014).

A atenção onde se pisa, onde os pés tocam a terra, leva a visão para os miúdos detalhes do caminho: que seja a de um inseto seguindo seu instinto ou um broto se erguendo no solo. Ao parar e observar a vastidão da paisagem, se volta o olhar para a grandiosidade do caminho: seja no imponente relevo esculpido ao longo de milhões de anos ou numa tentativa de enxergar onde o céu toca a superfície no infinito do horizonte.

Acredito que a contemplação é universal a todos seres humanos por meio dos sentidos, seja ela em proporções diferentes e em relação a lugares distintos, mas todos nós estamos passíveis de criar afeição por determinadas paisagens em decorrência da beleza subjetiva que cada sujeito encontra. Quando vejo algum caminhante frente a um relevo íngreme, parando, respirando e seguindo em frente, encaro como determinação. Quem sabe o ato de olhar o horizonte durante essas paradas não seja exatamente o fôlego que a pessoa buscava? O ar preenche os pulmões, mas constatar nossa pequenez frente a magnitude do

Espinhaço preenche todo o corpo com a força que parecia faltar. Passo após passo, cada um no seu tempo e a travessia segue.

A respeito disso, Yi-Fu Tuan (1980, p.21) afirma que:

A superfície da terra é extremamente variada. Mesmo com um conhecimento casual, sua geografia física e abundância de formas de vida muito nos dizem. Mas são mais variadas as maneiras como as pessoas percebem e avaliam essa superfície. Duas pessoas não veem a mesma realidade. Nem dois grupos sociais fazem exatamente a mesma avaliação do meio ambiente. A própria visão científica está ligada à cultura – uma possível perspectiva entre muitas.

Há quem diga que os olhos são as janelas para a alma. Eu não saberia dizer o quão verdadeiro é tal afirmativa, embora os olhos possam dizer muito a respeito de uma pessoa. Como seria possível então identificar a alma de um lugar? Qual janela teríamos que abrir para percebê-la? Yázigí (2002) acredita que cada lugar tem uma alma, a qual se faz pautada pela diferença, pela história e cultura, pelos simbolismos e tudo aquilo que o torna particular. Assimilar a alma da travessia não seria possível apenas com o olhar, a contemplação visual não abraça toda a diversidade que a caminhada emana.

É possível que a janela para a alma de um lugar seja o nosso próprio corpo, uma vez que estando em infusão com a terra, torna-se possível sentir o espaço a partir de todos os nossos órgãos sensoriais. Isso vai além do mero olhar, ouvir, tocar, cheirar e saborear, inclui todo o processo de se conectar e entrar em sintonia, não só com o espaço físico em si, mas com as próprias pessoas que residem ou que estão de passagem, estabelecendo vínculos afetivos e suscitando momentos a serem guardados na memória. Imergir e se abrir para o espaço, para outra lógica de reprodução, para o processo de construção do lugar, já que “um ser humano percebe o mundo simultaneamente por meio de todos os sentidos. A informação potencialmente disponível é imensa” (TUAN, 1980, p.28).

Sentir a travessia, portanto, vai muito além do que a vista alcança. Trata-se de deixar-se levar por cada aspecto, cada nuance, cada detalhe da caminhada. Deixar-se levar por tudo aquilo que lhe mostra desafiador, que lhe causa curiosidade ou medo, que chama atenção ou até mesmo que suscita repúdio. Tudo faz parte do processo de imersão e quando menos se espera, todos os sentidos estão ativos, conectando o corpo ao espaço. Alguns relatos trazem essa relação entre os sentidos por meio da experiência na travessia, ainda que escrito com ou sem a consciência disso:

Após cruzar o topo começamos, agora sem trilha, a descer em direção à barragem da usina. A nossa frente víamos um grande lago artificial que foi represado na construção da hidroelétrica, o que representou uma grande mudança dentro do ecossistema local. Descemos por caminhos entre arbustos e herbáceas juntamente com grandes afloramentos de metarenitos. Nesse momento a turma já havia se dispersado novamente. Quando chegamos a um local sem caminho confiável buscamos manter a descida sempre pela esquerda, que nos proporcionava uma vista melhor do trajeto até a represa. Chegamos até um cânion que se formou pelo encaixamento do rio. Percorremos uma trilha que é utilizada pelos funcionários da usina. Passamos por uma casa que servia de morada ao funcionário responsável por aquela área da usina, o cumprimentamos e seguimos andando relativamente juntos até uma cerca do outro lado da barragem, onde esperamos que ele abra a cerca para nos dar passagem. Cruzamos o cânion e seguimos em direção a Lapinha já pensando no descanso e nos prazeres que nos aguardava. Seguimos pelo leito do rio que formava um solo macio e seco. Quando chegamos uma área com um bom lugar para descanso, resolvemos entrar na lagoa e nos refrescar. Após o restante da classe se juntar a nós, os deixamos e continuamos nossa caminhada. Por duas vezes tivemos que passar por uma parte mais encharcada, os já esperados atoleiros. Teve quem preferiu subir para a terra mais firme e quem preferiu passar pela água que atingia quase à altura da cintura até nos primeiros 20 metros para dentro da lagoa (Relatório de campo, L.A.C. e V.A.D.M., 2012).

Direcionar o caminhar em função do que se observa. Parar para tocar aquilo que instiga. Perceber a mudança do solo pela sensibilidade dos pés. Refrescar-se na lagoa e deixar a temperatura da água entrar em equilíbrio com o corpo. Encharcar-se e deixar que a luz do sol aqueça a pele. A cada passada, curta ou longa, sensações e sentimentos sobrevêm, milhões de possibilidade nas quais o destino da caminhada acaba sendo apenas um vislumbre no horizonte e o percurso se torna um presente ao caminhante, recebido e sentido pelo corpo.

Formas, cores, tons, texturas, toques, cheiros, gostos e sons. Percepção e realidade. A experiência sensorial de cada sujeito ao caminhar pode vir a revelar uma travessia. Um espaço em constante metamorfose, que se apresenta diferentemente para cada um que se lança aos caminhos. Se vasto é o ato de perceber a travessia, igualmente serão as possibilidades de representá-la. Na Figura 11, a simbolização do significado da Lapinha-Tabuleiro ilustrada por um aluno:



Figura 11. Trilhando vínculos. Autor: Lucas Gabriel de Oliveira Gonçalves, 2016.

O desenho foi idealizado como um autorretrato do aluno na condição de caminhante ao longo da travessia. Buscou-se representar sua relação íntima com o ambiente que, ao caminhar, sentiu-se parte indissociável dele. A travessia lhe mostrou as belezas de Minas Gerais, vigorando um sentimento de identidade e pertencimento ao próprio estado. Além disso, a experiência na trilha fez-lhe recordar de um importante ensinamento de seu pai: a viagem não é o destino, mas todo o percurso que leva a ele. Deve-se olhar para o horizonte e se deslumbrar com tamanha possibilidade de caminhos.

Após um longo dia de caminhada, os pés começam a falhar. O cansaço toma conta do corpo e se alastra para cada músculo. Como qualquer percurso, há sempre um destino e no primeiro dia, as pernas nos levam a Lapinha, na casa da tímida dona Naná. Ao chegar

no povoado, vejo sempre o alívio no rosto dos alunos, talvez um sentimento de serenidade frente a calmaria que se instala. A chegada é marcada por um silêncio, embora não dure muito: moradores aparecem nas janelas das casas, as quais vão se tornando mais frequentes ao passo que se aproxima do coração do povoado e assim, as cabeças vão balançando e cumprimentos a moda mineira passam a inundar a atmosfera do grupo. É Lapinha abraçando os caminhantes que chegam.

Ao fim do entardecer chegamos no primeiro ponto da estadia, onde armamos nossas barracas em meio a belas árvores, ao pé da serra no vilarejo da Lapinha, na casa de Dona Naná. Em poucos campos comemos tão bem, com tanta fartura. É a mesa do interior das pessoas que sentem prazer em servir bem o seu visitante. A hospitalidade é de fato o cartão de visita de qualquer lugar. A felicidade de estar entre os colegas, conversando sobre o que se passou até então, saboreando uma cerveja gelada naquela noite fria que encerrou nosso primeiro dia. Dormimos ao som da ventania, com o barulho das árvores dançando no bailar dos ventos (Relatório de campo, L.V.P.G. e L.C.Z., 2015).

E o vento recaindo sob o povoado, com toda a intensidade, é registrado em grande parte dos relatos:

O vento incessante, bem característico das noites da Lapinha já dava as caras. Antes de escurecer totalmente já estávamos no quintal de Dona Naná, tentando fincar os espeques no chão, antes que as barracas saíssem voando para uma viagem sem volta. A noite começou sem nuvens, barradas para lá da Serra do Breu, com um belo visual das estrelas e rastros da Via Láctea (Relatório de campo, H.P.S.J., 2015).

Tenho para mim que a primeira noite na casa da dona Naná, em Lapinha, funciona como um fator multiplicador de tudo o que se passou ao longo da caminhada. É como fechar o dia com chave de ouro, frente a tamanha receptividade e simplicidade do lugar. A noite é farta de comida, farta de prosa, farta de companheirismo e, para os apressados da trilha, farta de carrapatos. A noite segue e os relógios não são convidados a entrar. Após o incrível jantar, uma fogueira se ascende ao lado de fora, aquecendo aqueles que ali se colocam ao redor do fogo. Uma chama que contagia, que arranca sorrisos e que aproxima as pessoas da forma mais sincera possível. É Lapinha novamente abraçando os caminhantes.

Noite adentro, pouco a pouco as barracas se preenchem de corações quentes. Alguns caem no sono rapidamente, já outros demoram um pouco mais, ainda que o merecido descanso sempre chegue.

Na primeira noite, diante da dificuldade em pegar no sono, resolvi tomar banho e escovar os dentes, enquanto os escovava e caminhava, me peguei pensando: será que já escovei os dentes diante do testemunho de tantas estrelas? Aquilo me constrangeu um pouco, fiquei bem pequenina. Agora, arrependida por ter contemplado tão pouco o teto decorado e de ter corrido pro abrigo. Às vezes o que a gente menos precisa é de conforto (Relatório de campo, P.L.B., 2015).

Tenho certeza que a travessia é um desafio para muitos, não só pela dificuldade física que a trilha impõe em decorrência dos paredões rochosos a serem vencidos, mas sim em função da necessidade de se desfazer dos confortos urbanos. Não raro são os alunos que nunca acampam, sendo a primeira experiência na própria travessia Lapinha-Tabuleiro. Além disso, abrir mão de smartphones e computadores também constitui como desafio para aqueles que não estão acostumados a ficar sem internet, já que o percurso é marcado pela ausência total de sinal telefônico (exceto em alguns poucos pontos, mas cá entre nós, ninguém precisa ficar sabendo).

Se Lapinha é o ponto fulcral do primeiro dia de caminhada dentro do formato do trabalho de campo, no segundo dia a casa do seu Zé D’Olinta e dona Maria – no alto da Serra da Calçada – se faz o destino do grupo. As pessoas que nos recebem, muito mais do que pontos de apoio na logística do campo, se tornam figuras emblemáticas que cativam os alunos. Seja na Lapinha ou no alto da serra que nos recebem, as pessoas que ali residem se tornam o coração da caminhada, fundamentais ao processo de imersão e introdução de uma nova lógica de ler o espaço. Se a casa da dona Naná é destino do primeiro dia, já no segundo ela se constitui como ponto de partida do grupo. Movimento e movimentar-se, nada é estático.

Logo cedo, bem frio, iniciamos a nossa caminhada, primeiro até à cozinha onde saboreamos o café e o calor do fogão de lenha. Após as despedidas que mais se pareciam um convite para o retorno, continuamos a caminhada. O segundo dia nos brindou com a travessia em áreas alagadas bem próximas do centro da Lapinha (Relatório de campo, L.V.P.G. e L.C.Z., 2015).

A forma como Lapinha nos recebe e se despede é encantadora. Percebo que o segundo dia da caminhada é sempre feito com inúmeros olhares voltados para trás, observando o povoado se distanciar em meio às promessas de retorno. Retornar a Lapinha é quase que certo para grande parte dos alunos que cursam Fitogeografia e empreendem a travessia. O tempo é curto para aproveitar o que o local tem a oferecer, mais curto ainda para explorar cada detalhe. No entanto, é tempo suficiente para que raízes brotem dos nossos

pés, fazendo a conexão de uma maneira singela. A vivência no povoado, única, se torna uma memória a ser lembrada e um lugar a ser revisitado, não apenas na lembrança.

Ao iniciar a caminhada no segundo dia, o corpo ganha novamente combustível depois da noite de descanso. Empreender a trilha que tantos outros já percorreram no passado, entre Lapinha e Tabuleiro, constitui-se o percurso mais extenso do trabalho de campo. A experiência não para, a vivência não para. Tudo se relaciona, tudo entra em conexão. Sintonia. Os pés na terra, a mente flutuando no infinito do espaço e na inconstância do tempo. Tempo? Esse já não se pode mensurar, somos transportados para o passado, levados ao futuro e convidados a viver o presente.

Caminhamos em um caminho negro com porções de areia branca acinzentada, aqui há uma homogeneidade de plantas entre a grama. Há a pequena coloridinha e uma maior se flores. Caminhar, caminhar. Banho no rio gelado e revigorante. Caminhar, sem fim, até o alto, perder-se, quase cair, caminhar mais, andar com as mulas, ser ultrapassado pelas mulas, caminhar. Ver lá no longe um abrigo dá mais força para caminhar. Caminhar. Pensar no abrigo, montar acampamento. Descansar, tolerar, viver. Jantar, hmmm, jantar... conviver, transcender, conversar de dá nó na cabeça. Conhecer e identificar os limites. Dormir em paz, finalmente (Relatório de campo, P.L.B., 2015).

Os relatos que se referem à chegada e estadia na casa do seu Zé D'Olinta e dona Maria sempre remetem à humildade e receptividade do casal. Outro contexto, outra vivência, outros sentimentos. Além disso, a janta e o café, ainda que com toda a simplicidade do preparo, sem nenhum luxo, não deixa a desejar, muito pelo contrário, enleva. Acredito eu, que assim como a noite na Lapinha, a estada no pontão da face leste da Serra da Calçada é um dos momentos mais esperados da caminhada.

Ao fim do dia chegamos numa casinha simples, de pessoas ricas de vida, de histórias e de humildade. Mais uma vez montamos acampamentos e dessa vez nos guiávamos com lanterna para não correr o risco de deslizarmos nas lapas lisas das rochas ou no córrego bem próximo da casa. Um banho quente e uma janta que lembra à casa de vó encerrou a noite, pois dessa vez, o cansaço nos derrubou e o sono foi profundo (Relatório de campo, L.V.P.G. e L.C.Z., 2015).

O sabor da janta e o imprescindível descanso aparecem nos relatos com certa frequência.

Fomos muito bem recebidos pelo seu Zé e família, que nos ofereceu uma bela duma janta e um café da manhã simples – se compararmos com a Dona Naná, mas igualmente gostoso. A noite de sono foi muito mais tranquila, além de ter improvisado uma palha seca para forrar a barraca, que aumentou o conforto térmico em alguns graus. O vento praticamente não existiu durante a noite (Relatório de campo, H.P.S.J., 2015).

Tenho como certo que cada caminhada, ainda que percorrido o mesmo trajeto, nunca será igual. Seja o caminho, seja o caminhante. Ainda assim, de todas as vezes que me pus a andar junto com as turmas de Fitogeografia, vejo que a casinha de seu Zé e dona Maria provocam um estalo no coração de muitos alunos. Assim como foi comigo na primeira vez que estive ali, foi difícil de assimilar a magnitude do impacto com que aquele lugar causava no meu íntimo. Sentado ao lado da minha barraca e olhando para as estrelas, vendo céu se fechar sem desconfiar da tempestade que cairia, senti paz. Horas mais tarde acordo sob trovoadas e chuva forte, como nunca tinha presenciado antes em toda a minha vida. Apesar da tormenta que caía fora do abrigo, o coração estava calmo. A alma estava em harmonia. A natureza mostrando todas suas faces, sua oscilação de humor. E nós ali, naquele cantinho, apenas uma pequena e minúscula fração de tudo.

Muito pôde ser sentido a cada passo ao longo de toda a travessia. A rejeição aos rastros deixados pelo *Homo sapiens* muitas das vezes não deixaram ser-lugar. E ao mesmo tempo, a cada parada em sombra, ou água corrente, lugar! A forma como se sente muda. A energia muda. O olhar muda. E assim, muitos lugares se fizeram e foram berço para o descanso, mesmo que breve, ao longo dos caminhos.

A sensação de saber que se encontrou, quando mesmo que distante, se sente no aconchego de casa, o cheiro, o sabor até a temperatura ambiente, se fez tornar lugar ao chegar na casa do seu Zé, na última noite de travessia. Já se passou mais de um mês e ainda é difícil explicar em palavras o sentimento que tomou conta naquele lugar, com paredes tão revestidas de amor e reciprocidade.

E naquela noite, na roda de conversa em volta da fogueira, com um céu espetacular dando direito a estrela cadente de brinde, chegou-se ao ponto fulcral de tudo. O ponto era aquele, sem distinção de Geografia, Turismo, Ciência Socioambientais ou Educação Física. A essência era sentida na pele e com características bem mais amplas do que de um simples local, e assim, aquela roda de conversa na última noite foi lugar. Completo. Com todas as suas memórias e histórias registradas numa multiplicidade de lembranças que mudaram os hábitos e a forma de querer ser no mundo (Relatório de campo, L.L.A.P., 2015).

Acho que mesmo depois de passados cinco anos desde a minha primeira travessia, creio que ainda assim é difícil explicar em palavras tudo o que vivi e tudo o que aprendi. Não há hotel que se compare com o que dona Naná, seu Zé D’Olinta e dona Maria podem

oferecer. Sem dúvidas representam o coração da travessia Lapinha-Tabuleiro, bombeando o sangue pelas veias, ou caminhos, que preenchem de vida esse universo que chamamos de Espinhaço.

Dessa forma a travessia vai se transformando em lugar, ou seria um mosaico de lugares na paisagem? Ela vai deixando pistas de onde encontrar a alma. Apenas pistas, que levam a um mistério infindável, talvez indecifrável. A busca por um mistério que arrepiava os pelos do corpo, que reverbera em cada músculo e ecoa no tempo e no espaço. Travessia que transforma cada um, ainda que a mudança seja imperceptível a longo prazo. Um dia ela brotará, sem pedir licença e sem anunciar.

No interior de cada um resguarda uma transformação, um devaneio íntimo, uma revelação ou qualquer outra fração, ainda que pequena, de uma viagem rumo ao autoconhecimento. Lembram-se da aluna que quando criança queria ser cientista, que fazia poções mágicas e dava nome às minhocas do seu quintal? Pois bem. Reverenciou o Espinhaço, se curvou diante da travessia e se viu geógrafa.

A cada passo, a cada vertente íngreme superada meu corpo parecia acostumar-se mais. Não reclamou, não pediu socorro. Três dias que mais pareceram três minutos. Três minutos atemporais. Na maior parte do caminho tudo se calava, o vento, o paladar, o tato, a visão, o único sentido ativo era a audição, barulhos – dois principais – respiração e pulsação. O mesmo ritmo por três dias, a mesma sinfonia: tum tum tum Tum, aar, fuuu, aar fuuu.

Tive a prova maior da minha infantilidade de espírito, quando no topo de uma crista entalhada da trilha, ainda no segundo dia de caminhada (no ponto onde via-se o rio Mata Capim e seus meandros), sozinha, afastada do restante do grupo, comecei a chorar - daqueles prantos que os olhos se contraem, os lábios tremem e as mãos ficam gélidas. Olhei para os lados - ninguém - decidi não descobrir o porquê das lágrimas e desabei. Quando dei por mim estava sentada olhando para aqueles meandros, para aquele solo encharcado e escuro em pleno quartzito, para os vales e as matas de galeria lá embaixo. Era isso! Por isso estava chorando, acabara de descobrir que tinha finalmente virado cientista - do tipo criança, do tipo geógrafo. Quisera eu voltar no tempo e ficar frente a frente com aquela menina banguela de sorriso fácil e dizer que um dia ela brincaria de exploradora em outros quintais, que o quintal dela era só o primeiro, a primeira paisagem, o primeiro lugar de tantos outros (Relatório de campo, V.D.A., 2015).

Sinto na pele esse relato. Fico assombrado como reconheço as palavras e me identifico com o sentimento. Quantos já não devem ter caído de joelhos nesse mesmo local,

saudando a Cadeia do Espinhaço? E generosa que a Serra é, gratifica e recompensa aqueles que se curvam aos seus caminhos.

Cada um se move com suas próprias aspirações e crenças, mas também levam seus monstros. Momentos de terror. Lembranças de sofrimento. Fato é que a trilha retribui o esforço empreendido de diversas maneiras, embora isso não signifique que seja fácil ou indolor. O relato que transponho a seguir, ao meu ver, é delicado pela sua natureza, mas que se faz um dos exemplos mais claros de superação e transformação. Trata-se de uma aluna portadora de uma rara doença chamada Miastenia gravis

Relatarei nestas linhas o que o campo a Lapinha-Tabuleiro significou para mim, mas antes vou contar um pouco sobre minha história, para que as pessoas entendam o quanto este caminho foi importante para o meu crescimento pessoal e espiritual.

Como portadora da doença, ouvi que jamais seria uma pessoa normal, que viveria pouco e com várias limitações. Resolvi escrever minha história de forma diferente, vencendo com paciência e perseverança cada desafio desde os mais simples como respirar, falar, andar, comer, até os mais difíceis como sair sozinha, poder dirigir e realizar o grande sonho de ir para a faculdade. Para uma pessoa saudável, isso é tão normal que não se percebe o valor dessas pequenas coisas, mas para mim são vitórias diárias.

Quando me matriculei na disciplina de Fitogeografia, eu não sabia do campo e muito menos da travessia. Assim que me dei conta comecei a ficar com medo e senti vontade de desistir e não me arriscar. Eu fiquei um pouco temerosa, mas ao mesmo tempo aliviada. Foi aí que começou o dilema, eu devia ou não ir? Exatamente aí que comecei a pensar que o objetivo da minha existência não era viver muito ou pouco, mas sim de como eu gostaria de viver, e a resposta foi sem correntes e grilhões (Relatório de campo, A.P.T., 2015).

A aluna buscou apoio clínico para orientá-la quanto a sua decisão de ir à travessia, a qual só foi permitida pelo professor responsável após a confirmação de seu médico de que seria possível empreender a caminhada. Imagino que tenha sido uma decisão extremamente difícil. Nessa época encontrava-me como monitor da disciplina e monitor de campo, pude ter o privilégio de acompanhar a fluidez com que sua história se desenrolou, principalmente ao longo de sua jornada em campo. Um verdadeiro teste.

E começamos a caminhar todos juntos, com alegria e descontração. Cruzamos um pequeno braço da lagoa e senti uma vontade incrível de nadar, senti saudade e vontade de brincar na água, mas estava frio. Aos poucos fui ficando para trás com meus passos lentos e respiração tranquila para controlar o cansaço. Minha amiga ao meu lado e os monitores sempre atentos em nosso caminhar. Esse trajeto foi árduo

para mim, mas a perfeição do caminho incrivelmente bonito me deu força e coragem para continuar e mais uma vez lembrei-me da minha luta para vencer a doença. Lembrei-me das pessoas maravilhosas que estavam do meu lado, das lágrimas, dos sorrisos, dos incentivos e principalmente do tempo que morei no hospital. Senti uma vontade imensa de sorrir e pensei “olha só onde eu estou”, e assim prossegui perdida em meus pensamentos (Relatório de campo, A.P.T., 2015).

É nítido que sua caminhada transpõe a qualquer limite físico e seus passos vão muito além da trilha que se prolonga no horizonte. Lembranças ressurgem, emoções e sentimentos são revolvidos em seu íntimo. Lembro-me com nitidez dos momentos de introspecção da aluna, seus longos períodos de silêncio que acompanhavam um caminhar mais lento. São os ecos da travessia, intensificados na medida que a caminhada prossegue:

Já anoitecendo, chegamos à casa do Sr. Zé D’Olinta, uma simpatia de pessoa que nos recebeu com carinho e respeito, uma casa muito simples, mas extremamente acolhedora. Prepararam uma comida deliciosa para nós, jantei e fui me recolher, minha barraca já estava montada em um lugar lindo, a noite mais uma vez foi de alegria e paz. Acordamos cedo, mas a nevoa atrapalhou um pouco visualizarmos a beleza do lugar. Tomamos café com cravo, diferente, quente e perfumado, misturado com o cheiro da fumaça da casa, do quintal, senti uma onda de coragem, de encanto, que me sintonizava com a harmonia daquele lugar. Meu Deus, que sensação boa, difícil de traduzir em palavras. Após terminar o café, descemos para terminar de juntar nossas coisas, foi quando minha amiga caiu e machucou o pé e não poderia mais terminar o caminho comigo. Fiquei triste e com um pouco de medo, mas não existe acaso, tudo tem um porque, este seria o meu teste final.

Começamos a descida para Conceição do Mato Dentro, tive que caminhar bem devagar para não cair, mas o interessante é que eu não sentia dor, nem cansaço mais, e o medo já não existia. Fui observando a paisagem e a sensação de liberdade, de libertação, de vitória frente aos obstáculos tomaram conta do meu ser. Este sentimento fortaleceu ainda mais o pensamento que eu já havia construído dentro de mim, quando resolvi enfrentar a doença há mais de 10 anos, lutando todos os dias por uma melhor qualidade de vida (Relatório de campo, A.P.T., 2015).

E diante de todos os desafios impostos pela travessia, vencer e ultrapassar os limites nos levam mais próximos ao autoconhecimento e o autocontrole. Assim, depois de todas as dificuldades e barreiras derrotadas, vem a recompensa. Com a recompensa, a sincera gratidão.

Esse trajeto eu fiz sozinha: com minhas reflexões, sentindo, cheirando, olhando, pegando no chão as rochas. Fui a última a chegar em Conceição do Mato Dentro, sozinha em corpo, mas não em pensamento,

pois o meu coração estava transbordando de sentimentos bons e enriquecedores. Dirigi-me a um grupo de colegas e tomei um copo gelado de cerveja, que delícia, forma descontraída de descansarmos. O ambiente era de descontração e uma alegria contagiante tomava conta do lugar, neste momento divaguei em meus pensamentos e senti leveza, força, coragem e fé. Comecei o campo cheia de medos e terminei liberta de um fardo pesado que eu carregava há muito tempo. Não consigo colocar em palavras as minhas emoções, a sensação de vitória sobre a impotência, sob o desconhecido e mais uma vez, sobre a doença. Agora tenho certeza que posso tudo, alcancei o controle sobre o meu corpo e minhas limitações. Estou feliz por ter tido a oportunidade, não existem palavras que expressam a minha gratidão (Relatório de campo, A.P.T., 2015).

A travessia tem seu marco final no distrito do Tabuleiro. Um fim que só é definitivo no plano físico, embora seja possível revisitá-lo na memória. Empreender uma nova travessia implicaria em novos momentos, podendo até aliviar a saudade do lugar, mas nunca será de fato igual. A chegada ao Tabuleiro é marcada por tapas carinhosos nas costas e trocas de sorrisos. A gratidão é um sentimento que brota tanto em um nível individual, quanto coletivo. Um simples “obrigado” não é capaz de expressar o sentimento que eclode no coração daqueles que viveram cada segundo intensamente, embora seja uma das palavras mais usadas no centro de Tabuleiro. Como se pode decretar o fim de uma caminhada que, para alguns, representa só o início de uma nova travessia? Quem sabe, um começo de um novo processo transformador, marcado pelo ecoar da caminhada. Tabuleiro não será, portanto, um ponto final definitivo.

Chegamos, sentamos, observamos, sons da cidade, gentes da cidade: bom dia! Criança brincando no quintal, criança que nunca foi no quintal, me vejo ali numa vida tão diversa que vivi. Distância é bom... sentimentos e pensamentos mágicos: solitude. Enfim. Profunda emoção, me comovo agora, vibro! E o conviver só faz essa vibração ser sem fim, uma mistura de alívio, orgulho e alegria das mais puras (e porque não permitir o erro de digitação? Alegrias das mais putas!) que senti nos últimos tempos... Uma cerveja, muitas palavras, muitas maravilhas, uma cachaça, um violão, cães, mulas, gentes, bom humor, satisfação, beleza, caminho. É caminho da vida bão de se trilhar! Mulas, mochilas, ônibus, volta. Amigos, alegria pura. Movimentos rápidos, a paisagem volta a correr sobre os nossos olhos, o estômago dói, os amigos são solícitos. A alegria ia se esvaindo ali, aos poucos, mantida pela lembrança e, de repente, a saudade começou a bater rápido demais e a marcha do ônibus só acelerava a saudade... Chegamos. Há muita alegria, mas a realidade, o cotidiano, a paisagem conhecida bate como um soco no sonho vivido na travessia. No instante presente a memória me emociona, as palavras guardadas dentro de mim relembram as emoções intensamente. A gratidão me invade e a vida, mesmo que vivida pela memória, faz muito sentido (Relatório de campo, P.L.B., 2015).

Uma caminhada que marca e se faz produtora de memórias, as quais tornam a chegada extremamente pequena se comparada ao percurso trilhado.

O chegar não passa de um lembrete fugidio da impermanência das coisas. As grandes importâncias estão no caminho fazedor de memórias, na trilha que revira e escarafuncha sentimentos. As grandes importâncias estão à distância de um piscar, um tropeço, um riso. À quem se permite olhar sentindo, o singular voa baixo batendo o campo, vez e sempre, bem diante dos narizes, para cima das sobancelhas ou adiantado às biqueiras das botas. O importante reside na ânima ustulante que movimenta vigorosamente a carcaça. O importante é a travessia (Anotações de campo, I.A.C.F., 2017).

Acredito que o companheirismo, os elos de amizade que se selam, a reciprocidade e a compreensão da condição do outro são fatores fundamentais no trabalho de campo. A saudade que golpeia não é só do ato de caminhar, não é só da empreitada em se deslocar de Lapinha à Tabuleiro. É de todo o conjunto que caracteriza a travessia, de todos os elementos que dão nome à obra, desde os momentos mais simples aos mais complexos. Sentir saudades é consequência daquilo que nos marca, que fica gravado na memória, daquilo que nos sensibiliza e nos toca. A saudade em si não precisa ter necessariamente um porquê, mas no caso da travessia existem vários:

Ouvi dizer que perfeição e felicidade não são coisas com que se topa. Topada é com pedra, galho, morro, dificuldade. Topa-se também com amigos, vista bonita, comida boa e carinho. Mas topar, assim de supetão, com a felicidade, com o perfeito, isto não há. Perfeição e felicidade estão é no caminho. São nos caminhos de todas as topadas de cada um que vão se tornando aquilo que se lembra. Que se sente. Travessia! (Anotações de campo, I.A.C.F., 2013).

A travessia transforma pessoas ou as pessoas que buscam as transformações por meio da caminhada? Questão complexa, depende daquele que caminha. Um pouco das duas coisas, talvez. Tenho total convicção que a Lapinha-Tabuleiro se demonstra convidativa a todos os aflitos, a todos que questionam o conformismo, aos que emanam curiosidade pelo corpo, aos que anseiam pela aventura e os que se arriscam ao desconhecido, colocando-se de peito aberto aos imponentes caminhos do Espinhaço. Atravessar é uma passagem de ida para uma nova forma de ser no mundo, de enxergar e de se relacionar com o espaço. A imersão é diluir-se na terra e deixar a travessia acontecer, em todas as suas faces e em todas as suas formas.

3.3. Ecos e reflexões socioambientais

Diante de tudo isso, me pego refletindo como poderíamos estruturar as potencialidades e possibilidades de conservação por meio da imersão humana ao longo de caminhadas. Digo potencialidades e possibilidades porque, tratando-se do processo de introjeção, requer que o sujeito se abra para o espaço. O indivíduo que se lança a uma caminhada apenas impulsionado pela movimentação mecânica, fechado para o sentir, possivelmente não terá retorno além do físico, ainda que seja plausível que um sujeito fechado sofra um processo de abertura, e na maioria das vezes inconsciente desse fato.

O primeiro ponto que gostaria de abordar aqui é a respeito do papel da disciplina Fitogeografia no contexto da travessia Lapinha-Tabuleiro. Após 5 anos auxiliando a reprodução da logística do trabalho de campo, tenho convicção de que a atividade tomou expressivas dimensões no que se refere ao turismo na região. Já são 15 anos que a disciplina vem sendo ofertada, incluindo a travessia como prática acadêmica que integra a população do povoado da Lapinha da Serra, distrito do Tabuleiro e moradores do entorno da trilha. Esse movimento vem difundindo e estreitando relações em diversos níveis. O primeiro diz respeito à aproximação da comunidade acadêmica de uma distinta realidade na Serra do Espinhaço, levando alunos de graduação e mestrado a desenvolverem seus trabalhos na região, caracterizando um retorno positivo para a localidade. Um segundo nível se faz no estímulo do turismo¹⁵, uma vez que nas turmas de Fitogeografia são poucos os que já empreenderam a travessia antes da disciplina, servindo como forma de apresentar a região que passa a ser frequentada, não só na caminhada em si, mas em todo o complexo de atrativos locais.

Ao refletirmos sobre os impulsos ocasionados pela disciplina na região da travessia, alguns apontamentos merecem destaque. A caminhada passa a ser novamente o destino de 45% dos alunos, sendo que a maior parte destes retornam mais de 4 vezes. Outros 53% destacam as intenções de retorno, sendo apenas 2% a representação daqueles que não repetiriam a aventura. Esse contexto revela não só o êxito da caminhada enquanto trabalho de campo, mas que a grande maioria dos alunos se colocam abertos a sentir a travessia e, de tal maneira, vinculam-se na trilha e que o desejo do retorno é algo quase que obrigatório, fazendo com que Lapinha-Tabuleiro, de alguma forma, tenha algum

¹⁵ Ver dados de retornos dos ex-alunos da disciplina em Apêndice A.

sentido ou significado na vida daqueles que ali se identificam. Há quem diga que no montanhismo exista uma “febre do cume”, caracterizado por uma vontade inexorável de estar no topo. No caso da travessia, posso especular em uma “febre do regresso”, caracterizado por esse impulso magnetizante de atravessar. Raros são os relatórios de campo que não indicam esse instinto pulsante em retornar à região.

Outro elemento que se destaca quando se trata do turismo impulsionado pelo trabalho de campo de Fitogeografia, é o estímulo à visita em todo o complexo de atrativos da região. Além do retorno à travessia, a disciplina estimula o turismo de maneira geral nas proximidades. Muitos que nunca visitaram Lapinha e nem Tabuleiro, após o campo, voltam e permanecem em tais locais visando desfrutar das trilhas, belíssimas cachoeiras e a tranquilidade do interior mineiro. A questão é que os retornos à Lapinha se destacam em relação ao distrito do Tabuleiro, fenômeno que creio estar vinculado à vivência da primeira noite do trabalho campo. A receptividade do povoado ao sopé do maciço do Breu após um dia de caminhada, juntamente com a vivência na casa de dona Naná, garantem um clima agradável e prazeroso ao grupo de alunos. A relação estabelecida com os moradores, que prontamente oferecem todo o apoio à turma de caminhantes, gera cordialidade e, sem dúvidas, desejo de regresso. Há de se destacar também a facilidade de acesso à Lapinha em decorrência de sua proximidade com o distrito da Serra do Cipó.

Uma vez que Tabuleiro representa o ponto final do trabalho de campo, o tempo de permanência no distrito se resume aos preparativos para retornar à Belo Horizonte. Sem dúvidas, Tabuleiro fica cravado na memória como o momento em que se conquista a travessia, vibra-se a vitória e o relaxamento dos músculos perante o esforço empreendido nos três dias de árdua caminhada. Apesar disso, não se observa o mesmo tipo de relacionamento com a população local que se destaca na Lapinha. Neste lado da serra não se tem a mesma receptividade, a qual é feita sob olhares desconfiados. Ainda assim há parceiros na logística do campo que se disponibilizam a servir almoço e iguarias e, embora tudo feito com boa vontade, o preço exorbitante – regido e ditado pela concorrência da economia local – não agrada os forasteiros. Assim, há um enorme abismo entre os preços cobrados pelos campings, pousadas, chalés, restaurantes e bares de Lapinha e Tabuleiro. Talvez esse seja outro elemento que justifique o retorno menos acentuado para o distrito, caracterizado em sua maioria por retornos únicos visando conhecer a maior queda d’água de Minas, a Cachoeira do Tabuleiro.

O trabalho de campo, em certa medida, impulsiona o turismo na região. A fama da disciplina, dos “alunos do professor da federal”, se instala entre Lapinha e Tabuleiro. A logística envolvendo os moradores locais envolve não só a pernoite no povoado ou ao longo da trilha, mas também guia e condutores dos equinos que fazem o transporte das cargueiras de todo o grupo. Essa estrutura vem sendo consolidada há 15 anos e, quando parte dos alunos retornam, tentam reproduzi-la por meio dos contatos estabelecidos durante o trabalho de campo. Conversando com ex-alunos, fica claro que o retorno envolve apresentar a trilha e até mesmo Lapinha e Tabuleiro a novos caminhantes: ao regressar leva-se junto amigos e familiares que nunca estiveram na travessia, alguns desses influenciados pelas fotos e relatos de experiências extraordinárias recontadas incessantemente.

Em todos os meus retornos à travessia, fora do âmbito acadêmico, fui acompanhado de amigos que nunca haviam estado na Lapinha ou Tabuleiro e muito menos empreendido a caminhada. Alguns desses, nunca haviam feito de fato uma caminhada. Se a disciplina funciona como uma maneira de apresentar a região aos alunos e bem como induzir o processo de imersão no espaço, é possível pensarmos na reprodução desse mesmo movimento por meio dos regressos à travessia acompanhado de terceiros. Além disso, consegui identificar três ex-alunos da disciplina que hoje operam a caminhada enquanto professores de geografia do ensino básico, levando alunos de outras instituições para imergirem em uma dinâmica de campo que se assemelha a proporcionada pela Fitogeografia na UFMG.

Acredito que todo esse conjunto acaba proporcionando um surgimento de uma corrente que reverbera e impulsiona, para além dos muros da academia, a difusão da região enquanto destino turístico e um novo modo de fazer turismo que, *a priori*, aparenta-se velado em meio a logística e dinâmica de campo da Fitogeografia, mas que se propaga por meio dos alunos diante a febre do regresso. Refiro-me a um turismo que leve em conta as particularidades das paisagens humanas e naturais brasileiras, em sua totalidade, no sentido da busca pela alma do lugar. É nessa conjuntura que Gontijo e Rego (2001) propõem a noção de turismo pessoalizante, considerando o Brasil enquanto pano de fundo paisagístico em diversos graus de alteração do quadro natural, sendo o povo expressão da riqueza humana e síntese cultural de um processo *sui generis* de formação histórica.

Tal atividade turística, neste caso, deve ser entendida enquanto um processo de (re)descoberta deste nosso patrimônio natural, no qual diversos tesouros permanecem ocultados por uma atitude administrativa totalizante, que privilegiaria o indivíduo massificado, desperdiçando, para não dizer jogando por terra uma de nossas maiores riquezas (GONTIJO E REGO, 2001, p.2).

Esse processo de descoberta e redescoberta vem sendo cada vez mais associado a uma busca interior, algo que poderia se aproximar do que hoje é chamado de “turismo espiritual”. Pessoalizante, segundo os autores, é uma referência ao processo de distinção entre pessoa e indivíduo, caracterizando a busca na qual muitos viajantes engendram e que, na maioria das vezes, não sabem o que vão encontrar – em alguns casos, até mesmo uma tentativa de se encontrar. Nesse sentido, o turismo pessoalizante simbolizaria um encontro com o íntimo, estando inserido e privilegiando a dinâmica de vida das pessoas da região visitada, revelando as idiosincrasias do lugar ou, como diria Yázigi (2002), a alma do lugar.

No turismo totalizante muita pouca atenção é dada a esta condição da paisagem. Propõem-se soluções rápidas de consumo que fatalmente comprometem a percepção de uma beleza maior, a qual seria possível se o observador permanecesse purificado o suficiente para não se deixar contaminar pelos apelos do “marketing” administrativo. A busca de uma atividade turística pessoalizante implicaria a percepção da paisagem para além do olhar inicial, eminentemente horizontal e limitada ao ISSO, e onde a maior parte do turismo convencional se restringe. A partir desse primeiro olhar, inicia-se uma busca tanto no interior, na direção do EU de cada um, tanto exterior, na direção do TU (GONTIJO E REGO, 2001, p. 10).

Tenho convicção que esse é o processo pelo qual a caminhada na condição de trabalho de campo oferece aos estudantes, ainda que seja feita de forma inconsciente. No decorrer do semestre não se fala em turismo pessoalizante, embora a travessia se torne, para muitos alunos, uma atitude turística pessoalizante. Acredito esse tipo de turismo – e aqui não cabe iniciar uma discussão de tipologias – está intrinsecamente correlacionado ao processo de imersão, na infusão do corpo do caminhante no espaço. Têm-se aqui um potencial transformador extremamente importante que passa a ser difundido. Essa atitude incute não só ao próprio sujeito em direção ao eu, na sua própria busca interior, mas também na coletividade que se destaca como elemento relevante na dinâmica de campo ao longo da travessia. Os grupos se reorganizam de forma natural e se organizam, criando vínculos que tornam as dificuldades do percurso digeríveis, além de que o ato de se lançar

em outra lógica de viver o espaço, definido por moradores locais, influi de maneira que não só os conecta ao lugar, mas também potencializa as reflexões e aguça o senso crítico.

De tal modo, acredito que a caminhada seja uma forma de proporcionar a imersão, a qual pode ser realizada por meio de uma atitude turística pessoalizante. A travessia pode ligar o sujeito a uma nova forma de enxergar o espaço, ligando-o não só à região que Lapinha-Tabuleiro abarca, mas a uma cultura de trilhas e travessias que passa a incorporar nos hábitos do sujeito. Tudo isso pode ocasionar uma mobilização em prol da região, afetada diretamente por um turismo predatório que se contrasta ao turismo pessoalizante. Difunde-se o hábito de realizar caminhadas sob uma nova ótica, uma perspectiva que convida o sujeito a abrir mão de um cotidiano que venda os sentidos, o colocando em um processo de renovação e transformação perante o trajeto que se deve empreender, tanto no espaço, quanto em direção do íntimo.

A caminhada, portanto, pode ser caracterizada em duas dimensões perante a imersão humana: superfície e profundidade. O primeiro nível traz as vantagens aparentes que uma caminhada proporciona, envolvendo retornos positivos à saúde corporal (estimula sistema circulatório e sistema respiratório, dentre outros benefícios) e mental (age no combate a depressão e estimula a criatividade do sujeito), além de possibilitar a contemplação de belas paisagens e o despertar de novos hábitos que podem vir a abrir a porta para o segundo nível. Na profundidade, existe a busca por algo maior, uma motivação do caminhar que em alguns casos se faz abstrato, uma viagem ao íntimo que possibilita um ecoar na existência que pode vir a envolver escolhas profissionais e pessoais na trajetória de vida de um sujeito. Além disso, creio que seja fundamental destacar o estímulo ao espírito geográfico, inflando a curiosidade pelo desconhecido que move pessoas, excitando o senso crítico que vai contra o conformismo que assola a sociedade atual, que engessa os sentidos.

Percorrer a travessia ao longo das três Unidades de Conservação pode despertar o indivíduo para a questão ambiental, religando-o de algum modo à natureza, da qual nunca esteve dissociado, embora seu modo de ver o espaço o tenha levado a crer. Se isso acontecer, a existência das áreas protegidas passa a ter algum sentido que vai além do discurso mecânico de proteção da biodiversidade: passa a ser uma necessidade humana. Se mobilizar em prol da região envolveria não só o afeto por Lapinha ou Tabuleiro, mas

também envolveria o mosaico de UCs. É exatamente por isso que os pontos de apoio localizados nas unidades de proteção integral podem ser considerados o coração da travessia, uma vez que fazem a verdadeira ponte que conecta o ambiental ao social, trazendo a essência e a significação do socioambiental àqueles que se abrem a caminhada.

Conceber que o ser humano é parte indissociável da natureza é um passo que aproxima ainda mais das concepções da Ecologia Profunda, teoria proposta pelo filósofo norueguês Arne Naess durante a década de 70, sugerindo que a humanidade é apenas mais um fio na teia da vida. Nessa corrente, acredita-se que a quebra de paradigmas dominantes na sociedade atual será possível apenas por meio de transformações radicais em nossa forma de ver o mundo.

A nova visão da realidade é uma visão ecológica num sentido que vai muito além das preocupações imediatas com a proteção ambiental. Para enfatizar esse significado mais profundo da ecologia, filósofos e cientistas começaram a fazer uma distinção entre “Ecologia Profunda” e “Ambientalismo Superficial”. Enquanto o Ambientalismo Superficial se preocupa com o controle e a administração mais eficientes do meio ambiente natural, em benefício do homem, o movimento da Ecologia Profunda exigirá mudanças radicais em nossa percepção do papel dos seres humanos no ecossistema planetário. Em suma, requer uma nova base filosófica e religiosa (CAPRA, 1982, p. 402).

A travessia Lapinha-Tabuleiro, em vista do seu potencial transformador mediante o ato de caminhar, oferece a possibilidade de refletir acerca do papel do *Homo sapiens* no mundo. Ao falar de mudanças de hábitos e atitudes, não estou falando de ambientalismo superficial, no qual cada um tenta fazer sua parte ignorando a totalidade e o real contexto socioeconômico que estamos inseridos, muito menos querendo inferir as falaciosas ideias propagadas pelo desenvolvimento sustentável. Me refiro à transformação pessoal, em atingir o cerne do nosso ser, da autodescoberta, o desvendar do próprio íntimo.

Seja por meio de um viés voltado ao turismo pessoalizante ou se aproximando da ecologia profunda, tenho para mim que ambas as abordagens não se anulam, se complementam, e a travessia Lapinha-Tabuleiro permite que o caminhante entre em processo de imersão no espaço, se abrindo para as relações que ali se estabelecem, iniciando a renovação e transformação do ser. Relações e fluxos que são estabelecidos pelo corpo que, segundo Serres (2001), se coloca aberto entre tudo aquilo que está dentro e o que está fora, um

mediador entre a razão e os sentidos sensoriais. O corpo aberto é passagem e, portanto, chave para a introjeção, que por sua vez é imprescindível para mudanças pessoais.

Diante disso, acredito que a Fitogeografia se tornou, durante todos esses anos em que é ministrada, capaz de representar o fio indutor do processo de imersão, objetivando levar o aluno a uma transformação na forma de enxergar o espaço e, sobretudo, de analisar a questão ambiental. Tal fato só foi possível após compreender o impacto que a caminhada causava nos estudantes, já que antigamente priorizava-se apenas as observações e constatações das condições físicas da trilha.

Como já venho ressaltando ao longo dessa investigação, a abertura para a imersão no espaço não é condição universal e cada caminhante tem seu tempo. Isso vale tanto para os alunos da Fitogeografia, quanto para os trilheiros espontâneos que surgem na Lapinha-Tabuleiro. Embora eu acredite que a maioria dos sujeitos que se lançam espontaneamente à travessia já vem com algum tipo de experiência prévia em trilhas, não podemos generalizar a forma como se portam: vejo em relatos de fóruns de amantes de caminhadas que alguns, ainda que experientes, se colocam a acampar fora dos pontos de apoio da Lapinha-Tabuleiro, incluindo leito de rio. Esses problemas, dentre outros citados anteriormente durante a pesquisa, precisam ser revistos. Por mais que a travessia tenha seu potencial transformador, não se pode arriscar perder toda uma dinâmica que influi diretamente no âmago de inúmeras pessoas em função do comportamento de outras. Uma vez estando em Unidades de Conservação, faz-se necessário algum tipo de regulação ou acompanhamento das atividades que ali sucedem, mas como planejá-la de maneira justa e eficiente, sem prejudicar ninguém?

Em decorrência do número crescente de visitantes à travessia Lapinha-Tabuleiro e da necessidade de buscar uma forma de disciplinar o uso das trilhas sem inviabilizar a atividade, iniciou-se recentemente uma discussão junto ao Conselho Consultivo das Unidades de Conservação locais (APA Morro da Pedreira, Parque Estadual Serra do Intendente e Parque Natural Municipal do Tabuleiro), na qual se trata de uma proposta de resolução conjunta ao ICMBio, IEF, Prefeitura de Santana do Riacho e Conceição do Mato Dentro. Nessa proposta inicial, objetiva-se regular e acompanhar a travessia enquanto atividade turística, uma vez que a rota turística está integralmente localizada nessas UCs.

A princípio, no que diz respeito à permissão de entrada, ou de percorrer a trilha, a proposta de resolução consideraria a necessidade de realizar um cadastro prévio por via eletrônica para conceder a autorização. Isso incluiria pessoas e grupos que se apropriam da trilha para o lazer, assim como empresas que operam a caminhada para fins comerciais. Os guias, condutores e empresas cadastradas poderiam ser indicadas através de consultas às Prefeituras municipais. No que tange aos moradores tradicionais da região que utilizam a trilha para deslocamento, campeio e tropeirismo, estariam isentos da autorização, embora seria preciso realizar um cadastro que poderia vir a ser atualizado a cada dois anos.

Tenho plena consciência de que a necessidade de cadastros e autorizações para a reprodução do turismo na travessia se fazem em decorrência de uma necessidade de controlar o uso da trilha, principalmente para que não haja situações insustentáveis em função de alta temporada e feriados (principalmente carnaval). Em relação a isso, dois pontos merecem destaque: (i) como seria feita essa fiscalização de entrada e saída? Em que momento seria cobrado a permissão ou seria feito o controle? É uma questão delicada, visto a diversidade de caminhos passíveis a serem adotados e uma vasta área no qual turistas podem vir a acampar de forma irregular, embora tenha-se pensado em cobrar as autorizações no povoado da Lapinha da Serra, na divisa entre a APA Morro da Pedreira e o PESI/PNMT e, por fim, na sede do PNMT; (ii) a autorização cedida a empresas de fora e sua possível indicação junto às Prefeituras poderia vir a prejudicar guias locais, os quais conhecem a região como nenhum forasteiro dificilmente virá a conhecer. Acredito que é necessário priorizar a reprodução da travessia em seus fins turísticos por meio de guias locais, tornando uma experiência mais sincera e menos superficial para aqueles que não estão acostumados a esse tipo de atividade.

Faz-se indispensável um parêntese ao tratar de empresas e operadores da trilha. A travessia tem sido muito bem divulgada nas mídias sociais e por empresas de turismo, principalmente para grupos de fora do estado de Minas Gerais. Cobra-se um preço que não condiz com o que é oferecido, sendo os pacotes elaborados de modo que desconsideram as formas como Lapinha-Tabuleiro operam e usam os pontos de apoio ao longo da trilha como meio de reverter lucro para a própria empresa organizadora. Uma lógica perversa que apenas utiliza da trilha para fins econômicos, visando o lucro em cima do próprio turista e que, no final, pouco é revertido para os moradores locais.

Em decorrência de limitações e dificuldades quanto a essa proposta, chegou-se a idealizar um Acordo de Boas Práticas na Travessia Lapinha-Tabuleiro, o qual serviria como uma espécie de boas-vindas e um guia para os caminhantes. Trata-se de uma forma de induzir, por meio de folders, a conscientização em relação a trilha e todo o seu universo. Essa ideia demonstrou-se necessária e imprescindível em decorrência do aumento brusco de turistas em feriados, principalmente no carnaval. Essa iniciativa evidencia uma clara preocupação por parte do IEF com a manutenção do trajeto e toda a riqueza e diversidade socioambiental que a região abraça.

O Acordo proposto enfatiza algumas restrições ao longo da trilha que se revelam essenciais para uma boa manutenção da região, principalmente no que diz respeito a pernoite fora dos pontos de apoio, fogueiras no percurso, práticas de churrasco, uso de aparelhos sonoros, uso de qualquer veículo motorizado e o tráfego de animais domésticos. Permite-se a utilização de equinos pelos moradores locais, já que fazem parte da logística de condução pelos residentes da região.

Acredito que a discussão que está em andamento na Câmara Técnica do Conselho Consultivo é realmente necessária e representa mais um impulso para assegurar a conservação e reprodução da travessia Lapinha-Tabuleiro. É notável a existência no Brasil de outras Unidades de Conservação que, diante das trilhas e travessias, estabeleceram um regulamento para a utilização das mesmas, como é o caso do Parque Nacional do Caparaó (Minas Gerais/Espírito Santo) e a ascensão ao Pico da Bandeira, bem como a travessia Alto Caparaó-Pedra Menina; o Parque Nacional de Itatiaia (Rio de Janeiro) e a subida ao Pico das Agulhas Negras, incluindo também o seu complexo de travessias no interior da UC; o Parque Nacional da Serra dos Órgãos (Rio de Janeiro) e a famigerada travessia Petrópolis-Teresópolis.

Existe a possibilidade desse Acordo de Boas Práticas entrar em vigor já em 2017, após todas as discussões e adaptações que se fazem necessárias. Além disso, há um movimento local que também busca pleitear a travessia enquanto Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, a qual constitui-se como categoria que visa resguardar expressões culturais e tradições que um grupo de indivíduos preservam em respeito à sua ancestralidade. Em relação a esse processo de patrimonialização, não restam dúvidas da riqueza histórica e cultural que a caminhada internaliza, o que inevitavelmente abre espaço para questionar

como funcionaria o andamento desse procedimento e de que forma impactaria na logística de reprodução da Lapinha-Tabuleiro.

Caminhos para a manutenção da travessia existem, ainda que sua apropriação como atividade turística possa ser considerada uma faca de dois gumes. Por um lado, temos turistas que simplesmente despendem tempo e dinheiro para se deslocarem a um local, sem alterarem absolutamente nada em seu *modus vivendi*, reproduzindo o que Gontijo e Rego (2001) chamaram de turismo de sobreposição. Por outro lado, temos turistas que se deixam levar pela vivência e imergem no espaço, em direção a um processo de descoberta turística, em seu nexos pessoalizante. No caso da travessia Lapinha-Tabuleiro é possível identificar ainda o sujeito que já não se considera mais turista, aquele não está na caminhada como turista, mas sim como caminhante no sentido filosófico do termo, bem como Gros (2010) propõe. O autor preconiza categoricamente que uma caminhada e o próprio ato de caminhar não é exercido por um turista e sim por um caminhante.

É inevitável que para tornar possível a conservação da travessia Lapinha-Tabuleiro, não apenas no sentido da caminhada em si, mas em todo o seu contexto que envolve a sociobiodiversidade local, haja uma profunda mudança de postura ética enquanto seres humanos. O próprio processo de imersão no espaço é uma forma de deflagrar essa transformação, de reconduzir um turismo de sobreposição em direção a um turismo pessoalizante. Fazer com que turistas se vejam enquanto caminhantes em uma trilha, a qual possibilita o encontro com o próprio íntimo, configurando-se em uma porta de entrada para uma nova forma de se relacionar com o espaço. Esse movimento promove a construção de lugares e, sobretudo, oportuniza a mobilização daqueles que se identificam em prol da região, já que, segundo Serpa (2012) a identidade e os lugares se fazem reflexo e condição para a reprodução de relações sociais, políticas, culturais e econômicas nas mais diversas escalas de análise.

Ora, um turista que vá ao encontro do íntimo é um caminhante em sua busca interior, independente se está ou não percorrendo uma trilha. Um turismo pessoalizante não necessariamente envolve caminhar, embora seja necessário atravessar: promover mudanças de atitudes e concepções. A própria Fitogeografia, por meio do trabalho de campo na Lapinha-Tabuleiro, pode ser apontada como uma faísca desse movimento que incendeia sujeitos em suas buscas pessoais e faz arder da forma mais intensa as

motivações e aspirações subjetivas de cada um, transformando alunos em caminhantes, os quais levam e reproduzem os princípios assimilados para fora da academia. Tudo isso também não poderia ser considerado um passo em direção à ecologia profunda?

Diante dessas ideias, me questiono o que leva a um sujeito se fechar para toda a atmosfera imersiva da travessia Lapinha-Tabuleiro, enquanto outros se abrem de maneira tão autêntica e espontânea. Existem aqueles que se perdem na própria vaidade e fecham o corpo para o entorno, em contrapartida aos que se abrem e expõem o corpo como passagem – ou mediador – entre o espaço e a mente, entre o lugar e a alma. No ato de atravessar, por fim, é o caminhante que se dobra perante o caminho:

O front quartzítico alborota-se violentamente de encontro à nossa trilha. Sob o sol e o cansaço podem parecer estacas aquelas linhas rochosas todas empilhadas. Sob os sorrisos de boa vontade são delicados degraus, planejados pela paciência dos milênios. Qualquer que seja a perspectiva, a vertente de detalhes mínimos – ou o colossalmente simples paredão de pedra – precisa ser vencida. Reside nos detalhes, contudo, a natureza apaixonante desta caminhada. Mesmo quando os contrafortes do Espinhaço parecem ditar a ordem “dobre-se”, é com paixão que quem atreve a se aventurar no corte desta cadeia deve se dobrar. Tudo deve ser dobrado, ali, entre o céu e a serra. A travessia é caminho para quem se dobra. Para quem é fluido. Tudo que é rijo, pois, quebra-se (Anotações de campo, I.A.C.F., 2013).

E para aqueles que se quebram, há sempre uma travessia que leva à reconstrução do ser.

IV

NO HORIZONTE PRÓXIMO

Quem nunca lançou o olhar ao horizonte em uma caminhada? Observar mesmo que de longe para onde a trilha leva. E quando as bifurcações aparecem? Como lidar com as dúvidas e a indecisão? Fato é que todo caminho leva a algum lugar, sempre há um destino e, ainda que se caminhe sem direção, buscamos algo em nosso íntimo.

É bem possível que a caminhada seja uma das alegorias mais antigas, a qual coloca o caminho como as possibilidades que a vida oferece. Muitos assimilam o próprio ato de caminhar à forma que o sujeito vive. Os ansiosos e apressados sempre caminhando a passos largos, como se fossem perder a hora. Os tranquilos e observadores nunca medindo a distância entre cada passada, as vezes se esquecendo da hora. Talvez seja nesse sentido que tantas pessoas se apropriam e identificam a caminhada como uma forma de representar a trajetória de vida, já que os limites superados diante das dificuldades podem muito bem ser retratados pelos percalços de um trajeto. Afinal, o mesmo sentimento que nos acomete ao estar indeciso entre dois caminhos em uma trilha é tão angustiante quanto o sentimento de tomada de decisão para questões do cotidiano.

Podemos dizer que até mesmo o processo de construção dessa dissertação foi uma longa caminhada, mas ainda não chegamos literalmente ao fim. Estamos naqueles momentos em que se faz preciso, primeiro, olhar para trás e ver tudo por onde já caminhamos e, logo em seguida, lançar o olhar a frente para o horizonte e ver tudo aquilo que nos aguarda, incluindo nossas possibilidades de caminhos.

Salta os olhos como a caminhada, algumas vezes banalizada, pode e deve ser considerada uma forma de experiência geográfica. A viagem em si, para Amorim Filho (2008), é entendida como fundamental na construção do saber geográfico, e o caminho, para Fernandez e Chaveiro (2010) é a expressão da inquietação e dos múltiplos sentires humanos. Falamos de um fazer geográfico tal qual Dardel (2011) apresenta, revelando que a vontade de conhecer o mundo, cruzar os mares e desbravar o desconhecido representa a inquietude que precede e sustenta a ciência objetiva – se e quando ela for de fato objetiva.

É bem possível que seja por meio da experiência geográfica, alimentada por um espírito geográfico, que se constrói um geógrafo. Não falamos de um geógrafo formado em salas de aula, mas sim daquele que de peito aberto acabou por se tornar um, abraçando a inquietação e a curiosidade que os colocam em uma eterna condição de aluno:

Hoje entendo bem meu pai. Um homem precisa viajar. Por sua conta, não por meio de histórias, imagens, livros ou TV. Precisa viajar por si, com seus olhos e pés, para entender o que é seu. Para um dia plantar as suas próprias árvores e dar-lhes valor. Conhecer o frio para desfrutar do calor. E o oposto. Sentir a distância e o desabrigo para estar bem sob o próprio teto. Um homem precisa viajar para lugares que não conhece para quebrar essa arrogância que nos faz ver o mundo como o imaginamos, e não simplesmente como é ou pode ser; que nos faz professores e doutores do que não vimos, quando deveríamos ser alunos, e simplesmente ir ver (KLINK, 2000, p. 35).

A Fitogeografia e a travessia Lapinha-Tabuleiro como trabalho de campo tem demonstrado reflexos dessa necessidade humana de explorar e conhecer, evidenciando que a condução da disciplina junto a caminhada pode ser uma forma de impulsionar o espírito geográfico que, em alguns casos, se encontrava adormecido. Talvez seja esse o motivo que garanta as salas lotadas há 15 anos, mesmo se tratando de uma disciplina optativa, já que poucas são as oportunidades dentro da universidade que estimulam a busca pelo conhecimento com tanta liberdade, incluindo a dinâmica adotada em campo. Instiga-se os alunos a procurarem por aquilo que os cativam, ou seja, uma aposta incisiva na subjetividade de cada aluno dentro de um grupo marcado por diversas trajetórias, tanto pessoal quanto acadêmica.

Dessa maneira, temos a Fitogeografia como uma forma de acessar o universo da travessia Lapinha-Tabuleiro, além de representar uma ponte pela qual foi possível adentrar nos relatos, emoções, percepções, vivências e experiências advindas do ato de caminhar durante o trajeto, bem como buscar compreender de que maneira as relações estabelecidas na trilha ecoaram no íntimo dos alunos enquanto caminhantes. Ao entrarmos em contato com os relatórios de campo e com os próprios ex-alunos, novos universos iam se abrindo, como se a travessia fosse um palco em que inúmeros espetáculos se apresentavam paralelamente. Cada um demonstrou sentir a caminhada de uma forma distinta, embora alguns sentimentos sejam semelhantes mesmo que descritos de diferentes maneiras no papel. Alguns conseguem transferir aquilo que sentem com tamanha beleza, enquanto outros conseguem ser analíticos e objetivos de uma forma igualmente impressionante.

À vista disso, acreditamos ser possível considerar para alguns a travessia Lapinha-Tabuleiro um lugar no sentido proposto por Tuan (1980), sendo ele construído lentamente no imaginário dos alunos. Esse processo tem seu início a partir do momento em que o sujeito entra em contato com os diversos e extraordinários relatos que reverberam dentro e fora do campus da UFMG. Nesse caso, se a curiosidade que se eleva é suficiente para induzir o aluno a se matricular, é exatamente aí que temos o início, mesmo que uma faísca, da construção do lugar. Para outros, a região entre Lapinha e Tabuleiro poderia representar um mosaico de lugares que se conectam e caracterizam o que se entende pela travessia.

É inegável a afeição que se desenvolve junto à significação do espaço na travessia, a febre do regresso atinge quase todos que se arriscam a ir. O trabalho de campo por si só já se configura em uma forma de criar um vínculo entre a universidade e a população local, impulsionando um tipo de turismo não usual, um turismo pessoalizante que se dista das tipologias usualmente empregadas cujo conceito se demonstra belo, mas indubitavelmente vazio por detrás da teoria. É o caso daqueles que se auto rotulam ecoturistas:

O turista que se quer “eco”, está longe de integrar-se plenamente com a natureza, longe também de integrar-se com as comunidades locais. Ele não sacraliza a terra da maneira como os índios o fazem. Muito pelo contrário, ele é fruto e parte de uma sociedade, dita moderna, que trabalhou sempre no sentido de profanar o altar sagrado da natureza, adotando um modelo de desenvolvimento predador dos recursos naturais do globo. Não carregamos a natureza dentro de nós, não somos natureza, por isso nossa dificuldade em recepcioná-la. Não queremos abrir mão de nossos confortos, não queremos nos afastar dos mitos da sociedade moderna – do mito do possibilismo tecnológico, do mito do possibilismo monetário, do mito recente da globalização. Esquecemos muito rapidamente de nosso passado e não temos qualquer respeito por nossos antepassados. Se seguirmos, enquanto turistas, o exemplo dos índios que vieram à Serra para reverenciá-la e não destrinchá-la (em qualquer um dos sentidos possíveis deste ato), talvez encontremos algum caminho de saída. (GONTIJO, 2003, p. 183).

A realidade é que há muito o que ser feito e a maior dificuldade é imaginar uma mudança de paradigma em uma sociedade que engessou na lógica perversa do capital. Ainda que seja difícil pensar em caminhos para a conservação diante de toda a realidade em que estamos inseridos, identificar certas qualidades positivas que nos tornam seres humanos pode ser uma forma de encarar a situação. Como pessoas, nos afeiçãoamos e nos

apaixonamos por determinados lugares e a travessia Lapinha-Tabuleiro é apenas um dos milhares que estão espalhados pelo planeta. Ao pensarmos nos resultados e nas proporções tomadas pela Fitogeografia e o respectivo trabalho de campo que vem sendo realizado nos últimos 15 anos, uma fagulha se acende. Se uma iniciativa como essa – a princípio pequena e que veio crescendo ao longo do tempo – se faz capaz de transformar pessoas de uma maneira tão intensa e ainda corroborar para a conservação e valorização das comunidades locais, por que não tentar enxergar saídas no horizonte?

Propostas de regulação da caminhada estão sendo discutidas, assim como tentativas de mobilizar a população em prol de anunciar a travessia enquanto Patrimônio Imaterial da Humanidade. Além disso, nossa investigação se ateve apenas ao universo da Fitogeografia e sua interface com a Lapinha-Tabuleiro, mas nossos resultados mostram a necessidade de se prosseguir com a pesquisa. Se aqui nos aprofundamos pela imersão no espaço do ponto de vista dos alunos, o que teríamos se penetrarmos no universo de caminhantes espontâneos da travessia?

A comunhão entre Lapinha e Tabuleiro trouxe uma espécie de entidade – travessia. E que a travessia seja o caminho dos aflitos que buscam por um mistério ainda indecifrável, propagando uma busca incessante pela alma do lugar, se fazendo a infusão do corpo no espaço, possibilitando o sentir da vida que brota e emana entre os vários caminhos do Espinhaço.

Em tempo, tem-se no Brasil a reprodução de uma cultura de trilhas e travessias, principalmente associada à Serra do Espinhaço em decorrência de toda sua riqueza ambiental e sociocultural, o que se faz necessário salientar que tal fenômeno não é muito explorado no meio acadêmico, menos ainda na esfera política. Em outros países, trilhas e travessias de longa duração são utilizadas como forma de conectar pessoas e promover a conservação socioambiental. No Caminho de Santiago de Compostela são percorridos cerca de 800 quilômetros entre diversos países da Europa em uma peregrinação em direção à Espanha. No Nepal, a caminhada até o Campo Base do *Everest* pode variar entre 15 dias a um mês. A *Pacific Crest Trail*, nos Estados Unidos, se estende por cerca de 4.300 quilômetros, ligando o país de norte a sul. Já no Brasil não se observa trilhas com essa magnitude de extensão, apesar de nosso território ser propício à reprodução dessa

atividade que muito possivelmente integraria populações e inúmeras manifestações culturais.

Quando se trata de trilhas, muitos associam a impactos ambientais e formas de quantificá-los. Chama a atenção o estado de degradação, a presença de resíduos sólidos decorrentes da má conduta de trilheiros, pichações em alguns casos, focos de queimadas, dentre muitos outros aspectos. Dificilmente pesquisadores se colocam na trilha na condição de caminhante, é mais fácil diagnosticar impactos por meio de metodologias e indicadores do que se inserir no contexto de vida local e buscar potencializar aquilo que a região tem de único. Aplicar um modelo de avaliação de impactos ambientais não demanda tanto tempo e esforço quanto imergir na lógica de um lugar, na busca por compreender suas relações estabelecidas no tempo e espaço. Os impactos decorrentes da utilização de trilhas são visíveis, mas as transformações humanas advindas das experiências e vivências em um trajeto são, por vezes, imperceptíveis ao olhar da superfície. Alguns preferem o caminho mais fácil.

A Serra do Espinhaço em toda a sua proeminência ambiental, cultural e histórica revela um gigantesco potencial em atrair caminhantes. Ora, no meio de tanta diversidade, porque não pensar em uma grande trilha no sentido N-S que abarque, a princípio, parte do Espinhaço Meridional? Nos termos de trilhas de longa duração que inclua o envolvimento de populações locais? Talvez de Lapinha à Diamantina? Mesmo que assumindo um caráter embrionário, certamente há caminhantes que já concretizaram esse possível trajeto. Alguns mais corajosos partiram de Ouro Preto à Diamantina¹⁶, reproduzindo grandes feitos dos exímios caminhantes do passado, revivendo importantes rotas percorridas por grupos indígenas, por bandeirantes, naturalistas e tropeiros. São iniciativas isoladas, uma forma de buscar integrar toda uma região por meio de uma atividade que cada vez mais se difunde no território brasileiro.

Nesse sentido, é notório a necessidade de se continuar avançando nas discussões que permeiam a imersão em trilhas e travessias, aproximando os interesses ligados à

¹⁶ Faz-se preciso abrir um parêntese quanto a iniciativa do projeto “Montanhas do Espinhaço”, cujo missão se visa trabalhar para que a Serra do Espinhaço seja reconhecida em um cenário global, que os ambientes de montanha sejam valorizados e respeitados e, que a cultura de vida ao ar livre, seja incorporada no dia a dia das pessoas, sendo possível pensar em uma Grande Trilha do Espinhaço. Tal projeto encontra-se atualmente paralisado. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/montanhasdoespinhaco/>>

conservação ambiental e valorização de comunidades locais, temáticas essas que se fazem intrínsecas à ciência geográfica e, sobretudo, relevantes perante a sociedade. E o que há no horizonte diante de tudo isso? Novos caminhos que certamente serão revelados. Possibilidades de trajetos para aqueles que se lançam e que se arriscam ao enveredar no desconhecido. Lembrando que a curiosidade e a determinação também é algo que nos tornam humanos. Mais ainda por sentirmos o espaço em todas as suas formas. Isso nos permite defender a ideia de uma caminhada mais sensível, de uma caminhada menos mecânica. Um andar de corpo aberto.

EPÍLOGO

Segunda-feira, 05 de outubro de 2015.

Segurando o copo de café, dei mais um gole. O gosto do cravo, emblemático naquele lugar que inúmeras vezes já havia me acolhido, marca novamente minha garganta e esquentava o corpo após um longo dia de caminhada. Estiquei minhas pernas e fechei meus olhos, os músculos se relaxaram. Escutei o barulho da lenha estalando no fogão. De onde estava, observei dona Maria preparar a janta na cozinha ao lado. “Tá quase pronto”, diz ela se virando e sentando na beirada do antigo fogão que se estende por toda a lateral do pequeno cômodo. Com um tom sereno, me alertou sobre o frio que recairia mais tarde, uma vez que naquele dia o céu havia anoitecido alaranjado no horizonte. Segundo ela, era um sinal de que eu deveria me preparar.

Estávamos sozinhos naquele dia. Seu Zé d’Olinta, marido de D. Maria há mais de 50 anos, se encontrava em Tabuleiro resolvendo algumas pendências e só voltaria na outra semana. Enquanto dona Maria preparava as panelas para servir a comida, me contava alguns dos mais diversos casos da experiência vivida pelo casal que reside há tantas décadas no alto da Serra da Calçada. Eles haviam conhecido todo tipo de gente, pessoas de todos os lugares desse Brasil, até gringo vindo “do outro lado do mar” já havia sentado na bancada em que eu estava. É impressionante como a pequena casa do alto da serra, em toda a sua simplicidade, cria uma atmosfera viva e repleta de memória.

Entregando um prato transparente e me convidando para servir, D. Maria alerta timidamente: “ó, gente veia não sabe cozinhar pra menino novo igual ocê não”. Transbordando humildade, a senhora de cabelos grisalhos senta novamente à beira do fogão e, com um olhar preocupado, adverte que eu poderia pedir qualquer outra coisa que estivesse ao alcance dela, avisando que a farofa colocaria na mesa e a pimenta – caso fosse do meu gosto – ela buscaria na sua pequena dispensa. Antes de me servir, colocou gentilmente a mão sobre o ombro dela e, a cada elogio apresentado sobre toda sua receptividade e seus dotes culinários, a senhora abaixava e balançava a cabeça, sorrindo timidamente enquanto custava a aceitar o que eu lhe dizia. “Ah, a gente tenta agradar, mas as vezes a mão fica veia igual a gente e esquece como faz as coisa né”. Olho para o

fogão a lenha e reparo a fuligem na parede, se essas marcas falassem seria a prova viva de que D. Maria nunca perdeu o talento naquela cozinha.

Me sirvo do banquete preparado por ela: arroz, feijão, farofa, salada de cenoura, alface e tomate, carne de panela e batata cozida. Uma combinação simples, mas que se revela perfeita em qualquer ocasião. O sabor é inconfundível, único. As garfadas são alternadas com goles no característico suco de limão, colhido e preparado ali mesmo. Aquele era sempre um dos momentos mais esperados por mim ao longo da caminhada, vinha da Lapinha já imaginando o que me aguardaria na janta. Em meio ao ritual, garfo em uma mão e um pedaço de carne na outra, a prosa com dona Maria seguia. Ela falava sobre como os turistas tem se alimentado mal ultimamente, cozinhando uma espécie de macarrão pronto, sem gosto. Segundo ela, isso não era comida, já que comida deveria ter sabor e ser prazeroso. Enquanto debatíamos sobre o fato, eu me servia de uma singela colher de pimenta curtida na cachaça, essa saborosa e totalmente prazerosa. A pimenta era presente de um vizinho, também morador da região.

Prato vazio, levo-o para a pia e começo a lavar a louça que ali se acumulava. Dona Maria tenta impedir, argumentando que a minha caminhada do dia teria sido muito longa para eu me preocupar com uma bobagem como aquela. Já era tarde e eu não deixaria mais uma tarefa a cargo dela. Depois de um delicioso jantar preparado com tanto carinho, era o mínimo que eu poderia fazer para retribuir o contínuo esforço em me agradar. Ao passo que a água gelada escorria entre minhas mãos, enxaguando os últimos utensílios, dona Maria terminava de organizar sua cozinha, colocando cada coisa em seu devido lugar. Em um ritmo tranquilo, ela fechava as janelas da casa. O vento que gradativamente aumentava sua força, assobiava no lado de fora e confirmava a previsão anunciada mais cedo pela dona da casa. “Cê vai passar frio mesmo, trouxe coberta pra cá? ”. Já havia passado por noites intensamente gélidas naquele lugar, entendia a preocupação de dona Maria e tranquilizei-a ao dizer-lhe que estaria bem abrigado. Contento, ela me avisa que o café estaria pronto assim que eu acordasse no dia seguinte, sua rotina sempre começava bem cedo, então tudo estaria preparado logo no primeiro sinal de claridade.

Dirijo-me a porta desejando a dona Maria um bom descanso. Ao sair da casa, a baixa temperatura já podia ser sentida na pele. Logo a frente, deitado no gramado estava meu companheiro de trilha, um vira-lata caramelo de médio porte que me seguiu da Lapinha

até o alto da serra, caminhando de forma que parecia mais me escoltar por entre as nuances do percurso. Ele se levanta e, de orelhas abaixadas, me acompanha na descida para a área de camping. Minha barraca estava montada em um pequeno platô localizado a cerca de 150 metros abaixo da casa de dona Maria e seu Zé d’Olinta, acessível após uma rápida passada de pernas em um terreno irregular. Concluo o percurso atravessando um pequeno córrego que abre a passagem para a clareira. Auxiliado por uma lanterna, avisto a única barraca levantada naquele espaço. Não havia sinal de turista algum nessa primeira segunda-feira de outubro, embora dona Maria tenha comentado que há dois dias que antecedia a minha chegada, um grupo de quase 15 pessoas levantava acampamento seguindo rumo ao Tabuleiro. Diferentemente desse grupo, não era minha intenção chegar ao distrito, mas sim retornar à Lapinha concretizando minha travessia pelo mesmo caminho que trilhei de lá até o alto da serra.

Ofegante em função do frio, chego até o meu refúgio. Antes de entrar, uma última olhada na lua, que bem distante minguava no céu. O vira-lata se deita estrategicamente ao lado da barraca, protegendo-se do vento que cortava meu abrigo. Entro e termino de organizar minha cargueira, adiantando os preparativos para o meu regresso no dia seguinte. No momento em que já me encontrava dentro do saco de dormir, pronto para me desligar do mundo, começo a sentir um tremor vindo do lado de fora. Não era o vento que estava balançando a barraca, mas sim os espasmos de frio que o cachorro sentia. Antes que desse tempo de mudar de ideia, abro a barraca para que o cão – também cansado depois de uma longa caminhada – pudesse passar a noite aquecido. O vira-lata entra rapidamente e se deita bem no canto da barraca, imóvel e sem emitir qualquer ruído que não a sua própria respiração.

Silêncio. Silêncio?

Fecho os olhos.

Terça-feira, 06 de outubro de 2015.

O dia amanhece sem luz. Abro lentamente a entrada da barraca, uma névoa intensa havia se instalado ali, a qual não parecia dar indícios de se dissipar tão cedo e impedia toda

possibilidade de enxergar qualquer coisa a um palmo de distância. Permaneço no abrigo por mais alguns bons minutos e o cachorro, ainda deitado na mesma posição do dia anterior, aguarda pacientemente vigiando meus movimentos, lançando-me um olhar que parecia tentar me lembrar que já era hora de voltar.

O teto da barraca estava ensopado e o vento já não cortava com tanta força. Começo a levantar acampamento guardando todos os equipamentos. O cachorro, agora já deitado na grama, se espreguiça. Vendo o movimento, acabo imitando-o por reflexo. Relaxado, dobro o abrigo e aloco na bolsa todas as peças constituintes da barraca. Tento avistar sem sucesso a casa de dona Maria no alto do morro, a neblina bloqueava qualquer tentativa de identificar a referida habitação na paisagem. Prendo a barraca e o saco de dormir na cargueira, a qual já coloco nas costas e dou início ao trajeto percorrido ao final da noite anterior.

A subida é feita com facilidade, acompanhado do vira-lata que agora caminhava alguns poucos passos à frente. Ao chegar na casa de dona Maria, deixo minha mochila encostada em uma cerca no lado de fora. Encontro a porta aberta e anuncio minha chegada batendo com o punho fechado na madeira. “Entra, café tá quentinho! ”. Com um sorriso, ela foi logo colocando o pão sovado e a manteiga na mesa, voltando rapidamente à cozinha para buscar o queijo. Enquanto eu colocava o café no copo, conversávamos sobre como tinha sido a noite, perguntando-me se eu havia passado frio. No momento em que eu levava o copo à boca, soprava o café e bicava-o lentamente, saboreando-o junto aos pedaços de queijo já cortados no prato. “Pode comer à vontade, se acabar alguma coisa cê fala que eu pego mais lá dentro. Tem que tá de barriga cheia pra caminhar”. Preocupada em me ver satisfeito, dona Maria me servia mais café e indagava se eu precisava de algo mais. Um acolhimento singular, que dificilmente se encontra em qualquer lugar.

Satisfeito, encho o cantil na torneira e começo a me preparar para a longa caminhada até Lapinha. “Cê toma cuidado com essa neblina pra num ficar perdido por aí”. Troco minhas últimas palavras com dona Maria, agradecendo-lhe e retribuindo-lhe por toda a boa vontade e hospitalidade. Ela me acompanha até a porta e lá nos despedimos mais uma vez. Caminho até a sua porteira, viro-me e aceno, um até logo. O vira-lata já aguardava impaciente em sua sede por trilhar o rumo de casa. A cargueira que jazia encostada na

cerca é colocada nas costas, atravesso a primeira porteira e dali começo a trabalhar as pernas.

A casa no alto da serra vai ficando para trás, se perdendo entre a neblina que o vento começava a dissipar. Na medida em que eu me afasto, a ilusão do silêncio começa a transbordar. Nenhuma voz. Silêncio? Não! Não se cala o mundo, não se cala a terra. O vento cantando diferentes melodias e os pássaros – que conheciam o tom – acompanhando as canções, enquanto os galhos e as folhas dançavam no ritmo ditado pela brisa. O viralata, parado metros à frente, observava toda a atmosfera com um olhar atento, como se buscasse encontrar um maestro responsável por aquela orquestra que aos poucos se desabrochava.

Me questiono se o caminho da ida seria o caminho da volta. Talvez. E se experimentasse novos rumos? Se perder? Dizem que para se achar é necessário se perder, então que seja feito dessa forma. Explorando o conhecido e se lançando ao desconhecido, que no passo após passo o extraordinário acontece: o corpo entra movimento, a mente flutua pelas dimensões do espaço, o coração se aquece e a alma engrandece.

Travessia que renova, travessia que transforma.

Que se faça travessia!

E o mistério?

Esse permanece entre as serras, velado na paisagem...

Procure!

BIBLIOGRAFIA

ALGATÃO, Filipe Cordeiro de Souza. O tropeiro como propagador cultural e mola mestra da cultura cafeeira no século XIX. *Revista Histórica*. N° 41, 2010. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao41/materia06/>> Acesso em: 08/03/2016.

AMORIM FILHO, O. B. A pluralidade da Geografia e a necessidade das abordagens culturais. *Caderno de Geografia (PUCMG)*, v. 16, p. 35-58, 2006.

AMORIM FILHO, O. B. Literatura de explorações e aventuras: as "viagens extraordinárias" de Júlio Verne. *Sociedade & Natureza (UFU. Impresso)*, v. 20, p. 107-119, 2008.

ARANTES, H.; MUSSE, C. A construção da identidade mineira: uma análise da cobertura do aniversário de Belo Horizonte através do jornal Estado de Minas. XXXV Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação. P. 1-15. Fortaleza, 2012.

BALDISSERA, A. Projeto de Pesquisa: indicações para a sua elaboração. *Sociedade em Debate, Pelotas*, 4(3): 101-108. Novembro, 1998.

BARRETTO, Margarita. Manual de iniciação ao estudo do turismo. Papyrus Editora, 2006.

BOULLÓN, R. Planejamento do espaço turístico. Bauru: Editora Edusc, 2002.

BRAGA, Solano. A região da Serra do Cipó: Complexidade, tempo e turismo. 196 f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. UFMG. Belo Horizonte, 2011.

BRASIL, Ministério de Ciência e Tecnologia. Diretrizes para uma Política Nacional do Ecoturismo. Brasília: Ministério da Ind. Com. e Turismo – MICT; Ministério do Meio Ambiente, 1994.

BRITO, Fausto; SOUZA, Joseane de. Expansão urbana nas grandes metrópoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. *São Paulo em Perspectiva*, v. 19, n. 4, p. 48-63, 2005.

BRUHNS, H. T. No ritmo da aventura: explorando sensações e emoções. In: MARINHO, A.; BRUHNS, H. T. (Orgs.). *Turismo, lazer e natureza*. p. 29-52. São Paulo: Editora Manole, 2003.

CAPRA, Fritjof. *O Ponto de Mutação*. São Paulo: Cultrix, 6ª edição, 1982.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. Geografia e turismo: reflexões. *Boletim Gaúcho de Geografia*, v. 20, n. 1. Porto Alegre, 1995.

CEBALLOS-LASCURÁIN, H. O ecoturismo como um fenômeno mundial. In: LINDBERG, K. & HAWKINS, D.E. *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*. São Paulo: Editora SENAC, 1995.

- CHRISTOFOLETTI, A. Modelagem de sistemas ambientais. 236 p. São Paulo: Editora Edgard Blucher Ltda, 1999.
- CLOZIER, René. Histoire de la Géographie. Paris, P.U.F., 128 p., 1972.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. Geografia: conceitos e temas. P. 15-47. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- COSTA, A.; RENDER, F.; FURTADO, J.; SANTOS, M. Cartografia das Minas Gerais: da capitania a província. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- COSTA, Vera Lucia de Menezes. Esportes de aventura e risco na montanha. Editora Manole Ltda, 2000.
- DARDEL, Eric. O Homem e a terra: natureza da realidade geográfica. (Tradução Werther Holzer). 159p. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- DEAN, Warren. A Ferro e Fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- EIGELDINGER, F. S. Introduction critique. In: ROUSSEAU, J. J. Les Rêveries du Promeneur Solitaire. Paris: Champion Classiques, 2010.
- ESCHWEGE W.L. Geognostisches Gemälde von Brasilien und wahrscheinliches Muttergestein der Diamanten. Weimar, Landes Industrie Comptoir, 44p. 1822.
- ESCHWEGE, W.L. von. Beitrage zur gebirgskunde Brasiliens. Berlin. G. Reimer Verlag. 488p. 1832.
- ESCHWEGE, W.L. von. Pluto Brasiliensis. Berlin. G. Reimer Verlag. 622p. 1833.
- FEATHERSTONE, Mike. O flâneur, a cidade e a vida pública virtual. In: ARANTES, Antônio Augusto (org.). O Espaço da diferença. Campinas: Papyrus Editora, 2000.
- FERNANDES, João Candido. Acústica e ruídos. Bauru: Unesp, 2002.
- FERNANDEZ, Pablo Sebastian Moreira; CHAVEIRO, Eguimar Felício. A viagem como experiência Geográfica: As imagens dos migrantes goianienses que vivem em San Francisco–Califórnia–EUA. Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Anais Encontro Nacional de Estudos Populacionais, p.1-12. UNICAMP. Campinas, 2010.
- FERREIRA, Raoni Araújo. A Serra do Cipó e seus Vetores de Penetração Turística – Um olhar sobre as transformações socioambientais. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. UFMG. Belo Horizonte, 2010.
- FERREIRA, Raoni Araújo. Trekking – Da aventura à Possibilidade de desenvolvimento do ECOTURISMO – Um olhar sobre duas travessias na Serra do Cipó. Maio de 2007. 126 f. Monografia (Graduação em Turismo) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, maio de 2007.

- FURTADO, Raquel Alves. A construção e a (tentativa de) desconstrução da Cultura Usiminas: narrativas ao longo de 50 anos. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em Administração). 374 f. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011.
- GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. 42 Ed. 307 p. São Paulo; Paz e Terra, 2002.
- GIULIETTI, A.M., N.L. MENEZES, J.R. PIRANI, M. MEGURO. Flora da Serra do Cipó, Minas Gerais: Caracterização e Lista das Espécies, 9: 1-151, Boletim de Botânica da Universidade de São Paulo, 1987.
- GONTIJO, B. M.. As Portas Abertas da Serra do Cipó. Cadernos Manuelzão, v. 2, p. 11-17, 2007.
- GONTIJO, Bernardo Machado. A ilusão do ecoturismo na Serra do Cipó/MG: O caso de Lapinha. Tese de Doutorado. CDS/UnB, Brasília, 2003.
- GONTIJO, Bernardo Machado. Uma geografia para a Cadeia do Espinhaço. Megadiversidade, v. 4, n. 1-2, p. 7-14, 2008.
- GONTIJO, Bernardo Machado; REGO, Jackson Fernando In: FARIA, Ivana (org.). Por uma atitude turística pessoalizante. Turismo: sustentabilidade e novas territorialidades. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2001.
- GOODWIN, H. In pursuit of ecotourism. Biodiversity & Conservation, 5(3): 277–292, 1996.
- GRECCO, André Pavani. As atividades ecoturísticas e de aventura no contexto paisagístico de São Bento do Sapucaí – SP. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Estadual Paulista. 230 f. Rio Claro - SP, 2006.
- GROS, Frédéric. Caminhar, uma filosofia. São Paulo: É Realizações, 2010.
- GRÜN, Mauro. Ética e educação ambiental: a conexão necessária. São Paulo: Papirus Editora, 1996.
- HELPERICH, Gerard. O cosmos de Humboldt. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2005.
- HOLZER, Werther. Mundo e lugar: ensaio de geografia fenomenológica. In: MARANDOLA JÚNIOR *et al.* (Orgs.). Qual o espaço do lugar?. São Paulo: Editora Perspectiva, 2012.
- IEF. Instituto Estadual de Florestas. Parque Estadual Serra do Intendente. Disponível em: < <http://www.ief.mg.gov.br/areas-protegidas/249> > Acesso em: 16/06/2014.
- KLINK, Amyr. Mar sem fim. p. 35. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- KURY, L. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. História, Ciência, Saúde – Manguinhos, vol. VIII (suplemento), p. 863-880, 2001.

KUTCHENSKI, Maria Lais de Oliveira. Paisagem e ecoturismo: o caso do Distrito de Tabuleiro do Mato Dentro - MG. 2006. 194 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

LAGE, B; MILONE, P. Economia do turismo. São Paulo: Editora Atlas, 2001.

LANGSDORFF, G. H. Caderno nº 9 – folhas 159-183, 28 de setembro a 14 de outubro de 1824. In: SILVA, D. et al. (Orgs). Os diários de Langsdorff. Vol. I. [tradução de Márcia Nascimento Egg et al.]. Editores: Boris Komissarov et al. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff; Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.

LE BRETON, David. Adeus ao corpo. Papirus Editora, 2007.

LEITE, Adriana Filgueira. O lugar: duas acepções geográficas. Anuário do Instituto de Geociências, v. 21, p.09-20. Rio de Janeiro, 1998.

LÉVY, Pierre. A Revolução contemporânea em matéria de comunicação. In: Revista FAMECOS. Porto Alegre: 1998.

LIMA, Ivaldo. Outras geografias: notas para um debate epistemológico. III Encontro de Geografia. Anais do III Encontro de Geografia. Rio de Janeiro, 2010.

LOPES, Cristiana Gomes Ferreira. A dinâmica sócio-espacial do povoado de Lapinha: Uma análise espaço-temporal. 90 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Turismo) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

MARQUES, D. Estrada Real: Patrimônio Cultural de Minas Gerais (?) – Um estudo de Diamantina e Serro. Dissertação de Mestrado Profissional em Turismo. 271p. Universidade de Brasília, 2009.

MARTIN, Joanne. Cultures in organizations: three perspectives. New York: Oxford University Press, 1992.

MARTINS, Marcos. O caminhar como prática artística de intervir no Espaço Urbano. ANPAP: 18º Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas Transversalidades nas Artes Visuais. Salvador, 2009.

MENEZES, N.; GIULIETTI, A.M. Campos rupestres: Paraíso botânico na serra do Cipó. Ciência Hoje 25 (4): 38-44, 1986.

MENEZES, N.L; GIULIETTI, A. M. Campos Rupestres. In: M.P. Mendonça; L.V. Lins (org.). Lista Vermelha das Espécies Ameaçadas de Extinção da Flora de Minas Gerais. Fundação Biodiversitas, Fundação Zoo-Botânica. Belo Horizonte, 2000.

MILLS, Enos. Adventures of a Nature Guide and Essays in Interpretation. Originally published 1920, Revised version- Friendship, WI: The New Past Press, Inc., 1990.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Marcos Conceituais. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf> Acesso em: 08/12/2015.

MORAES, Fernanda Borges de. A rede urbana da Minas coloniais: na urdidura do tempo e do espaço. Tese. 3v. il. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MOREIRA, Ruy. Pensar e ser em geografia. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

MORIN, Edgar. O Método. 1- A Natureza da Natureza. Lisboa: Publicações Europa-América, Lda., 1977.

MOSS, M. C. B. Terras Incógnitas do Turismo – Um olhar exploratório sobre fenômeno urbano, seus desdobramentos e os territórios desconhecidos na Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço: os núcleos urbanos de Lavras Novas, Serra do Cipó e Milho Verde. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura. UFMG: Belo Horizonte, 2014.

MOSS, Marina; ALMEIDA, Thiago. Paisagem e Fotografia documental, uma reflexão sobre o Patrimônio Cultural da Serra do Espinhaço: Projeto Mulheres Sempre Vivas. In: 3º Colóquio Ibero-Americano: Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto. Belo Horizonte, 2014.

MOURA, Antônio Márcio Ferreira. Serra do Cipó – MG: Ecoturismo e impactos socioambientais. 184 f. 200. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2000.

NIEDA, J. R. Algunas minucias sobre los trabajos prácticos en la Enseñanza Secundaria. Alambique: Didáctica de las ciencias experimentales – Los trabajos prácticos, 2, 15-20. 1994.

NOGUEIRA, M. M. Os caminhos do Ouro e o registro da vegetação segundo Naturalistas do Século XIX. In: COSTA, A. G. (org). Os Caminhos do Ouro e a Estrada Real. Belo Horizonte: Editora da UFMG; p. 152-191. Lisboa: Kapa Editorial, 2005.

OLIVEIRA, Heloísa Gama de. Construindo com a paisagem: um projeto para a Serra do Cipó. In: MURTA, S. M. (org.). Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

OLIVEIRA, Jacqueline Dornas; GONTIJO, Bernardo Machado. Ambientalismo e ecoturismo: possibilidades e limitações para um novo encontro com o natural. Revista Geografias, 8:2, p. 92-107, 2012.

PACHECO, Lucimar Lima. A importância dos trabalhos de campo no ensino da Geografia no Ensino Médio. 2008. 72 f. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2008.

PADOAN, Lucas de Lima Fernandes Padoan. Travessia Lapinha-Tabuleiro: Uma imersão humana no espaço e suas potencialidades para a conservação socioambiental. 2014. 70 f. Monografia (Graduação em Ciências Socioambientais) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2008.

PAIXÃO, Jairo Antônio de; MENEZES COSTA, Vera Lucia da. Esporte de aventura e turismo de aventura: aproximações e distanciamentos. 2009. Disponível em:

<<http://www.efdeportes.com/efd139/esporte-de-aventura-e-turismo-de-aventura.htm>>
Acesso em 19/02/2016.

PERON, Marcos Valério. Listagem preliminar da flora fanerogâmica dos campos rupestres do Parque Estadual do Itacolomi—Ouro Preto/Mariana, MG. Rodriguésia, 1989.

RAPINI, Alessandro; RIBEIRO, Patrícia; LAMERT, Sabrina; PIRANI, José. A flora dos campos rupestres da Cadeia do Espinhaço. In: Megadiversidade, v.4, nº1-2. Dezembro, 2008.

RELPH, E. C. 1979. As Bases Fenomenológicas da Geografia. Geografia, 4 (7): 1-25.

RIBEIRO, M. A produção do espaço em Lapinha da Serra. Trabalho de conclusão de Curso (Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007.

RODRIGUES, Gabriela Barros; AMARANTE JUNIOR, O. P. Ecoturismo e conservação ambiental: contextualizações gerais e reflexões sobre a prática. Revista Brasileira de Ecoturismo, v. 2, p. 142-159, 2009.

RODRIGUES, William Costa. Metodologia científica. Paracambi: FAETEC/IST, v. 40, 2007.

ROUSSEAU, Jean-Jacques (1782). Os Devaneios do Caminhante Solitário. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 3ª ed., 1995.

RUSCHMANN, D. M. O planejamento do turismo e a proteção do meio ambiente. São Paulo. Tese de Doutorado – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 1994.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene. Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente. Papirus editora, 1997.

SAADI, Allaoua. "A geomorfologia da Serra do Espinhaço em Minas Gerais e de suas margens." Revista Geonomos V.3, Nº.1, p.41-63, 1995.

SALVADORI, T. T. Temporalidade n'Os Devaneios de Rousseau: uma análise da Primeira Caminhada. VI Encontro de Pesquisa. UNESP. Anais do VI Encontro de Pesquisa na Graduação em Filosofia da UNESP, Vol. 4, nº 1, p. 52-62. 2011.

SALVATI, S. Turismo Responsável como instrumento de desenvolvimento e conservação da natureza. In: BORN, R. (org.) Diálogos entre a esfera global e local: contribuições de organizações não governamentais e movimentos sociais brasileiros para a sustentabilidade, equidade e democracia planetária. São Paulo: Peirópolis, 2002.

SCHELLE, Karl Gottlob (1808). A arte de passear. São Paulo, 1º ed. Editora Martins Fontes, 2001.

SERPA, Angelo. Lugares enunciados, lugares comunicados: processos identitários em Berlim e Salvador. Geograficidade, v. 2, n. 2, p. 40-49, 2012.

SERRES, Michel. Os cinco sentidos: filosofia dos corpos misturados. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SILVA, Clébia Bezerra da. Análise da atividade turística desenvolvida na área de proteção ambiental dos Recifes de Corais RN. (121 p.) Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal do Rio Grande do Norte: Natal, 2009.

SILVA, Edilane; COSTA, Érika; MOURA, Geraldo. Topofobia e Topofilia em “A Terra”, de “Os Sertões”: Uma Análise Ecocrítica do Espaço Sertanejo Euclidiano. Soc. & Nat., Uberlândia, 26 (2): 253-260, mai-ago, 2014.

SILVA, Odar Vieira da; SANTOS, Silvia Gomes dos. Turismo e Meio ambiente: A preservação de patrimônios naturais por meio do ecoturismo. Revista Científica Eletrônica De Turismo. Número 13, p. 1-6, 2010.

SILVEIRA, Álvaro da. Flora e Serras Mineiras. 298 p. Minas Gerais: Bello Horizonte, 1908.

SILVEIRA, J. A. N. Trabalho de campo. Revista Tessituras Geográficas. FACOS/CNECOsório. Vo 1.1- N °1. Dezembro, 2012

SWARBROOKE, J; BEAR, C; LECKIE, S. Turismo de aventura. Conceitos e estudos de caso. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

TRIGO, L. G. G. Turismo básico. São Paulo: Ed. SENAC, 1999.

TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. Editora: Difel, 1983.

TUAN, Yi-Fu. Place: an experiential perspective. Geographical Review, 65 (2): 151-165. 1975.

TUAN, Yi-Fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Difel, 1980.

YÁZIGI, Eduardo. A Alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano em litorais e montanhas. Contexto, 2002.

ZIMMERMANN, Ana Cristina. Atividades de aventura e qualidade de vida. Um estudo sobre a aventura, o esporte e o ambiente na Ilha de Santa Catarina. Lecturas: Educación física y deportes, n. 93, p. 19, 2006.

APÊNDICES

Apêndice A: Pesquisa exploratória

Aplicamos questionários de caráter quantitativo e qualitativo, buscando traçar semelhanças e disparidades entre os perfis dos alunos que já realizaram a travessia por meio da disciplina, sendo possível verificar ainda a relação estabelecida com Lapinha, Tabuleiro e a trilha. Para tanto, adotamos a ferramenta online Google Forms e construímos um questionário contendo 15 perguntas a serem respondidas em rede por ex-alunos da disciplina Fitogeografia. Buscamos enviar o questionário para o maior número de sujeitos identificados através dos diários de classe, via e-mail e redes sociais. Atingimos 81 respostas cadastradas dentre ex-alunos das turmas ofertadas entre 2004/2 e 2015/1.

O questionário identifica o sujeito quanto ao ano/semestre frequentado, curso de origem e explora a relação existente entre o estudante e a travessia, tentando identificar quem conhecia ou já havia realizado a caminhada antes da disciplina, assim como aqueles que já haviam estado na Lapinha ou no Tabuleiro previamente. É disponibilizado um espaço para que seja relatado as experiências ao longo da trilha durante a prática de campo. Além disso, buscamos detectar os estudantes que, após a realização da travessia pela disciplina, retornaram para percorrer o trajeto ou voltaram apenas para visitar o povoado de Lapinha e/ou distrito do Tabuleiro, explorando, sobretudo, as motivações por detrás desses retornos. Por fim, questionou-se também a percepção dos alunos quanto à capacidade da trilha em garantir a conservação socioambiental local. Sendo assim, as respostas foram organizadas em uma planilha e dispostas em gráficos facilitando a leitura e interpretação dos dados.

Ao buscarmos as características desse universo de alunos, nosso primeiro passo foi situar cada questionário respondido na linha do tempo da disciplina Fitogeografia, ou seja, pontuar qual o semestre e ano que a matéria foi cursada pelo sujeito, uma vez que tal informação se faz relevante no sentido de contextualizar as respostas e detalhar o nosso universo amostral.

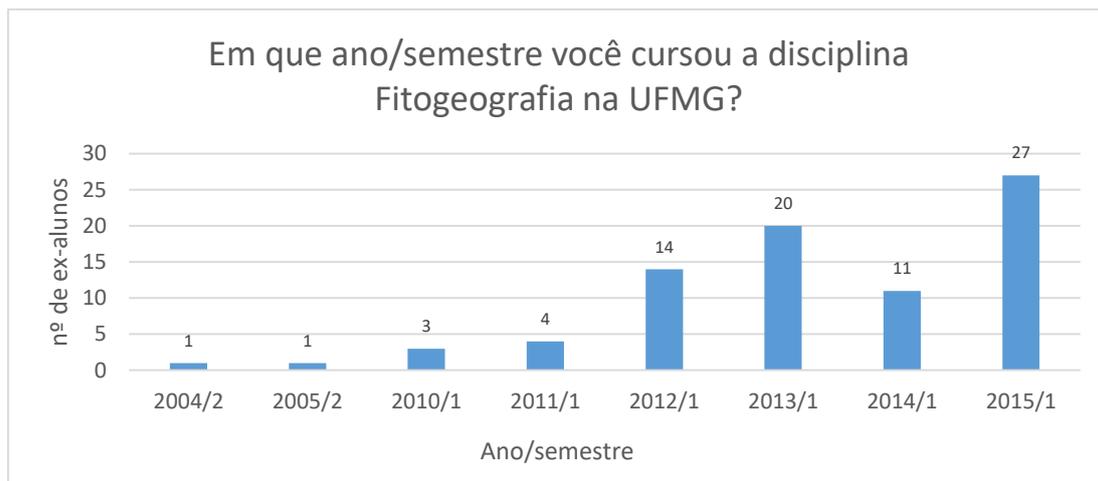


Figura 12. Relação de ex-alunos de Fitogeografia e a turma cursada (ano/semestre)

Nossa amostragem está caracterizada pela concentração de estudantes dos últimos quatro anos de oferta, entre 2012 e 2015, ainda temos identificado alunos pontuais de 2004/2 e 2005/2. Esse resultado justifica-se pela dificuldade de rastrear os ex-alunos mais antigos do Instituto de Geociências, os quais estão em sua maioria já graduados e inseridos no mercado de trabalho. Além disso, nosso universo é caracterizado pela predominância de alunos do curso de Geografia (bacharelado e licenciatura), uma vez que é a graduação na qual a disciplina está vinculada como optativa. Embora as turmas sejam compostas na maior parte por graduandos em Geografia, é cada vez mais frequente a presença de alunos de outros cursos, atribuindo um caráter mais heterogêneo as discussões, dinâmica e atividades em sala de aula.

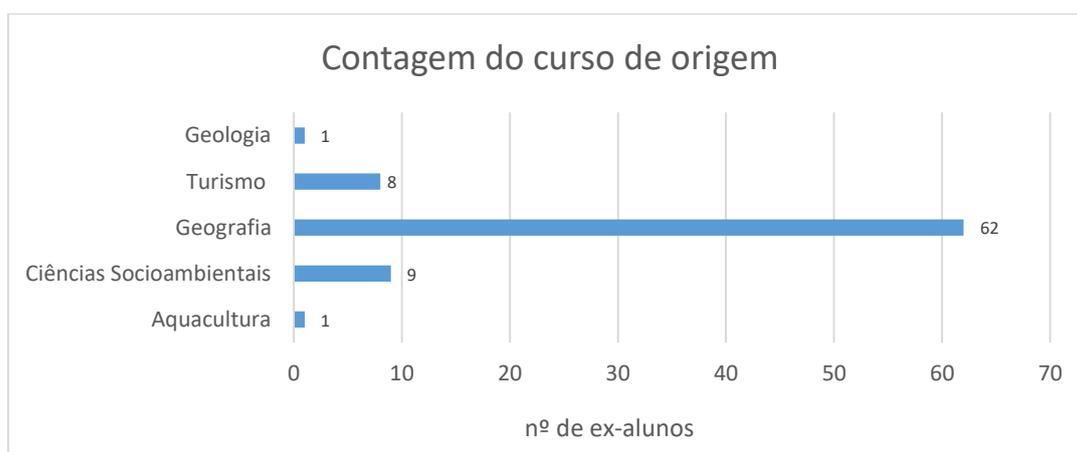


Figura 13. Curso de origem dos ex-alunos de Fitogeografia.

A diversificação de cursos de graduação na composição das turmas influencia diretamente na forma como a disciplina é conduzida no decorrer do semestre,

reverberando na prática de campo, na organização do grupo e sobretudo, na vivência e experiência ao longo da travessia. Cria-se uma dinâmica de cooperação entre os caminhantes, uma vez que permite a troca de conhecimento a partir confluência de diferentes bagagens teóricas e experimentais.

Na sequência, para que possamos entender os efeitos do ecoar da atividade de campo da disciplina é preciso que investiguemos as relações dos alunos com o povoado da Lapinha, distrito do Tabuleiro e com a travessia em si, caracterizando aqueles que já estiveram ou não em tais localidades.

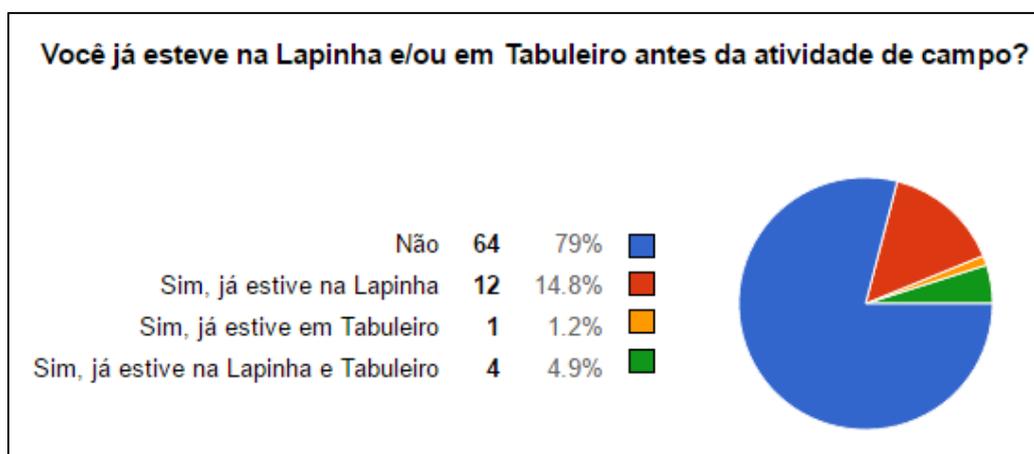


Figura 14. Gráfico representativo dos ex-alunos que já estiveram nos povoados em questão.

É notório que 79% dos ex-alunos nunca haviam estado em Lapinha e nem em Tabuleiro antes da atividade de campo, ou seja, a caminhada tornou-se um modo de apresentar tais localidades aos estudantes. Vemos também que outros 21% já haviam tido algum tipo de contato, sendo que ao desmembrarmos esse dado temos 14,8% que estiveram apenas na Lapinha, enquanto 1,2% estiveram apenas em Tabuleiro e 4,9% visitaram tanto o povoado da Lapinha quanto o distrito do Tabuleiro. Isso nos mostra que, dentre o universo pesquisado, Lapinha da Serra revela-se mais conhecida entre aqueles que já haviam tido alguma experiência anterior ao campo. Dessa maneira, é fundamental que também tomemos conhecimento daqueles que já vivenciaram a travessia antes da prática de campo na disciplina.

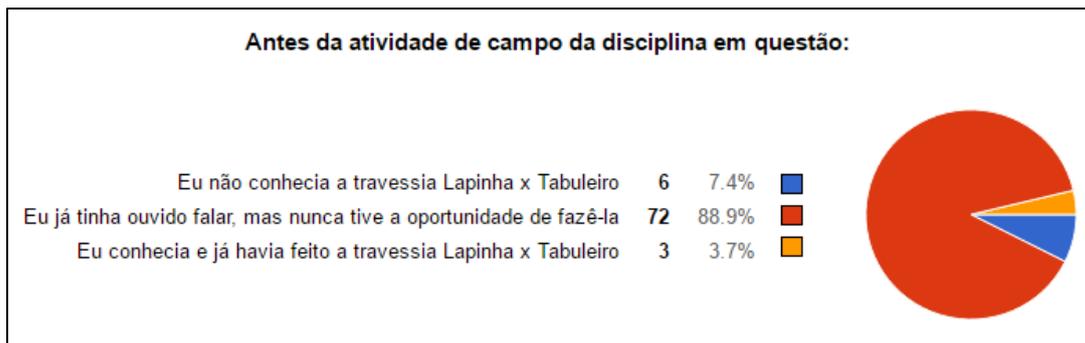


Figura 15. Relação de ex-alunos da disciplina que realizaram a travessia antes da prática de campo.

Ao questionarmos aqueles que já haviam experienciado a travessia antes da prática de campo, percebemos que 7,4% não conheciam sequer a existência da caminhada, enquanto 88,9% dos estudantes já ouviram falar, embora não a tenham realizada, ou seja, percebe-se que 96,3% dos ex-alunos questionados nunca haviam estado na travessia antes da atividade de campo, o que nos mostra que a prática acadêmica também é responsável por difundir a caminhada. Os que já haviam feito a travessia Lapinha-Tabuleiro antes de realizar o trabalho de campo compreendem 3,7% de nossa amostra, o que corresponde a três indivíduos dentre uma amostragem de 81 pessoas, sendo interessante averiguar a quantidade de vezes que esses sujeitos realizaram a caminhada antes do campo.

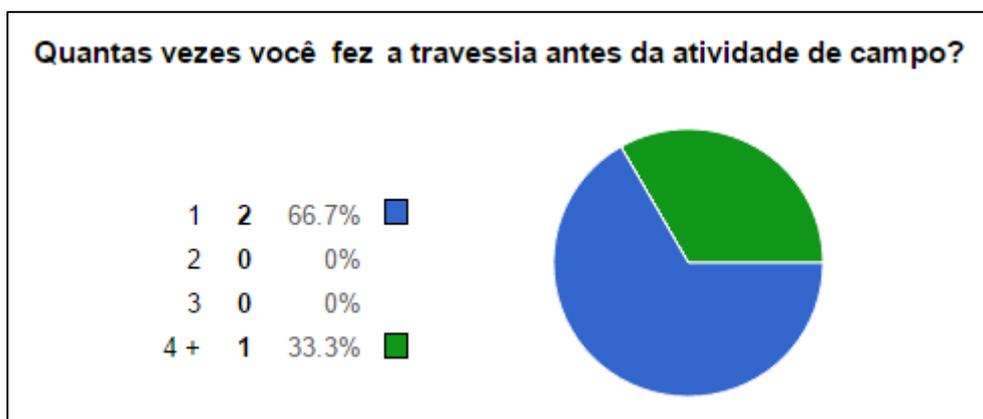


Figura 16. Quantidade de vezes que a travessia foi realizada por cada ex-aluno antes da prática de campo.

Dentre os três estudantes que haviam feito a travessia antes da prática de campo, dois realizaram uma única vez, enquanto apenas um empreendeu a caminhada quatro vezes ou mais. Essa conjuntura revela que dificilmente encontra-se alunos nas turmas de Fitogeografia que já experienciaram a travessia ao menos uma vez antes da atividade de

campo. Os resultados indicam que a prática acadêmica introduz e apresenta Lapinha da Serra, Tabuleiro e a própria travessia para significativa parcela de alunos que se matriculam na disciplina. Uma vez explorado o nível de informação e experiência na região prévia ao campo, faz-se preciso investigar a relação desses estudantes com o povoado, distrito e a trilha após o campo, verificando, principalmente aqueles que retornaram a travessia.

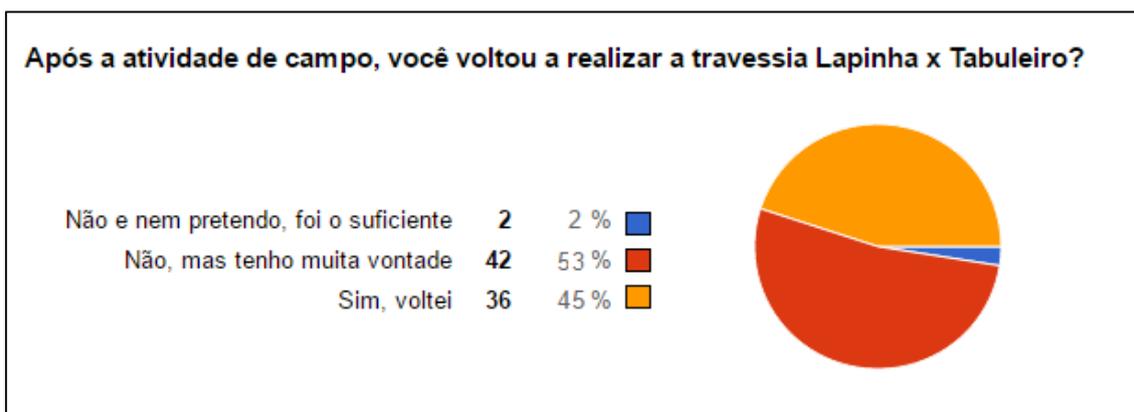


Figura 17. Relação de ex-estudantes da disciplina Fitogeografia que retornaram a travessia após a atividade de campo.

Observamos que 45% dos estudantes retornaram a caminhada após a realização da travessia como prática de campo, enquanto outros 53% não voltaram, mas reforçam o interesse em empreende-la novamente. Em contrapartida, apenas 2% afirmaram que a experiência no trabalho de campo foi suficiente e não pretendem retornar a caminhada. A informação que mais chama a atenção é a alta taxa de retorno após a realização da caminhada como atividade de campo, além dos ex-alunos que destacam a pretensão de repetir a experiência. Por outro lado, dois rejeitam a possibilidade de voltar ao trajeto da Lapinha-Tabuleiro.

Percebemos que, nas palavras do ex-aluno, a experiência da caminhada apresenta uma conotação positiva, uma vez que a imersão em grupo proporcionou a superação dos desafios impostos pelas limitações físicas. Sendo assim, entendemos que o sujeito não repetiria a trilha em função de suas condições de saúde, embora a caminhada tenha proporcionado uma vivência marcante e adquirido a qualidade da conquista individual e coletiva, realizada com sorrisos e bom humor. É interessante pontuar que o condicionamento físico também é frequentemente citado pelos ex-alunos que ainda não retornaram, mas indicam o interesse em um possível regresso.

Identificado em nossa amostragem a relação de alunos que retornaram a travessia após a atividade prática, torna-se relevante verificar a quantidade de vezes que um mesmo sujeito repetiu o trajeto. Dentre os 36 ex-alunos que retornaram a travessia após a prática de campo, 16 voltaram à caminhada quatro vezes ou mais, representando a maioria com 44,4%. Além destes, outros sete ex-alunos regressaram três vezes, enquanto outros sete repetiram a caminhada em dois momentos e, por fim, temos seis estudantes retornando em uma única situação. Dessa maneira, ao cruzarmos a quantidade de vezes que um mesmo sujeito empreendeu a travessia com o ano em que a disciplina foi cursada, é possível inferirmos que o alto número de retornos à caminhada está associado aos ex-alunos mais antigos da disciplina, enquanto os estudantes que concluíram a matéria recentemente estão relacionados ao baixo número de regressos à trilha.

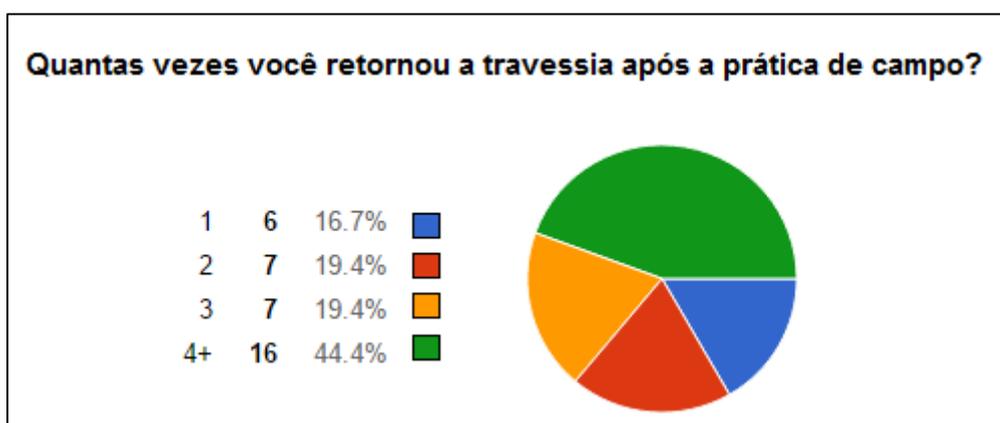


Figura 18. Relação da quantidade de vezes que um mesmo estudante retornou a travessia após a prática de campo.

Observa-se, portanto, que a prática de campo pode funcionar como elemento convidativo para os estudantes, uma vez que apresenta o universo da travessia e suas inúmeras possibilidades de turismo que inclui Lapinha e Tabuleiro. Nesse sentido, além de verificar aqueles que retornaram a caminhada, torna-se imprescindível apurar quem voltou, após o trabalho de campo, ao vilarejo da Lapinha ou ao distrito do Tabuleiro, questionando ainda as motivações que levaram à procura de tais povoados.



Figura 19. Relação de estudantes que retornaram ao vilarejo da Lapinha após a atividade de campo.

Ao buscar em nossa amostragem aqueles que retornaram a Lapinha após a prática de campo visando outros objetivos que não a travessia, vimos que essa informação representa 49,4%, o que equivale a 40 indivíduos de um total de 81. Desse modo, percebe-se que antes do trabalho de campo eram poucos os alunos que conheciam Lapinha ou já tinham estado no povoado, quadro esse que foi revertido após a execução da atividade prática da disciplina.



Figura 20. Relação da frequência dos retornos a Lapinha da Serra após a atividade de campo.

Percebemos que a frequência do retorno a Lapinha da Serra é bem distribuída dentre as opções, embora 37,5% esteja concentrado em retornos únicos ao povoado. Acreditamos também que o número de ex-alunos que voltam para conhecer Lapinha é grande em decorrência da facilidade de acesso e não havendo o pré-requisito do condicionamento físico que uma nova expedição a travessia exige. É interessante destacar ainda que lazer e turismo foram as principais motivações que levaram os ex-alunos a regressarem à Lapinha. É curioso que os efeitos observados no povoado não se repetem com a mesma intensidade para o distrito do Tabuleiro. Ao questionarmos o retorno após a execução da

atividade de campo, vimos que apenas 16% voltaram para o distrito, o que representa 13 indivíduos de um total de 81.

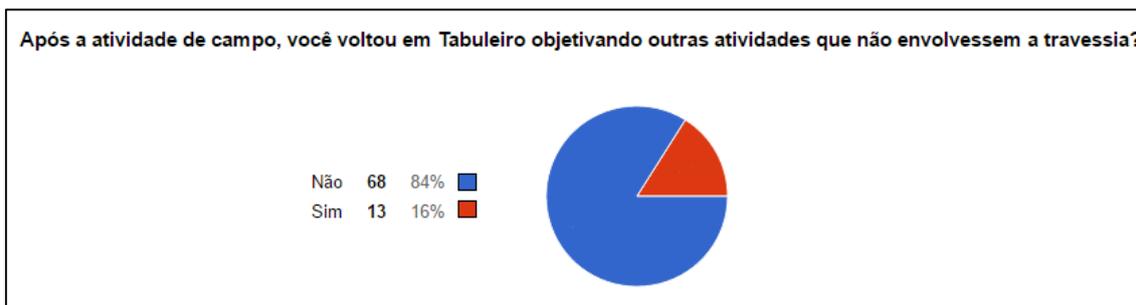


Figura 21. Relação de ex-alunos que retornaram ao Tabuleiro após a atividade de campo.

Relembramos que antes mesmo da prática de campo o número de estudantes que já haviam estado no Tabuleiro era ínfimo, representado por 5 estudantes. Após a atividade prática da disciplina apenas 13 ex-alunos afirmaram ter voltado ao distrito do Tabuleiro, sendo interessante analisarmos a frequência e as motivações.

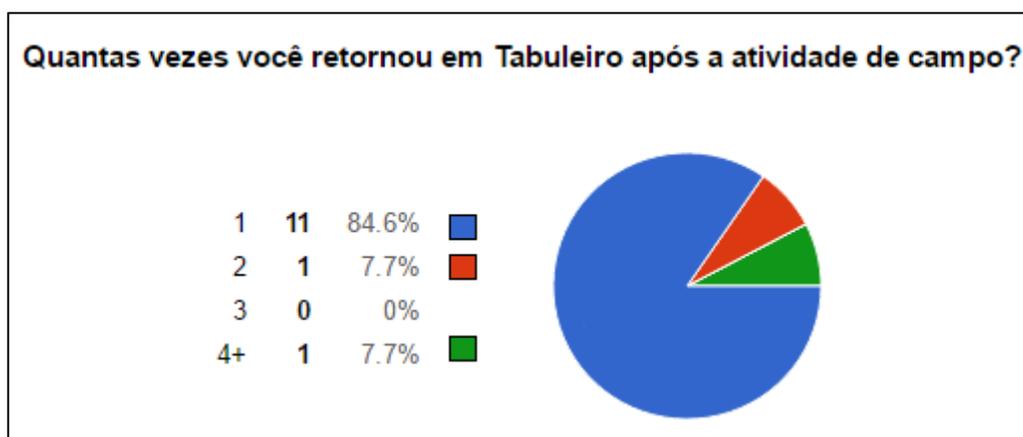


Figura 22. Relação da frequência com que ex-alunos retornaram ao distrito do Tabuleiro após a atividade de campo.

Observamos que 84,6% são representados por retornos únicos e motivados também pelo lazer e turismo, estando principalmente associado ao Parque Natural Municipal do Tabuleiro e, sobretudo, à Cachoeira do Tabuleiro. Na sequência, constata-se um sujeito associado a dois retornos e, por fim, um que afirmou ter voltado quatro ou mais vezes, sendo esse o caso singular de um aluno que desenvolveu seu trabalho de conclusão de curso no local.

Apêndice B: Produção cartográfica

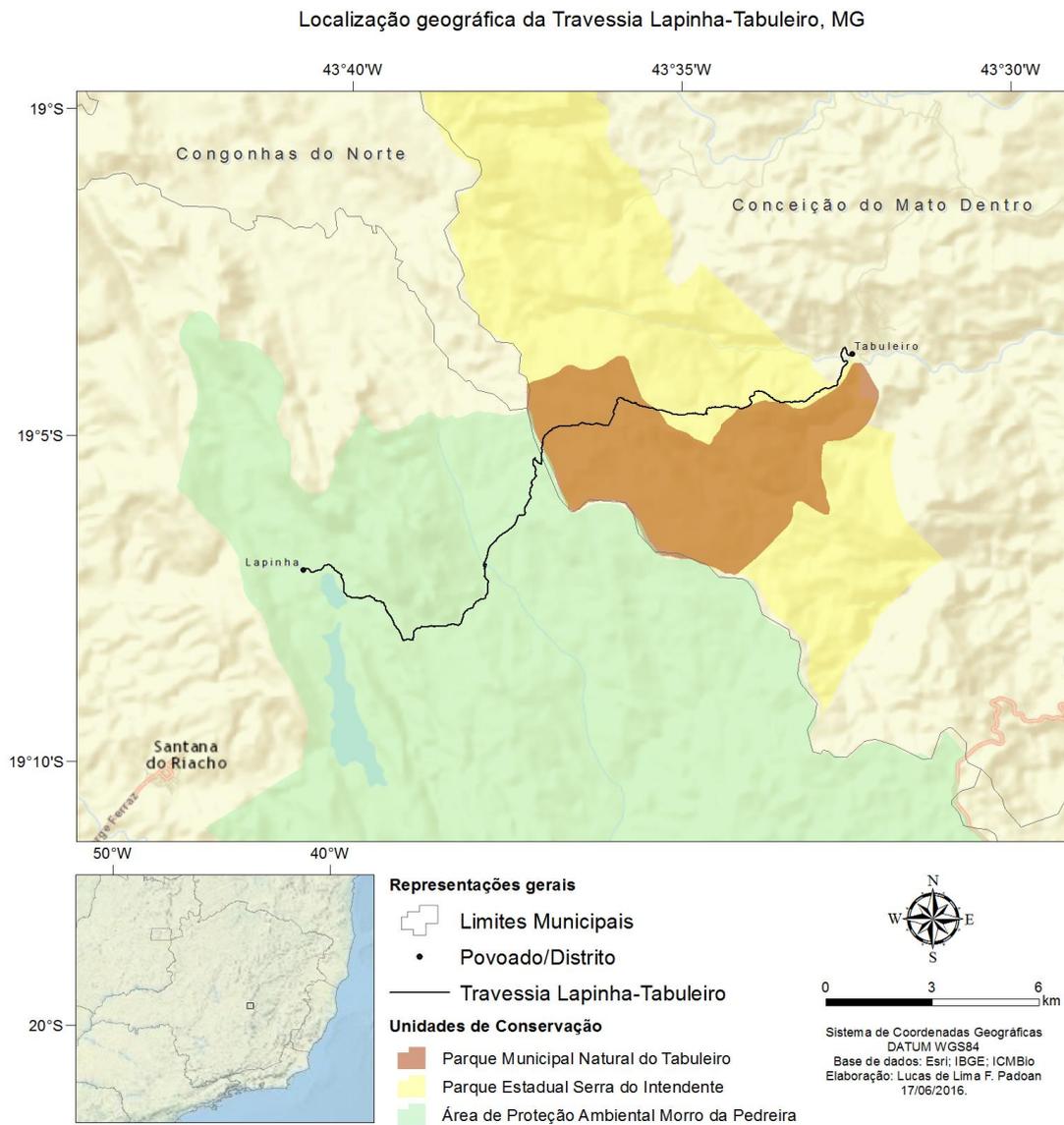


Figura 23. Localização geográfica da travessia Lapinha-Tabuleiro.

Fitofisionomias - Travessia Lapinha-Tabuleiro (MG)

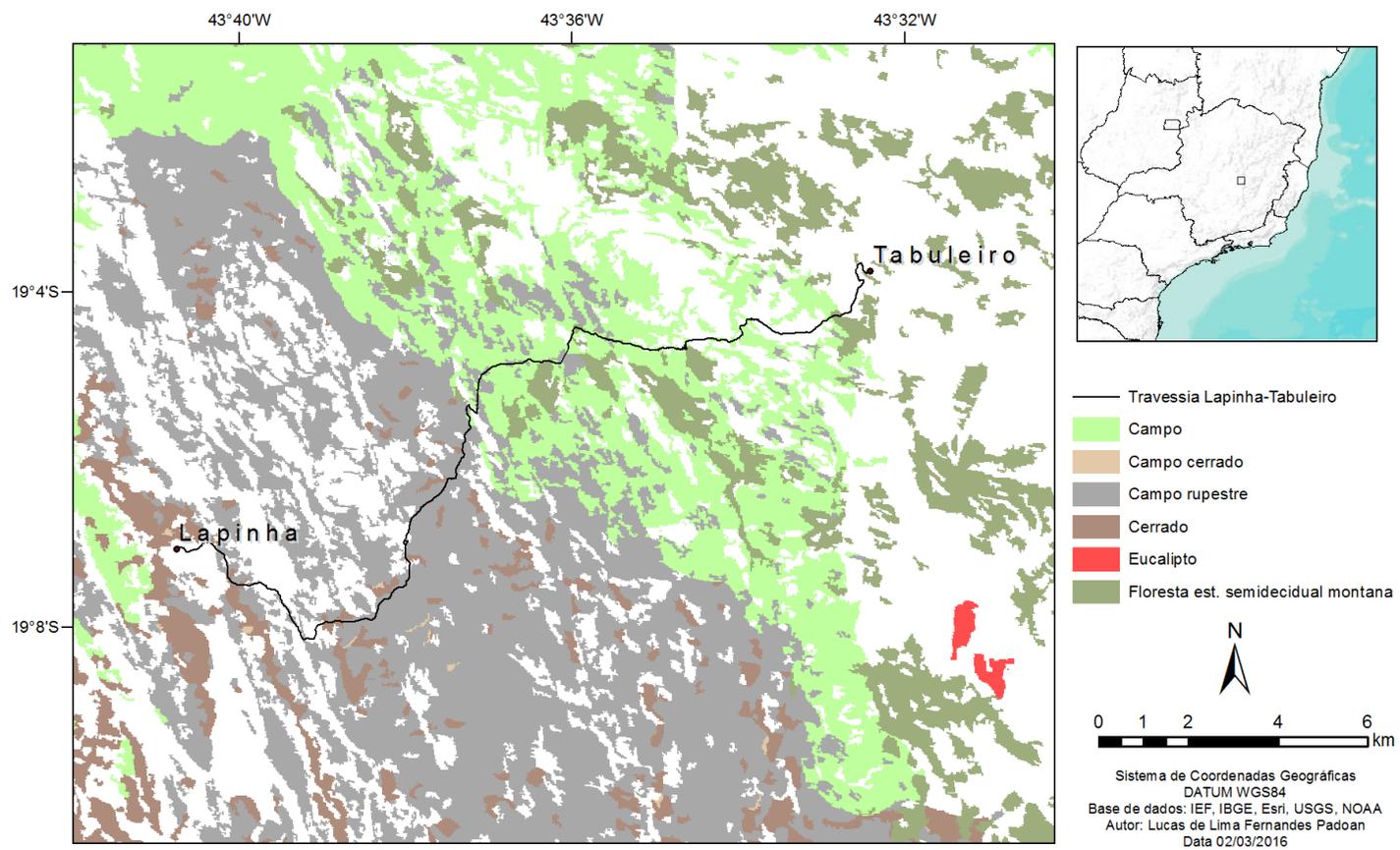


Figura 24. Vegetação no entorno da travessia Lapinha-Tabuleiro.

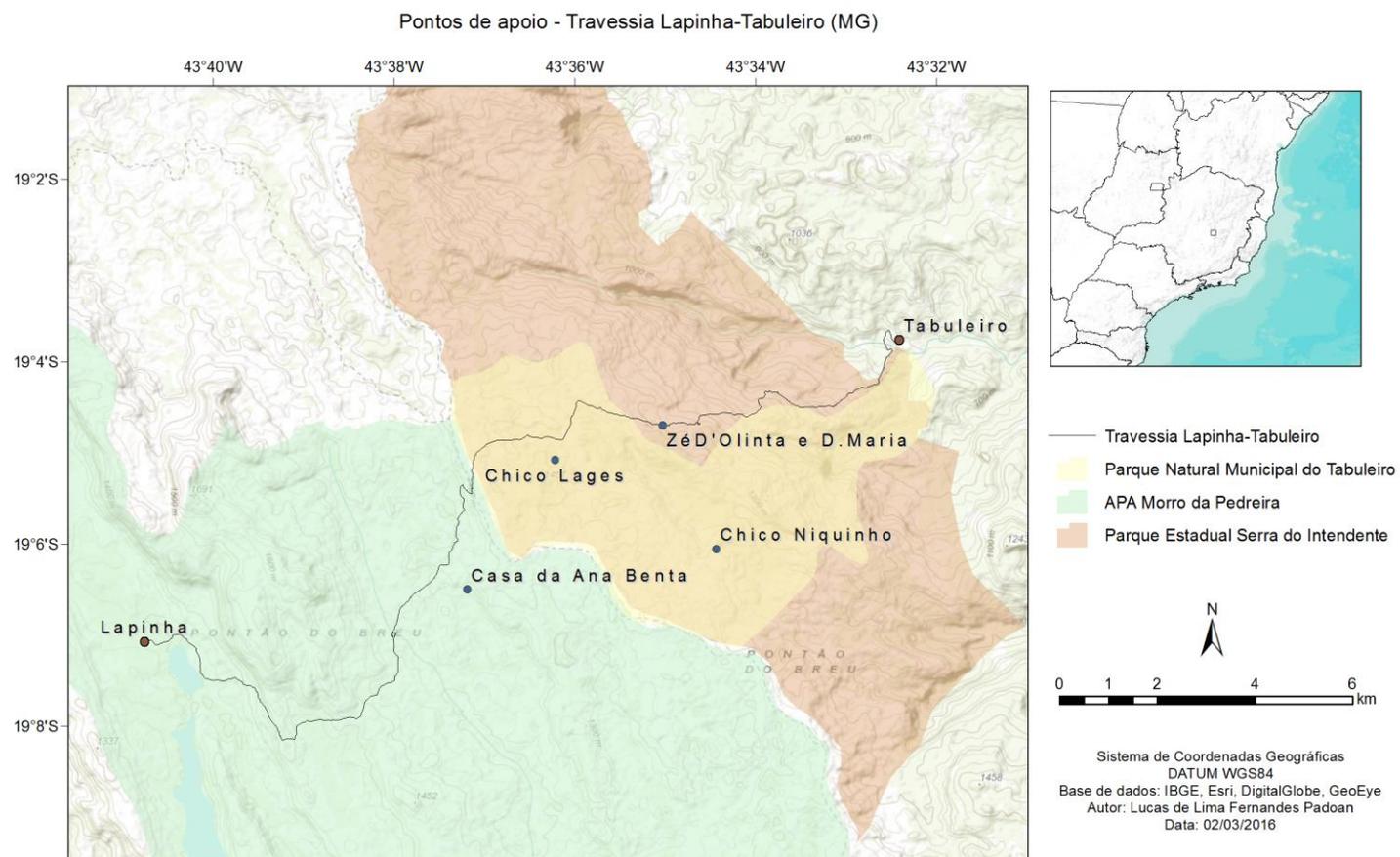
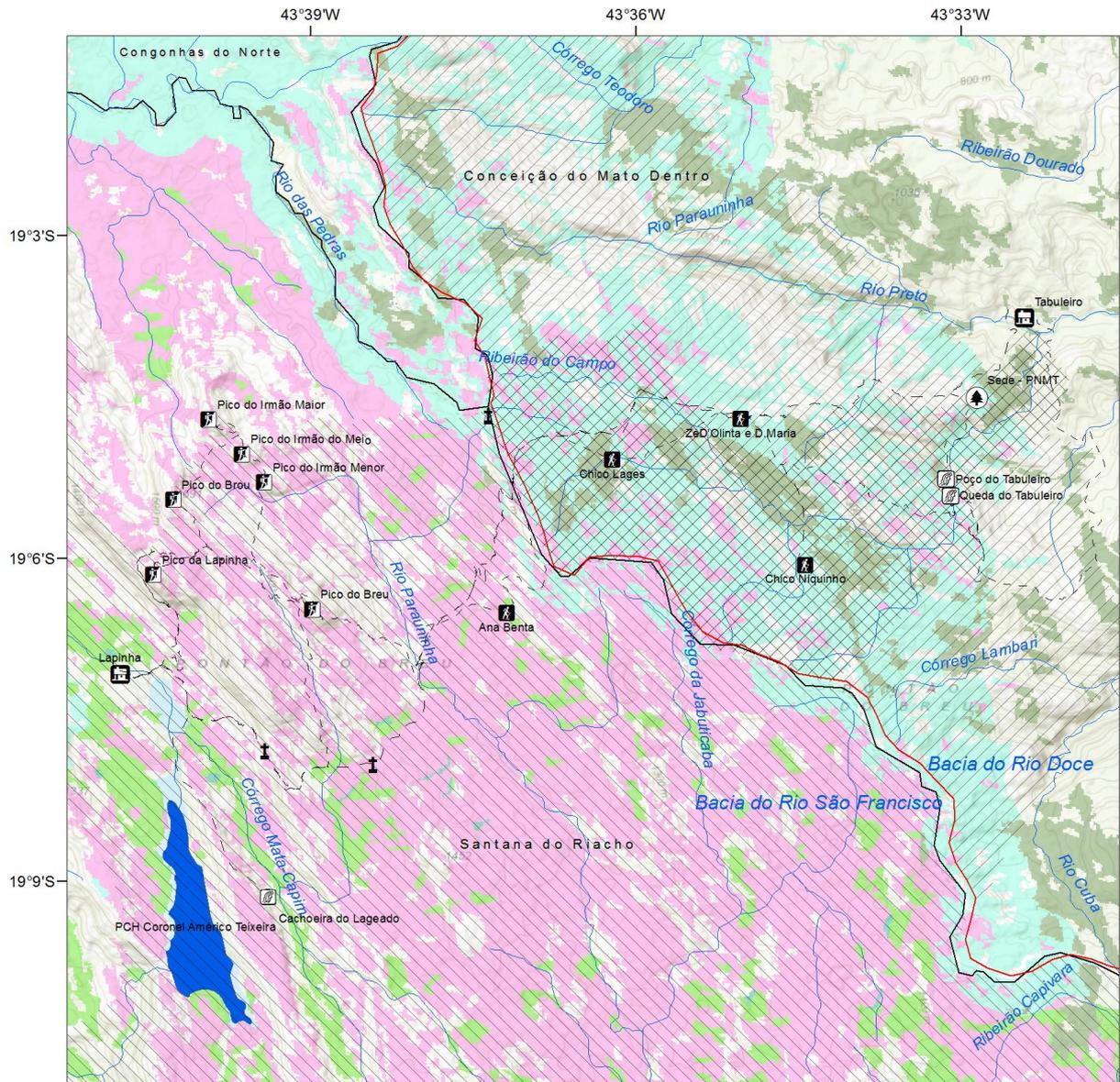


Figura 25. Pontos de apoio para a travessia Lapinha-Tabuleiro.

Caracterização da área de estudo - Travessia Lapinha-Tabuleiro (MG)



Sistema de Coordenadas Geográficas
DATUM WGS84
Base de Dados: IGAM, 2002; IBGE, 2006;
IEF/UFLA, 2009; ICMBio, 2015; ANA, 2016.
Autor: Lucas de Lima Fernandes Padoan
Elaboração: 16/06/2016.



Vegetação

- Campo
- Campo cerrado
- Campo rupestre
- Cerrado
- Eucalipto
- F. est. semidecidual montana

Hidrografia

- Limites de Bacia Hidrográfica Federal
- Rede hidrográfica
- Barragem

Unidades de Conservação

- Parque M. N. do Tabuleiro
- Parque E. Serra do Intendente
- APA Morro da Pedreira

Representações gerais

- Limites municipais
- Povoado/Distrito
- Trilhas
- Pontos de apoio ao caminhante
- Picos
- Capela/Cruzeiro
- Sede do PMNT
- Cachoeira

Figura 26. Caracterização da área de estudo.

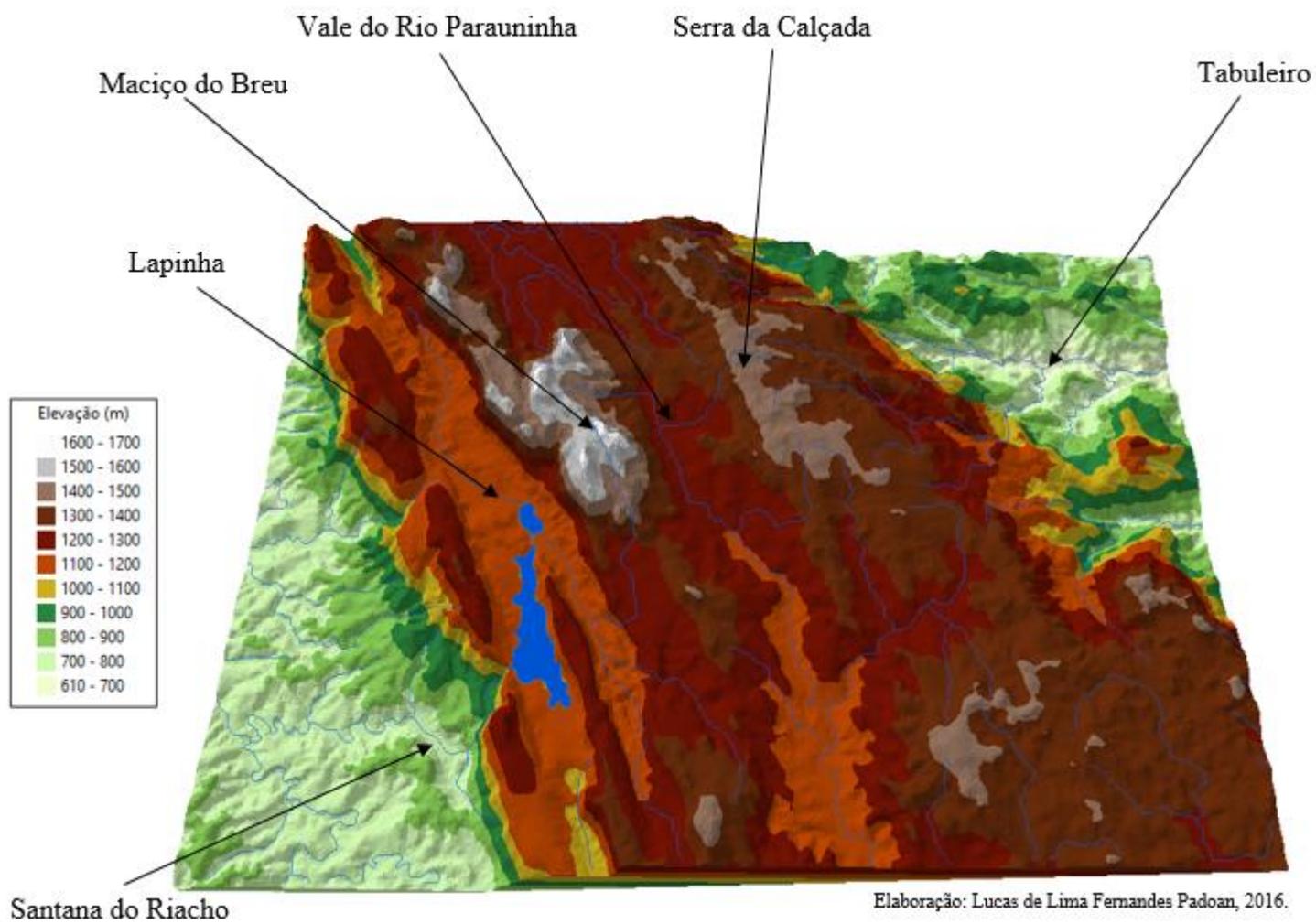


Figura 27. Modelo Digital de Elevação da área de estudo.